

Cristiane de Moraes Ramos

Desenvolvimento Territorial Sustentável e Indicações
Geográficas:
A Sustentabilidade Ambiental do Território dos Vales
da Uva Goethe - SC

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Arquitetura,
Urbanismo e História da Cidade da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Mestre em Arquitetura, Urbanismo e
História da Cidade

Orientador: Prof.^a Dr.^aAdriana
Marques Rossetto

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Ramos, Cristiane
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: A
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DOS VALES DA UVA GOETHE- SC
/Cristiane Ramos ; orientadora, Adriana Marques Rosseto -
Florianópolis, SC, 2015.
173 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação
em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade.

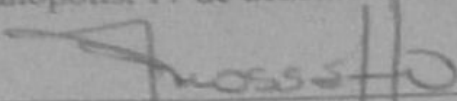
Inclui referências

1. Arquitetura. 2. desenvolvimento sustentável. 3.
desenvolvimento territorial. 4. indicações geográficas.
5. sustentabilidade ambiental. I. Marques Rosseto,
Adriana . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e
Arquitetura da Cidade. III. Título.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E
INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS: A SUSTENTABILIDADE
AMBIENTAL DO TERRITÓRIO DOS VALES DA UVA
GOETHE - SC

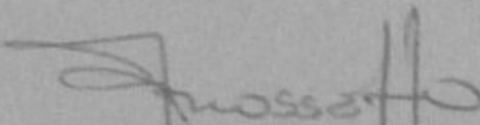
Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de "Mestre em Arquitetura, Urbanismo e História da Cidade" e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e História da Cidade.

Florianópolis, 17 de dezembro de 2015.

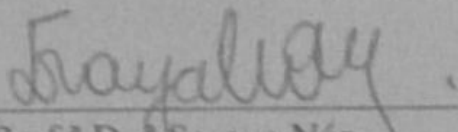


Prof.ª Dr.ª Adriana Marques Rossetto
Coordenadora do Curso

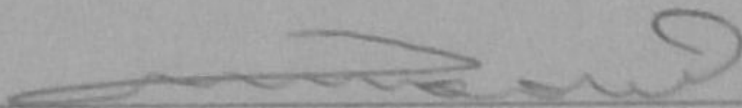
Banca Examinadora:



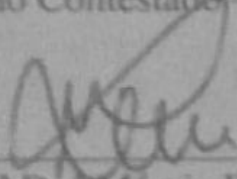
Prof.ª Dr.ª Adriana Marques Rossetto
Orientadora - Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.ª Dr.ª Soraya Nórr
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Valdir Roque Dallabrida
Universidade do Contestado - Canoinhas - Santa Catarina



Prof.ª Dr.ª Márcia Fernandes Rosa Neu
Universidade Federal do Paraná

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à minha família pelo apoio e compreensão necessários durante todo o processo desta dissertação

Agradeço à minha orientadora Profa. Dra. Adriana Marques Rossetto, sempre paciente e disposta. Agradeço também ao Prof. Dr. Ademir Cazella pelos ensinamentos e contribuições.

Agradeço imensamente aos meus amigos do PGAU-Cidade, em especial ao Diego, Izabela, Lilian, Mariana e Everton, pelo aprendizado diário e compartilhamento de alegrias. Aos amigos do PGAgro pelos ensinamentos e momentos de descontração. Aos demais colegas da UFSC, Pedro, Sonia, Gabriela e Ingrid.

Às minhas queridas amigas da graduação, Marcela, Julia e Larissa pela compreensão durante esta etapa da minha vida. Agradeço também a minha amiga Suzana pelos conselhos e amizade.

Um muito obrigada aos moradores de Urussanga, em especial ao Henry, à Gabriela Cancilier, ao Sr. Renato Damian, à Patrícia Mazon, à Cenilda e ao José do Comitê de Bacia do Rio Urussanga pela cooperação durante os trabalhos de campo.

Agradeço à todas pessoas que se dispuseram em colaborar de alguma forma com este trabalho. Especialmente pela colaboração, disponibilidade e simpatia dos funcionários da EPAGRI, CIDASC, FATMA, INPI e SDS.

Agradeço à Carolina Velloso pelas importantes contribuições para este trabalho.

Agradeço à secretária Adriana, do PGAU, pela ajuda durante todo o período do mestrado.

Ao CNPQ pelo apoio financeiro.

E por fim, aos amigos do Instituto Çarakura, Andrea, Percy Ney, Maristela, Leo e Nahuel por todo apoio, compreensão e aprendizado durante o período final desta dissertação.

RESUMO

O desenvolvimento sustentável deve ter como principal objetivo a promoção da igualdade e maximização das vantagens dos que possuem as piores condições, estando firmado sobre as dimensões: social, econômica, ambiental, territorial e política. Neste contexto, as indicações geográficas (produtos ou serviços que possuem uma origem geográfica específica) surgem como possíveis promotoras do desenvolvimento sustentável do território na qual se inserem. O objetivo geral deste projeto foi analisar o papel das indicações geográficas dentro do contexto da sustentabilidade ambiental dos Vales da Uva Goethe com vista à proposição de ampliação de utilização dos ativos territoriais existentes. Como abordagem metodológica optou-se por um estudo exploratório. Como estratégia de pesquisa a escolha foi o estudo de caso, o Vale da Uva Goethe. Os procedimentos metodológicos compreenderam a coleta de dados secundários e levantamento de informações qualitativas com atores locais envolvidos com o histórico de implementação e manutenção da Indicação Geográfica. Os principais pontos identificados ao final deste trabalho foram a importância da sustentabilidade ambiental para o desenvolvimento, a necessidade de um projeto de desenvolvimento para o respectivo território da Indicação Geográfica- IG- e a necessidade de uma melhor articulação entre os atores do território na promoção deste projeto de desenvolvimento sustentável. Notou-se que alguns problemas ambientais do território não foram causados pela atividade IG, mas a prejudica, e em outros momentos a atividade IG causou impactos ambientais no território, a exemplo das áreas de preservação permanente não respeitadas por alguns produtores rurais. Observou-se também que o turismo tem o potencial de unificar outros bens e serviços, sendo identificado como um elemento de extrema importância no contexto do desenvolvimento deste território. Porém, apesar de serem identificados diversos potenciais relacionados à dimensão ambiental do desenvolvimento, o mesmo terá muita dificuldade de ser alcançado se não contar com a articulação dos atores locais. Neste ponto, observa-se a necessidade de um projeto de desenvolvimento da Indicação Geográfica e do território que abarque estes diversos atores do território e que seja elaborado e executado pelos mesmos.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Indicações geográficas. Sustentabilidade ambiental. Vales da Uva Goethe.

ABSTRACT

Sustainable development must be directed to the promotion of equality and maximizing the benefits of the disadvantaged and is signed on the dimensions: social, economic, environmental, territorial and political. In this context, the geographical indications (products or services that have a specific geographical origin) appear as possible promoters of sustainable development of the territory in which they operate. The aim of this project was to analyze the role of geographical indications within the context of environmental sustainability of the Territory of the Goethe Grape Valleys for the proposition to extend the use of existing territorial assets. As methodological approach we opted for an exploratory study. As a research strategy the choice was the case study, the Valley of Goethe Grape. The methodological procedures included the collection of secondary data and a survey of qualitative information with local stakeholders involved in the implementation and maintenance history of the geographical indication. The main issues identified at the end of this work were the importance of environmental sustainability for development, the need for a development project for the respective territory of the geographical indication-GI- and the need for better coordination between the actors of the territory in promoting this development project sustainable. It was noted that some environmental problems of the territory were not caused by GI activity, but harms it, and at other times IG activity caused environmental impacts on the territory, like the permanent preservation areas not respected by some farmers. It was also observed that tourism has the potential to unify other goods and services, being identified as an extremely important element in the development of this territory. However, despite being identified several potential related to the environmental dimension of development, it will be very difficult to be achieved if not count on the articulation of local actors. At this point, there is the need for a development project of geographical indication and the territory encompassing these various actors in the territory and is prepared and implemented by them.

Keywords: Sustainable development. Geographical indications; Environmental sustainability. Valleys of Goethe Grape.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Vales da Uva Goethe.....	58
Figura 2. Uvas Goethe	66
Figura 3. Bacias hidrográficas do sul de Santa Catarina com a delimitação da bacia carbonífera	81
Figura 4. Mapa fitogeográfico de Santa Catarina, baseado no mapa publicado por Klein (1978).....	94
Figura 5. Mapa Município de Urussanga com destaque para a APA do Rio Maior	98
Figura 6. Casa da família Cancellier de 1899, sede da Associação de Descendentes e Imigrantes Friulanos	100
Figura 7. Casarão da Família Mazzucco.....	101
Figura 8. Mapa de Uso do solo referente a SDR de Criciúma	118
Figura 9. Mapa de Uso do solo referente a SDR de Tubarão	119
Figura 10. Mapa Vales da Uva Goethe, Uso e Cobertura do Solo.....	120

Lista de Tabelas

Tabela 1. Vinícolas integrantes dos Vales da Uva Goethe	68
Tabela 2 Variedades de Uvas Produzidas nas Vinícolas Integrantes dos Vales da Uva Goethe	68
Tabela 3 Vinícolas dos Vales da Uva Goethe: rendimento das propriedades	69
Tabela 4 . Comprometimento dos rios afetados pela mineração do carvão nas bacias dos rios Araranguá, Urussanga e Tubarão, com base no parâmetro pH.....	80
Tabela 5 Comprometimento dos rios afetados pela mineração do carvão nas bacias dos rios Urussanga e Tubarão, com base no parâmetro pH. 82	
Tabela 6 Comprometimento dos rios afetados pela mineração de carvão nas bacias dos rios Urussanga e Tubarão, com base no parâmetro acidez	83
Tabela 7 Características físicas de sub-bacias hidrográficas dos Vales da Uva Goethe	85
Tabela 8. Indústrias dos Municípios Integrantes dos Vales da Uva Goethe.....	88
Tabela 9. Número de espécies ameaçadas em Santa Catarina distribuídas em grupos temáticos.....	95
Tabela 10 Espécies Exóticas Invasoras no Estado de Santa Catarina, Floresta Ombrófila Densa: Reino Animalia	102
Tabela 11 Espécies Exóticas Invasoras no Estado de Santa Catarina, Floresta Ombrófila Densa: Reino Plantae	105
Tabela 12 Espécies Exóticas Invasoras no Estado de Santa Catarina: Ambiente urbano e periurbano	107
Tabela 13 Saneamento nos Municípios dos Vales das Uvas Goethe, de Acordo com Indicadores de Sustentabilidade Ambiental Propostos pelo IBGE, ano de referencia 2013.....	109
Tabela 14 Saneamento nos Vales da Uva Goethe.....	112
Tabela 15. Uso de agrotóxicos nos estabelecimentos segundo o Município – 2006.....	115
Tabela 16 Produção de Lavouras Permanentes	122
Tabela 17. Utilização das terras nos estabelecimentos: Matas e Florestas	126
Tabela 18. Recursos hídricos existentes nos estabelecimentos - 2006	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Indicações Geográficas Reconhecidas no Brasil de Vinhos .	40
Quadro 2. Produtos agropecuários potenciais à obtenção de Indicação Geográfica	41
Quadro 3. Características Gerais dos Municípios dos Vales da Uva Goethe.....	75
Quadro 4. Indicadores do desenvolvimento Sustentável (dimensão ambiental) e os Vales da Uva Goethe.....	131
Quadro 5. Características da Gestão Ambiental dos Vales da Uva Goethe.....	140
Quadro 6. Principais relações entre os itens da cesta de bens e serviços e os indicadores de desenvolvimento sustentável (Sustentabilidade Ambiental)	152

SUMÁRIO

Conteúdo

INTRODUÇÃO.....	15
1.1 OBJETIVOS.....	19
1.1.1 Objetivo Geral.....	19
1.1.2 Objetivos Específicos.....	19
1.2 MÉTODO.....	20
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	23
2.1 O TERRITÓRIO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	23
2.2.2. Aspectos jurídicos.....	43
2.2.3. Pedido de registro de Indicação Geográfica.....	45
2.2.4. Indicações geográficas como caminho para a sustentabilidade ambiental.....	50
2.2.5. Indicação Geográfica de produtos agrícolas como potencial para conservação da biodiversidade.....	53
3.1.1. Histórico.....	58
3.1.2. A uva Goethe.....	64
3.1.3. A Associação PROGOETHE.....	69
3.1.4. Roteiro turístico Vales da Uva Goethe.....	74
3.1.5. Municípios integrantes dos Vales da Uva Goethe.....	74
4. CARACTERIZAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DOS VALES DA UVA GOETHE.....	80
4.1. Escala Territorial.....	80
4.1.1. Água Doce.....	80
4.1.2. Atmosfera.....	87
4.1.3. Biodiversidade e Preservação Ambiental.....	94
4.1.4. Saneamento.....	108
4.1.5. Terra.....	114
4.2. Escala da Propriedade Rural.....	121

4.2.1. Características Principais das Propriedades Rurais Associadas da PROGOETHE.....	12
3	
4.2.2. Agricultura Orgânica.....	124
4.2.3. Reserva Legal, Área de Preservação Permanente (APP) e Recursos Hídricos.....	12
5	
4.2.4. Principais Ambientais.....	127
4.2.5. Resíduos sólidos.....	128
4.2.6. Uso de agrotóxicos.....	128
4.3. Gestão ambiental e a governança nos Vales da Uva Goethe.....	136
5. POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS VALES DA UVA GOETHE: A CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIALIZADOS.....	14
3	
6. CONSIDERAÇÕES.....	156
7. REFERÊNCIAS.....	160

INTRODUÇÃO

Segundo Sachs (2004), o desenvolvimento sustentável deve ter como principal objetivo a promoção da igualdade e maximização das vantagens dos que possuem as piores condições, buscando-se diminuir a pobreza, que é desnecessária e vergonhosa em um mundo no qual existe abundância. Para o autor, o desenvolvimento se distingue fortemente do crescimento econômico, à medida que os objetivos do desenvolvimento transpassam o objetivo de aumento de riqueza material. Para ele, o crescimento econômico é uma condição necessária, mas não é suficiente para garantir uma melhor qualidade de vida, mais completa e mais feliz para todos.

De acordo com Sachs (2004), o desenvolvimento sustentável, diferentemente do crescimento econômico, está firmado sobre as cinco dimensões (social, econômica, ambiental, territorial e política) de forma interconectada, e que uma suposta afirmação sobre se o desenvolvimento sustentável ocorre de fato no território não levando em consideração as cinco dimensões de forma equilibrada, seria errônea e incompleta.

Sachs (2004) ressalta que o desenvolvimento sustentável acrescenta a dimensão da sustentabilidade ambiental e da sustentabilidade social, baseadas na solidariedade com as gerações presentes e futuras. E também requer que estejam claros os critérios para sustentabilidade social e ambiental e para a viabilidade econômica.

Somente soluções que resultem em crescimento econômico com impactos positivos em termos sociais e ambientais, merecem ter a denominação de desenvolvimento (SACHS, 2004).

Dessa forma, mesmo que um território tenha um considerável crescimento econômico, isto não é suficiente para que haja desenvolvimento completo, e também não significa que sua população irá usufruir, homogeneamente, deste crescimento. Pelo contrário, um crescimento econômico, sem desenvolvimento, ou seja, sem considerar as dimensões sociais, econômicas e ambientais, pode ocasionar segregação social, à medida que não houver distribuição equitativa de renda, abarcada dentro do aspecto social do desenvolvimento.

É importante considerar as questões referentes à sustentabilidade ambiental, que em grande parte se relacionam diretamente com as questões sociais. Como por exemplo, uma população habitante de áreas de risco ambiental por não haver oferta de moradia digna e acessível financeiramente por parte do Estado a esta população, e outros inúmeros exemplos.

Considerando este contexto, várias alternativas para desencadear processos de desenvolvimento têm sido discutidas por estudiosos ou agentes públicos e privados. Uma dessas alternativas é a de utilização de forças existentes nos próprios territórios como forma de alavancar estes processos. Entre elas, as demarcações de ativos territoriais se encontram em evidência, e no Brasil são denominadas de Indicações Geográficas – IG's.

As IG's têm como um de seus preceitos contribuir para o desenvolvimento sustentável do território na qual se inserem. Além disto buscam uma concorrência justa no mercado, no contexto da globalização, através do aumento e reconhecimento da qualidade e valorização de produtos locais (e serviços, no caso brasileiro), e também da sua relação com o território.

As Indicações Geográficas, que serão tratadas mais detalhadamente neste trabalho, podem ser definidas, resumidamente, como produtos ou serviços que possuem uma origem geográfica específica. Esta relação entre o produto com Indicação Geográfica e seu respectivo território pode estar relacionada à origem do produto e seu espaço geográfico e, em outro nível, a relação entre o produto e as características específicas deste espaço, como características ambientais, culturais, etc., tornando este produto único em qualidade e especificidade.

Dentro do contexto econômico, a relação entre produto e território, inerente às indicações geográficas, vem na contramão do processo de globalização. Neste último, multinacionais deixam seus países de origem e instalam-se em outros que lhes ofereçam atrativos financeiros e normativos, extraindo recursos naturais e humanos para a produção de seus produtos e serviços, porém, sem relação, identidade e compromissos com este local.

A falta de conexão e identificação com essas comunidades, também se reflete na concorrência com os produtores locais que, muitas vezes, ocorre de maneira desleal, favorecendo as grandes corporações, que têm a possibilidade de vender seus produtos por um preço mais baixo, devido à baixa qualidade, ou baixo preço pago por insumos, ou por terem um melhor reconhecimento no mercado, através do marketing que realizam, por exemplo.

Neste mundo globalizado, as corporações globais são, muitas vezes, detentoras de poder econômico, e exercem forte controle sobre as relações e atividades econômicas dos territórios, provocando uma concorrência desleal com o mercado local. Neste contexto, as indicações geográficas surgem, de certa maneira, como forma de confrontação e adaptação aos efeitos negativos da globalização, como a exclusão

econômica de pequenos produtores locais frente às grandes corporações globais. Este cenário faz com que os produtores locais se unam na busca de uma concorrência mais justa no mercado, agregando valor a seus produtos através da valorização dos mesmos.

A relação do produto ao território, intrínseca à IG, abrange tanto aspectos físicos e ambientais do território quanto as características culturais de sua população, dentre outros. Os primeiros aspectos fazem com que o produto tenha características específicas e diferenciadas de outros territórios, tais como o tipo de solo, clima, vegetação. Já as características culturais interferem diretamente nas formas de se produzir determinado produto, na escolha de atividade desenvolvida, e também pode trazer grande importância histórico-familiar para seus produtores, tal como ocorre no Sul do Brasil, em que a imigração italiana propiciou e influenciou o estabelecimento de vinícolas.

Segundo o Guia para Solicitação de Registro de Indicação Geográfica para Produtos Agropecuários, elaborado pela Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários, pertencente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), “O objetivo da concessão de IG apoiada pelo MAPA é o desenvolvimento sustentável, via agregação de valor aos produtos agropecuários, ressaltando as diferenças e identidades culturais próprias, organizando as cadeias produtivas e assegurando inocuidade e qualidade aos produtos agropecuários” (BRASIL, 2008, p. 4).

Considerando o que foi exposto acima, e partindo do pressuposto de que as indicações geográficas se estabelecem a partir de intensas relações com o território, é importante entender como estas relações ocorrem e como se refletem no padrão de desenvolvimento das regiões na qual se inserem.

No âmbito deste estudo, dentre as dimensões propostas por Sachs (2004) como pilares do desenvolvimento sustentável, a dimensão ambiental será foco de análise para este estudo.

A escolha do pilar ambiental se deve a pouca atenção dada a ele durante e após o processo de implementação das indicações geográficas, quando comparada à atenção dada a outros aspectos, como o econômico, por exemplo. O pilar ambiental, na maioria dos casos, fica restrito ao cumprimento à legislação ambiental vigente, pois é exigido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), que por sua vez é o responsável pelo registro das IG's. Neste caso, fica a cargo dos grupos que buscam o registro das IG's estabelecer ações que objetivem a sustentabilidade ambiental em seu sentido mais amplo, o que irá variar em cada Indicação Geográfica, podendo abranger desde os grupos que

apenas cumprem (ou não) a legislação ambiental, até os grupos que desenvolvem outras atividades visando à conservação e sustentabilidade ambiental.

Reitera-se que, apesar do foco estar sobre o pilar ambiental, também serão considerados os demais pilares, porém de forma menos aprofundada, à medida em que se relacionem com o foco proposto pelo presente estudo.

Em síntese, este trabalho partirá, então, dos seguintes pressupostos:

- 1- O objetivo da concessão de IG apoiada pelo MAPA é o desenvolvimento sustentável;
- 2- O desenvolvimento sustentável está firmado sobre 5 pilares: o pilar ambiental, social, econômico, político e territorial Sachs (2004);
- 3- As indicações geográficas se estabelecem a partir de intensas relações com o território;
- 4- Com relação à produção agroalimentar, a agricultura ecológica é a que se aproxima mais do ideal de desenvolvimento territorial sustentável.

O espaço geográfico escolhido para o presente estudo foi a região dos Vales das Uvas Goethe, localizado ao Sul do Estado de Santa Catarina. Resumidamente, esta região tem como característica a pequena propriedade e a produção de produtos agroalimentares, como as uvas e vinhos Goethe, e que implementou a primeira Indicação Geográfica do Estado no ano de 2012.

Dada a recente aprovação do registro de IG vinho Goethe, em 2012, podem ser inferidas alguns pressupostos iniciais.

Após a aprovação da Indicação Geográfica Vales da Uva Goethe, em 2012, o modo de produção de uvas e vinhos Goethe sofreu pouca alteração, dada a importância ao aspecto cultural da IG, representada pelo “saber fazer”, dentre outros.

No entanto, reitera-se que a atividade de produção de uva e vinho Goethe, mesmo antes da obtenção do registro IG, foi um diferencial no modelo de desenvolvimento deste território, se comparado aos municípios vizinhos, como Criciúma, por exemplo, que se caracterizou fortemente pela atividade carbonífera.

No estudo de caso que será apresentado por este trabalho, será possível verificar que as atividades que mais causam impacto ambiental negativo no território acabam sendo resultado de formas diferentes de

desenvolvimento escolhidas por municípios vizinhos, sendo a atividade carbonífera uma das maiores representantes de atividades causadoras de externalidades negativas.

Assim, dado o pouco tempo de registro da IG Vales da Uva Goethe, a pouca mudança no modo de produção da atividade vitivinícola, e o pequeno número de atores envolvidos com esta IG, será apresentada, neste trabalho, outras formas de relacionamento entre sustentabilidade ambiental e a Indicação Geográfica.

Para tanto, este trabalho se dividirá em duas partes principais: a caracterização da sustentabilidade ambiental dos Vales da Uva Goethe, e a proposição de um modelo de desenvolvimento que tenha como produto principal o vinho Goethe. Um desenvolvimento que se baseie na utilização de itens e aspectos do meio ambiente (por meio de uma cesta de bens e serviços territorializados), com o intuito de promover a sustentabilidade ambiental e, conseqüentemente, o desenvolvimento do território como um todo.

Partindo do contexto exposto anteriormente, este projeto deriva da seguinte pergunta:

“A Indicação Geográfica Vales da Uva Goethe promove mudanças positivas significativas para a sustentabilidade ambiental desta área?”

Por conseguinte, considera-se que a hipótese para esta pergunta, é que:

“Atualmente, a Indicação Geográfica não é capaz de promover sozinho mudanças positivas significativas para a sustentabilidade ambiental desta área.”.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste projeto é analisar o papel das indicações geográficas dentro do contexto da sustentabilidade ambiental dos Vales da Uva Goethe com vista à proposição de ampliação de utilização dos ativos territoriais existentes.

1.1.2 Objetivos Específicos

Para tanto, os seguintes objetivos específicos são propostos:

1- Caracterizar a sustentabilidade ambiental, referente ao desenvolvimento territorial, dos Vales da Uva Goethe com base nos indicadores ambientais propostos pelo trabalho do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE: Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015.

2- Identificar as práticas ambientais utilizadas pelos produtores que fazem parte da IG.

3- Verificar como se efetiva a articulação dos atores sociais presentes no território em relação aos aspectos ambientais e de implantação da IG como elemento indutor do desenvolvimento sustentável da região.

1.2 MÉTODO

Como abordagem metodológica optou-se por um estudo exploratório com abordagem quali-quantitativa, tendo em vista a busca por informações tanto em aspectos qualitativos quanto em números. Como pesquisa qualitativa, podemos entender como aquela que “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.” (MINAYO, 2003, p. 21).

Já para Denzin e Lincoln (2006, p.17):

“a pesquisa qualitativa envolve o estudo e a coleta de uma variedade de materiais empíricos – estudo de caso; experiência pessoal; introspecção; historia de vida; entrevistas; artefatos; textos e produções culturais; textos observacionais; históricos, interativos e visuais – que descrevem momentos significativos rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos. Portanto, os pesquisadores dessa área utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas, na esperança de sempre conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance”.

O pressuposto que direciona o presente estudo é de que as Indicações Geográficas estabelecem forte relação com o território, interferindo no desenvolvimento das regiões e que podem apresentar alinhamento com as premissas do desenvolvimento sustentável, porém em se tratando do aspecto ambiental, a influência da existência de uma Indicação Geográfica no território é pouco significativa. Entretanto, é o

fenômeno observado que trará informações sobre se esta relação tem equilíbrio em especial nos aspectos ambientais relacionados com as IG's. Assim, de acordo com Triviños (1987, p.125): “a pesquisa qualitativa de natureza fenomenológica surge como forte reação contrária ao enfoque positivista, privilegiando a consciência do sujeito e entendendo a realidade social como uma construção humana”.

Como estratégia de pesquisa a escolha foi o estudo de caso, os Vales da Uva Goethe, que atendia às características pretendidas pelo estudo, tendo um processo de criação de IG implementado. Também, escolheu-se este caso por ser o primeiro em Santa Catarina, bem depois do primeiro no Brasil (ano de 2002 no Rio Grande do Sul, também uma demarcação geográfica de produção vinícola), e por ser um estado com outros ativos territoriais importantes que não estão conseguindo articular este mesmo objetivo. Assim, este estudo poderia ser uma fonte de informações importantes para outros processos de Indicações Geográficas.

Os procedimentos metodológicos para tal, além da revisão da literatura a qual é parte inerente à pesquisa, compreenderam a coleta de dados secundários e levantamento de informações qualitativas com atores locais envolvidos com o histórico de implementação e manutenção da Indicação Geográfica. Para tanto, foram realizadas visitas a órgãos e instituições governamentais, associações civis, dentre outras.

Estas visitas tiveram, como um de seus propósitos, a aplicação de entrevistas semi-estruturadas aos principais atores identificados. Para Triviños (1987, p. 137), “[...] os questionários, entrevistas, etc., são meios neutros que adquirem vida definida quando o pesquisador os ilumina com determinada teoria”. A entrevista semi-estruturada, por sua vez “ [...] valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Por meio destas visitas, também se buscou incluir, para este trabalho, o “olhar do observador”, que ocorreu através de observações feitas sobre os processos de gestão da IG, do ordenamento da paisagem, dentre outros, como será melhor detalhado abaixo. Segundo Minayo (2003, p. 59-60), este método, que tem o observador como participante, possibilita que o pesquisador tenha mais contato com o fenômeno estudado, permitindo a “coleta de informações sobre a realidade dos atores em seus próprios contextos”.

Para alcançar o objetivo geral proposto “analisar o papel das indicações geográficas dentro do contexto da sustentabilidade ambiental dos Vales da Uva Goethe com vista à proposição de ampliação de utilização dos ativos territoriais existentes” através dos objetivos específicos, dividiu-se a escrita do presente trabalho em três partes principais: a primeira abrange os dois primeiros objetivos específicos; a segunda parte abrange o terceiro objetivo específico.

Para a primeira e segunda etapa, foi realizada pesquisa sobre o aspecto ambiental do desenvolvimento sustentável com coleta de dados em órgãos públicos e privados como: CIDASC, EPAGRI, IBGE, FATMA, ACP do Carvão, CIDASC Urussanga, FIESC, INPI, entre outros.

Para a primeira e segunda etapa, foram realizadas entrevistas, visitas e contatos com atores relevantes do território, no contexto das indicações geográficas e sustentabilidade ambiental, a saber:

- Entrevistas através de questionários semi-estruturados aos atores mais relevantes do Território da Uva Goethe, quanto considerada a sustentabilidade ambiental: Comitê de Bacia Rio Urussanga; a onze representantes da associação Progoethe (cinco proprietários de vinícolas, seis produtores de uva Goethe); a um representante da prefeitura de Urussanga; a um enólogo da Estação Experimental Epagri Urussanga; a um representante da Epagri Florianópolis (também professor da UFSC e que fez parte do processo de criação da IG Goethe).

- Visitas e contatos: Centro Tecnológico de Carvão Limpo –CTCL- mantido pela Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina -SATC; CIDASC; EPAGRI Florianópolis; Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina -FATMA (setores: fauna, biodiversidade, unidades de conservação e licenciamento ambiental); Secretaria do Desenvolvimento Sustentável do Estado de Santa Catarina - SDS; Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas -IPAT-UNESC; Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina -CIDASC; Federação Catarinense de Municípios -FECAM.

Para a terceira etapa, que constou na elaboração de uma proposta de cesta de bens e serviços com elementos relacionados ao aspecto ambiental da sustentabilidade, foram utilizadas, além das informações coletadas durante as visitas a campo, a revisão da literatura sobre potenciais elementos para a cesta. Para esta etapa também foi essencial à utilização do “olhar do observador” que possibilitou a captação das diferentes nuances e percepções sobre o próprio território em si e também de seus diferentes atores.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O TERRITÓRIO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

2.1.1 O que é o território

Para a melhor compreensão da relação entre o território as indicações geográficas, faz-se necessária a introdução de algumas definições e abordagens utilizadas por alguns autores sobre este tema.

Um dos principais autores brasileiros a tratar sobre o território, Milton Santos (2000) define o território não apenas como o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. Para o autor, o território é o chão acrescido da população. É uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que pertence a nós. O território também é base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influencia e é influenciado. Ao falar-se em território, subentende-se o território utilizado por uma determinada população.

Albagli (2004, p. 28) ao definir o território, relembra a origem do termo. Este se originou do termo em latim, *territorium*, que deriva de *terra* e significa pedaço de terra apropriado. O autor também cita que, na língua francesa, a palavra *territorium* deu origem às palavras *terroir* e *territoire*.

Para Albagli (2004, p. 26) “[...] o território é o espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões. Cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço”. O autor não reduz o território à sua dimensão material e concreta, considerando-o uma teia de relações sociais projetadas em um espaço definido.

Albagli (2004) aponta e define ainda quatro dimensões do território, a saber: física, política/organizacional, simbólica/cultural e econômica. A dimensão física do território está relacionada à sua materialidade. Neste sentido, os elementos naturais de um território são transformados em potencialidades, no momento em que a sociedade reconhece sua importância, transformando-o em recurso e o incluindo em atividades de seus territórios, podendo ser predatórias ou sustentáveis para o ambiente.

A dimensão político/organizacional, levantada por Albagli (2004, p.38), diz respeito ao sistema político, e este, por sua vez, integra outras duas dimensões: “os conflitos e alianças entre grupos socialmente

distintos e a cooperação entre grupos espacialmente diferenciados”. O domínio desse espaço o torna território, e é fonte de poder social. Neste sentido, o ator ou grupo social, ao apropriarem-se de um dado território, decidem quais as intervenções realizarão. Intervenções essas que, por sua vez, estão relacionadas às suas concepções éticas, opções políticas e nível tecnológico.

Para Albagli (2004) com relação à dimensão simbólica/cultural, ao se definir uma identidade coletiva, também se define a relação que será estabelecida com os outros, criando-se a imagem de quem é o amigo e inimigo, rival e aliado.

Por fim, a dimensão econômica, para Albagli (2004), também possui uma forte dimensão espacial. Segundo o autor, os territórios possuem diferentes capacidades de oferecer competitividade e rentabilidade para empreendimentos e investimentos, o que traz diferentes vantagens de localização. Há uma divisão do trabalho e do processo de acumulação de capital que pode ser identificada na hierarquização e diferenciação das atividades predominantes dos lugares.

O território não pode ser confundido simplesmente com uma materialidade do espaço construído socialmente, e tampouco com um “conjunto de forças mediadas por esta materialidade” (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 42). Para os autores, o território é sempre apropriação e domínio de um espaço socialmente compartilhado. Enquanto a apropriação possui um sentido mais simbólico, o domínio apresenta um sentido mais político e econômico. O território é uma construção histórica, social, e parte de relações de poder que incluem, concomitantemente, a sociedade e o espaço geográfico.

Segundo Haesbaert (2004), o território, desde a sua origem nasce com um duplo sentido, material e simbólico, sendo o termo tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar). Desta forma, tem relação com dominação (jurídico-política) da terra e também com o medo, por aqueles que são impedidos de adentrar neste território. E também, para aqueles que têm a possibilidade de desfrutá-lo, o território representa a identificação e apropriação. O território, para o autor, tem relação com poder, tanto no tradicional poder político, quanto em um sentido mais concreto (dominação) e simbólico (apropriação).

De acordo com Dallabrida e Marchesan (2013, p. 205 apud (DALLABRIDA, 2006; 2007; 2010a; DALLABRIDA e FERNÁNDEZ, 2008), território corresponde

“a uma fração do espaço historicamente construída através das inter-relações dos atores sociais, econômicos e institucionais que atuam neste âmbito espacial, apropriada a partir de relações de poder sustentadas em motivações políticas, sociais, ambientais, econômicas, culturais ou religiosas, emanadas do Estado, de grupos sociais ou corporativos, instituições ou indivíduos”.

Saquet (2006, p. 82) reitera que a natureza está na sociedade, como a natureza inorgânica do homem, e por outro lado, “a sociedade está na natureza através do homem como ser genérico”, e assimila a relação entre a dinâmica econômica e processos políticos e culturais. Para o autor, “a dinâmica econômica está, na constituição do território, nos processos políticos e culturais, identitários, e estes estão ligados ao movimento mercantil”, ressaltando que os arranjos e as relações entre os elementos das territorialização variam de lugar para lugar, de momento e período histórico.

Ainda segundo o autor, o território é natureza e sociedade, não havendo separação entre eles. O território é “economia, política e cultura; edificações e relações sociais; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental, etc.”. Ele representa “heterogeneidade e traços comuns; apropriação e dominação historicamente condicionadas; é produto e condição histórica e trans-escalar; com múltiplas variáveis, determinações, relações e unidade. É espaço de moradia, de produção, de serviços, de mobilidade, de des-organização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (objetiva e subjetivamente). O território é processual e relacional, (i) material, com diversidade e unidade, concomitantemente” (SAQUET, 2006, p. 83).

2.1.2 Desenvolvimento territorial sustentável

Após a apresentação de algumas das definições sobre território defendidas atualmente, podemos seguir para as considerações sobre o desenvolvimento e sua relação com o território, e posteriormente partir para um dos pontos centrais deste trabalho, o desenvolvimento territorial sustentável.

O desenvolvimento dito como sustentável se diferencia fortemente do crescimento econômico que, conforme visto anteriormente, tem o produto interno bruto (PIB) como seu mais importante indicador, e está restrito aos aspectos econômicos de um território, porém por muito tempo, e hoje por alguns, foi tratado com sinônimo do termo desenvolvimento.

Para o entendimento das dinâmicas de um território e da medição da qualidade de vida de sua população, o crescimento econômico e o PIB se tornam insuficientes, fazendo com que outras formas de desenvolvimento sejam consideradas necessárias, e também outros tipos de indicadores.

Neste sentido, Celso Furtado, já em 1974, em seu livro intitulado “O mito do desenvolvimento econômico”, trazia a tona a questão da incompatibilidade entre a busca pelo crescimento econômico, em si, e o desenvolvimento, à medida que apontava a impossibilidade de países periféricos atingirem o mesmo grau de pressão sobre os recursos, que foi característico dos países capitalistas centrais. A pressão sobre os recursos ocasionada pela busca dos países periféricos em alcançarem um consumo equivalente ao da população dos países centrais, acarretaria em uma exaustão desses recursos, assim como também impactos negativos no ambiente e na sociedade. Neste contexto, dois grandes autores se destacam na atualidade: Amartya Sen e Ignacy Sachs.

Sen, ganhador do prêmio Nobel em economia pelo seu trabalho “Desenvolvimento como liberdade” (2000), entende o desenvolvimento como um processo de ampliação das liberdades dos indivíduos, contrastando essa visão àquela que limita a compreensão do desenvolvimento como crescimento do produto interno bruto (PIB). Para o autor, para que haja desenvolvimento, devem ser eliminadas as principais fontes de privação de liberdades: “[...] pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (SEN, 2000, p. 18).

Sen (2000, p.18) nos dá duas razões essenciais para justificar a liberdade como ideia central no desenvolvimento: “1- razão avaliatória: a avaliação do progresso tem de ser feito verificando-se primordialmente se houver o aumento das liberdades das pessoas [...] 2- razão da eficácia: a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas”.

De acordo com Sen (2000, p. 185), “Desenvolver e fortalecer um sistema democrático é um componente essencial do processo de desenvolvimento”. Para o autor, a importância da democracia está em três virtudes diferentes: 1) sua importância intrínseca, 2) suas contribuições instrumentais, 3) seu papel construtivo na criação de valores e normas. Assim, para o autor, nenhuma avaliação da forma de governo democrático pode ser completa se não considerar estas virtudes.

Sen (2000) ressalta que as discussões e debates públicos, que são permitidas pelas liberdades políticas e pelos direitos civis, podem

desempenhar um papel na formação de valores, sendo até mesmo a identificação de oportunidades influenciada pela essência da participação e diálogo público. Para o autor, a força da discussão pública é um dos correlatos da democracia e seu cultivo pode fazer com que a democracia funcione melhor, como por exemplo, uma discussão pública melhor fundamentada e menos marginalizada sobre as questões ambientais poderia beneficiar não apenas o meio ambiente, mas também ser importante para a saúde e para o funcionamento do sistema democrático em si.

Partindo agora para os estudos de Sachs, pioneiro ao trabalhar com o termo desenvolvimento sustentável, este publicou diversos trabalhos com esta temática, dentre eles: *Capitalismo de Estado e Subdesenvolvimento*, 1969; *Ecodesenvolvimento*, 1981; *Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento*, 1986; *Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado*, 2004; *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*, 2006; e *Rumo à Ecossocioeconomia*, 2007.

Segundo Sachs (2004), o desenvolvimento se distingue do crescimento econômico, à medida que os objetivos do desenvolvimento transpassam o objetivo de aumento de riqueza material. O autor considera o crescimento uma condição necessária, porém, não bastante para alcançar uma melhor qualidade de vida, mais completa e mais feliz para todos e não um objetivo em si.

Sachs (2004) compreende que a igualdade, equidade e solidariedade fazem parte do que é entendido por desenvolvimento, e que ao invés de se buscar o aumento do PIB, o objetivo deve tornar-se a promoção da igualdade e maximização das vantagens dos que possuem as piores condições, buscando-se diminuir a pobreza, que é desnecessária e vergonhosa em um mundo no qual existe a abundância. O autor ressalta que o desenvolvimento sustentável acrescenta a dimensão da sustentabilidade ambiental e sustentabilidade social, que é baseada em solidariedade com as gerações futuras.

O desenvolvimento sustentável, assim, prima pela solidariedade das gerações presentes e futuras, e também requer que estejam claros os critérios para sustentabilidade social e ambiental e para a viabilidade econômica. Neste contexto, somente merecem ser chamadas de desenvolvimento as soluções que promovam crescimento econômico e ao mesmo tempo impactos ambientais e sociais positivos (SACHS, 2004).

Para o autor, o desenvolvimento sustentável está firmado sobre cinco pilares, a saber: social, ambiental, territorial, econômico e político.

O pilar social é fundamental devido à “perspectiva da disrupção social”, presente de forma ameaçadora em muitos lugares do planeta. O pilar ambiental possui outras duas dimensões, os sistemas de sustentação da vida como provedor de recursos e como “recipintes” para a disposição de resíduos. O pilar econômico, com relação a sua viabilidade, é entendido como *condictio sine qua non* para que as coisas aconteçam. Por fim, o pilar territorial está “relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades [e o pilar político está relacionado à] governança democrática como valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz toda a diferença” (SACHS, 2004, p.15).

Ao relacionar o desenvolvimento ao território, Cazella e Carrière (2006, p.25), apontam que a corrente de pensamento sobre o desenvolvimento que abarca a noção de território, “[...] representa uma tomada de consciência dos limites da capacidade do Estado central de ordenar e planejar de maneira adequada o território”.

Pecqueur (2004 apud CAZELLA; CARRIÈRE, 2006), ressalta que “Se há quinze anos se falava de desenvolvimento local, atualmente é preferível falar em desenvolvimento territorial, já que esse estilo de desenvolvimento não se reduz à pequena dimensão”.

Para Cazella e Carrière (2006), espaço território é diferenciado do espaço-lugar pela sua “construção” a partir da dinâmica entre indivíduos que o habitam. Neste sentido, o território é definido como o “resultado da confrontação dos espaços individuais dos atores nas suas dimensões econômicas, socioculturais e ambientais”. O território, assim, não está em oposição ao espaço-lugar funcional, e sim o exemplifica.

Segundo Pecqueur (2004 apud CAZELLA; CARRIÈRE, 2006), a formação de um território é assumida, por vários atores atuais, como um resultado do encontro, da mobilização e da interação de seus atores sociais um dado espaço geográfico, com vistas a encontrarem soluções para um problema comum. Em outro sentido, um “território dado”, com delimitação política-administrativa, pode abrigar vários “territórios construídos”. Neste sentido, as dinâmicas territoriais apresentam como características serem múltiplas e sobrepostas; não possuem limites nítidos, e buscarem valorizar o potencial de recursos latentes.

Neste momento, então, faz-se necessária a diferenciação entre os termos “ativo” e “recursos”, que segundo Cazella e Carrière (2006), o ativo pode ser definido como um fator “em atividade”, que já possui valorização no mercado. Já o recurso, pode ser entendido como uma reserva, um potencial latente e/ou virtual, que pode vir a se transformar futuramente em um ativo.

Segundo Bonnal et. al (2014), o desenvolvimento territorial pode ser considerado como uma metodologia, sendo assim uma forma de pensar e de fazer o desenvolvimento, correspondendo, então a um processo de articulação entre os atores sociais e entre os setores relacionados à perspectiva da descentralização. Segundo os autores, o desenvolvimento territorial passa pelo inventário de seus recursos locais, capaz de transformar aspectos negativos em novos projetos de desenvolvimento, em que valores meramente simbólicos passam a desempenhar um papel de recursos socioeconômicos. A dinâmica de desenvolvimento territorial não se instala sem a criação ou cooperação. Precisam existir estruturas de troca entre os pesquisadores, associações civis, empresas privadas, órgãos públicos, passo que é essencial para estimular uma reflexão para novos projetos.

O desenvolvimento territorial deriva, então, da negociação entre os atores do território, mesmo que esses interesses não sejam os mesmos, mas que encontrem um ponto em comum em novos projetos. Ele também pode ser considerado como “[...] um processo tributário da descentralização político-administrativa do Estado”, sendo que seu sucesso pode depender da qualidade das atitudes cívicas de iniciativas locais. Este fato decorre da premissa do modelo de desenvolvimento de requalificar o “saber-fazer” local, fazendo o uso de novas tecnologias (BONNAL et al, 2008, p. 204).

2.1.3. Multifuncionalidade da agricultura

Este trabalho partirá do princípio da existência da multifuncionalidade do território, e também de algumas características que são fundamentais para entender o porquê dessa proposição, tais como: o curto tempo de existência da IG Vales da Uva Goethe, registro obtido em 2012, e a quantidade relativamente pequena de atores que se beneficiam diretamente pela existência desta Indicação Geográfica, observados em um primeiro momento.

O conceito de multifuncionalidade da agricultura, de acordo com Sabourin (2005), apareceu pela primeira vez na agenda internacional com a Declaração sobre o desenvolvimento sustentável durante a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento (ECO 92), podendo ser definido como “o conjunto das contribuições da agricultura para um desenvolvimento econômico e social considerado na sua globalidade” (LAURENT, 1999 apud SABOURIN, 2005). A partir deste momento, a multifuncionalidade caracterizou-se como “reconhecimento pela sociedade do interesse

público de funções sociais, ambientais, econômicas ou culturais, não diretamente produtivas ou não mercantis, associadas à atividade agropecuária” (SABOURIN, 2005, p. 161).

Por um ponto de vista global da preservação ou manutenção da população agrícola, dos recursos e dos territórios rurais, a multifuncionalidade se relaciona com o desenvolvimento sustentável, ao passo em que as duas noções são contemporâneas e possuem estratégias e preocupações semelhantes (SABOURIN, 2005).

O reconhecimento desta noção, multifuncionalidade da agricultura, pelas políticas públicas europeias foi objeto de muitos estudos, e é caracterizada pela “remuneração de agricultores pelos bens públicos ou amenidades associadas à sua atividade produtiva” (SABOURIN, 2005, p. 162).

Segundo Bonnal et. al. (2008), a noção de território guarda proximidade com a de multifuncionalidade da agricultura, esta, por sua vez, foi utilizada em países europeus para orientar a elaboração de políticas agrícolas e rurais. Essa proximidade entre as duas noções se firma pela consideração das dimensões social, ambiental e cultura, além da econômica, que estão envolvidas nos processos produtivos agrícolas e rurais.

O uso da noção de multifuncionalidade agrícola teve seu impulso motivado por negociações feitas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e por políticas públicas, ocasionando questionamentos na profissão agrícola e ao mesmo tempo uma renovação dos enfoques de centros de pesquisas. Este uso não se limitou à Europa, acarretando em estudos nos EUA, com Blantonford; na Nova Zelândia, com Campbell; e na América Latina, com os pesquisadores Ademir Cazella, Lauro Mattei, Renato S. Maluf e Philippe Bonnal (SABOURIN, 2005).

Dentro deste contexto, podemos dizer que a noção da multifuncionalidade da agricultura é útil ao cenário brasileiro como um instrumento para a análise dos processos sociais agrários, permitindo compreender as dinâmicas e fatores sociais que foram obscurecidos por visões que priorizam os aspectos econômicos. Porém, o autor ressalta que uma das características que diferenciam a noção de MFA europeia e brasileira, é que no Brasil, esta noção deve ser acompanhada do estímulo à produção de alimentos (BONNAL et. al., 2008).

De acordo com Sabourin (2005), as questões referentes à multifuncionalidade requerem um olhar multidisciplinar, que mobilize não só a economia, mas também áreas como a sociologia, antropologia, ciências políticas, geografia e direito.

De acordo com o Bonnal et al (2008), a noção de multifuncionalidade da agricultura traz um novo olhar sobre a agricultura de base familiar, permitindo a análise da interação entre as famílias rurais e seus respectivos territórios, considerando o modo de vida dessas famílias como um todo e não somente os aspectos econômicos. Esta noção abrange, por parte dos agricultores, da provisão de bens públicos relacionados ao tecido social, à segurança alimentar, ao patrimônio cultural e ao meio ambiente, o qual é foco desta dissertação.

Dessa forma, as principais questões da multifuncionalidade da agricultura estão relacionadas ao modo de viver e produzir na área rural: “o lugar da agricultura na sociedade, a relação cidade-campo, as novas formas da ruralidade, o manejo e o uso social dos recursos naturais e das paisagens, o papel da cultura e da identidade associadas aos territórios e aos produtos rurais etc.” (SABOURIN, 2005, p. 163).

No entanto, Sabourin (2006), ressalta que há divergências em torno da compreensão do tema de multifuncionalidade da agricultura: uma onde ela é vista como uma característica intrínseca da agricultura, e outra onde ela representa uma estratégia ou modelo de política de desenvolvimento. De acordo com o autor, após o reconhecimento da multifuncionalidade agrícola nos países europeus, que estavam ligadas a uma reflexão anterior sobre o papel da agricultura na sociedade e da insustentabilidade do modelo produtivista, passou-se a trabalhar a noção de MFA como estratégia de políticas públicas.

Neste sentido, Sabourin (2005) separa em quatro as concepções sobre multifinalidade da agricultura, a saber: 1) multifuncionalidade como uma produção conjunta de comodidades (bens mercantis) e de bens públicos; 2) abordagem de MFA que considera os múltiplos impactos e contribuições da agricultura e dos espaços rurais para a sociedade, para as comunidades locais e para o meio ambiente; 3) MFA como caminho ou estratégia de promoção da agricultura sustentável e do desenvolvimento sustentável; 4) Abordagem de MFA que designa as múltiplas prestações mercantis e não mercantis (ex: manejo de recursos naturais, paisagens, preservação do estatuto e modo de vida dos indivíduos e das comunidades) da agricultura ou dos espaços geográficos assimilados a territórios rurais diferenciados e também a necessidade de interconexão entre essas duas formas de prestação.

Bonnal et. al. (2008) define o enfoque da multifuncionalidade da agricultura –MFA- em quatro níveis de análise: 1) famílias rurais; 2) território; 3) sociedade e; 4) políticas públicas. Baseado em seu estudo, o autor pode observar as circunstâncias que afetam o desempenho das múltiplas funções da agricultura, através do olhar das dinâmicas de

reprodução das famílias. Tais dinâmicas são localizadas, pois estão inseridas em um território específico, e ao mesmo tempo atuam como modificadoras deste território. Já a incorporação da dimensão “território”, para o autor, traz a necessidade de se investigar a percepção sobre as funções e a atuação de atores e redes sociais dentro da construção social destes territórios. A dimensão das políticas públicas, por sua vez, permite verificar como estas reconhecem e legitimam a multifuncionalidade agrícola.

Em seus estudos, Bonnal et al (2008), evidenciaram quatro expressões da MFA no Brasil, alertando, ao mesmo tempo para o fato de estas expressões serem reflexos específicos de um dado contexto socioespacial ou territorial. As funções observadas foram: a) Reprodução socioeconômica das famílias rurais; b) Promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade; c) Manutenção do tecido social e cultural; d) e, Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Os territórios por sua vez, são considerados como unidades de expressão da multifuncionalidade agrícola a serem levadas em consideração no estabelecimento de políticas públicas. Apesar disso, existem diferenças de abordagens entre autores que estudam a relação entre a multifuncionalidade e o território. Podem ser evidenciadas, assim, duas diferenças acerca das acepções da multifuncionalidade do ponto de vista interdisciplinar, que por sua vez expressam pelo menos quatro concepções de território, que não se excluem entre si e ao mesmo tempo possuem ligação com os olhares disciplinares (BONNAL et. al., 2008).

As diferenças acerca das diferentes abordagens sobre a relação da multifuncionalidade e território são: 1) autores posicionam o conceito de multifuncionalidade no campo da economia e os que consideram este conceito de uma forma mais ampla; 2) economistas que se firmam na problemática da regulação pública, e os que a colocam sob a ótica do desenvolvimento territorial (BONNAL et. al., 2008).

Mollard e Pecqueur (2001; 2002 apud BONNAL et. al. 2008), por meio de uma abordagem de economia territorial, ressaltam a atividade econômica de um determinado espaço, utilizando-se do conceito de multifuncionalidade para justificar uma estratégia específica de desenvolvimento territorial. Assim, o território é definido como um lugar de recursos específicos (intrínseco ao lugar ou território) que, segundo os autores, é condição necessária para a criação de bens diferenciados. Dessa forma, o território é um resultado de uma ação entre atores e agentes econômicos.

A multifuncionalidade, então, deixa de ser uma característica da agricultura e passa a ser uma característica construída do território. O que não significa que não exista mais a multifuncionalidade da agricultura, mas sim que a agricultura deixa de ser o elemento fundamental da estratégia do desenvolvimento territorial (BONNAL, 2008).

Para finalizar a apresentação da relação entre território e MFA, é importante salientar a diferença entre a esfera privada regulada pelo mercado, e a esfera pública regulada por normas coletivas (BONNAL; MALUF, 2007 apud BONNAL et. al. 2008).

Bonnal et. al. (2008) reitera que os produtos agrícolas vendidos constituem a renda agrícola que por sua vez sustenta a reprodução econômica e social da família. Já na esfera pública, o aspecto multifuncional da agricultura familiar abre espaço para a produção de bens públicos ligados à segurança alimentar, preservação dos recursos naturais e paisagísticos e à manutenção do tecido social e cultural. Apesar disso, a agricultura nem sempre é a única fonte dos bens privados e públicos, podendo as atividades não-agrícolas terem um papel de destaque. O autor ressalta que a importância dessas atividades não agrícolas pode ser refletida no fornecimento de bens materiais que aumentam ou podem chegar a se constituir a maior parte da renda familiar, podendo contribuir também para o fornecimento de bens públicos relacionados à segurança alimentar, manutenção do tecido social e manutenção da paisagem. (infraestruturas produtivas específicas, como moinhos e fábricas).

Pecqueur (2006), no contexto das questões de globalização e dos problemas suscitados pela mesma, como por exemplo, a padronização e a descentralização dos processos produtivos, vê nos produtos agroalimentares de qualidade e nos procedimentos de certificação dos mesmos uma alternativa ao produtivismo para os territórios em crise ou em processo de transformação. Neste sentido, para o autor, se a referida atividade produtiva for “situada”, será ainda mais clara a relação da mesma com as características específicas de seu meio biofísico e social. Possibilitando, assim, a obtenção de rendimentos crescentes em decorrência de formas de mobilização de recursos de um território.

Pecqueur se fundamenta na seguinte definição de território para a criação da hipótese de uma cesta de bens e serviços “[...] o território pode ser definido como uma construção social de um grupo combinado, por vezes provisório, estruturado em torno de recursos compartilhados. Com muita frequência, esses recursos estão

ligados a (ou oriundos de) um espaço físico bem delimitado” (PECQUEUR, 2006, p. 149).

Pecqueur (2006) busca então neste seu trabalho, colocar em evidência a existência de um modelo de cesta de bens e serviços, com base em informações empíricas, demonstrando, ao final, que os agentes produtivos de um território podem colocar em prática a estratégia voltada para uma oferta diversificada e situada. Diversificada, no momento em que integra diferentes bens e serviços, e situada quando está vinculada a uma característica específica de seu território, a sua cultura, a sua histórica, etc.

O autor, com base em observações empíricas, pode constatar a existência de uma renda de qualidade territorial, que combina a qualidade do produto e sua origem geográfica, com história e um ‘saber-fazer’ específico. Pecqueur (2006) cita, então, o exemplo do óleo de oliva da região de Kes Baronnies, em Drôme na França, que como produto OAC (denominação de origem controlada), é vendido a um preço superior aos determinados por seus concorrentes possuidores da mesma qualidade intrínseca. Fato este que não se justifica pela qualidade física e química do produto, mas sim pela construção de uma imagem particular e à valorização de outros serviços incorporados a ele.

De acordo com Pecqueur (2006), a renda de qualidade territorial é uma renda organizacional que reflete a capacidade dos atores locais de captar a disposição dos consumidores a pagarem por aspectos ligados ao ambiente do produto através de dispositivos institucionais. O desenvolvimento desta renda é resultado de uma estratégia territorial de longo prazo, que envolve diversos atores, como produtores, cooperativas, e instituições de coordenação de desenvolvimento local (prefeituras, sindicatos, etc.). Esta renda, assim, demonstra de que forma os sistemas produtivos mais elaborados, implantados nos territórios, viabilizam uma oferta construída de bens e serviços.

Pecqueur (2006), em seu trabalho, buscou demonstrar que a valorização de novos recursos pode ocorrer de duas maneiras: 1) Considera que os bens e serviços são cada vez menos distintos, eles se apresentam de forma combinada, gerando uma oferta combinada “compósita”; 2) De outro lado, a concorrência que ocorre em nível territorial faz com que haja a formação de estratégias de especificação de bens e serviços, tendendo a identificar o produto ou um serviço a um ambiente delimitado espacialmente, originando uma imagem do produto e uma identidade e uma ligação com a história do respectivo local.

A hipótese da cesta de bens e serviços pode ser observada a partir da aquisição de um produto territorial pelo consumidor, seguida da descoberta da especificidade de outros produtos locais, determinando a utilidade deste produto a partir do conjunto de produtos que são oferecidos (a cesta). O valor adicional desta cesta, então, é baseado na constatação de que o consumidor adquire o produto em seu contexto. O produto principal tem como a função de atrair os consumidores que também valorizam a qualidade dos outros produtos desta cesta, reforçando assim, a qualidade global do território (PEQUEUR, 2006).

Esta cesta, assim, é “constituída por produtos ou serviços oriundos de diferentes produtores e de lugares de um mesmo território e seu consumo não é necessariamente simultâneo” (PEQUEUR, 2006, p. 144).

Um ponto importante a ser destacado, no contexto do presente trabalho, e de acordo com Pecqueur (2006), é o fato de existir a necessidade de ampliação da constituição da cesta. De acordo com o autor, o consumo pode estar ligado aos bens privados, mas também pode estar relacionado ao prazer oriundo de várias amenidades, sociais ou ambientais, constituindo-se este valor em uma parte do preço que o consumidor está disposto a pagar pelos produtos de qualidade territorial. O autor reitera que a cesta de bens não se trata de uma adição de bens privados, mas em uma combinação entre bens privados e bem públicos, que podem corresponder, por exemplo, às amenidades ambientais (paisagens, climas, etc.), e investimentos públicos.

Outra informação relevante observada por Pecqueur (2006), é que a renda gerada pela valorização do efeito da cesta de bens e serviços será primeiramente apossada pelos produtores do produto principal, mas também pelo conjunto de atores que contribuíram para a concepção desta cesta e que também tem interesse em se beneficiar desta renda.

Neste sentido, os atores econômicos fazem parte de um sistema de construção social da renda de qualidade territorial (MOLLARD, 2000 apud PECQUEUR, 2006). No caso da cesta de bens e serviços, as cooperações são motivadas por um cálculo oportunista, mas também por um sentimento de pertencimento ao conjunto de bens compartilhados, permitindo assim a construção de um “clube” (PECQUEUR, 2006).

Para a definição do termo “clube”, por sua vez, Pecqueur (2006) utiliza a definição de Sandler e Tschirhart (1980): “um grupo constituído voluntariamente que se beneficia de forma mútua, compartilhando uma ou mais das seguintes características: custos de produção, características comuns aos membros ou um bem cuja valorização não pode ser individualizada”. Dessa forma, para Pecqueur

(2006), o clube permite a diminuição de custos e compartilhamento de bens públicos (não-rivais e não-exclusivos).

Pecqueur (2006) confere à cesta de bens e serviços algumas características próprias, a saber: a) um conjunto de bens e serviços complementares, que se fortalecem nos mercados locais; b) uma combinação de bens privados e públicos, que convergem para a elaboração de uma imagem e de uma reputação de qualidade territorial; uma organização interativa entre os produtores da cesta (clube), visando internalizar a renda de qualidade territorial.

As principais características da cesta de bens, apresentadas por Pecqueur (2006), são: 1) O pacote completo de bens e serviços não é imposto ao consumidor: o consumidor tem a liberdade de comprar apenas um bem da cesta, porém o preço pago por esse bem será superior ao pago pelo mesmo bem fora da cesta. Isso se dá, pois o bem da cesta contém o serviço e a imagem que não possuem expressão de mercado de forma autônoma; 2) O mercado tende a ser do tipo “shopping”: os consumidores vão a procura dos vendedores; 3) O excedente retorna aos produtores dos produtos: a forma de repartição do excedente depende da configuração do clube. O produto líder compartilha o excedente com os diferentes componentes do clube; 4) O benefício das externalidades retorna igualmente aos membros do clube: por um lado, as amenidades ambientais que cada um pode explorar sem estar em situação de exclusão ou rivalidade; por outro, os subsídios públicos captados indiretamente pelo clube, como financiamentos para a preservação de amenidades ambientais, e fortalecimento da imagem da cesta; 5) Processo produtivo construído institucionalmente.

Outro ponto a ser ressaltado na proposta de Pecqueur (2006) é a governança territorial, esta por sua vez é caracterizada como um processo dinâmico que tem por objetivo a formulação e solução de problemas produtivos, quase sempre inéditos. Esta coordenação, por sua vez, conecta os diferentes atores e possibilita a descoberta e revelação de recursos latentes, com potencial de utilização, e criar valor representado pela renda de qualidade territorial. Esta operação, no entanto, implicaria na existência de compromisso institucional, onde os parceiros correspondem tanto a atores econômicos, quanto públicos, locais ou não (PECQUEUR, 2006).

Chegando ao fim da apresentação da hipótese da cesta de bens e serviços proposta por Pecqueur (2006), podemos resumir a cesta de bens como uma “expressão de oferta específica, compósita e territorializada”, onde “cada bem (ou serviço) é um “bem da cesta” e pode ser valorizado (vendido) separadamente do conjunto da cesta”. A venda dos bens da

cesta não é necessariamente ligada, porém o bem não perde suas características de integrante da cesta, especialmente através de seu preço, que se mantém mais elevado por ter integrado o efeito de renda de qualidade territorial. Dessa forma, na combinação entre o turismo e o produto de qualidade, por exemplo, o consumidor pode consumir toda ou parte da cesta, sem que suas escolhas modifiquem a estrutura desta cesta (PEQUEUR, 2006).

No caso do presente trabalho, considerando os Vales da Uva Goethe, o produto principal é a Indicação Geográfica Vales da Uva Goethe, e os demais produtos e serviços associados a ela, neste caso, será relacionado ao aspecto ambiental do desenvolvimento e proposto no decorrer deste trabalho.

2.2 INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

Para iniciar o tema sobre as indicações geográficas, é necessário relembrar e discorrer sobre sua história e início da sua utilização no cenário mundial, assim como também é importante que seja dada uma breve explicação acerca dos signos distintivos, termo intimamente ligado às indicações geográficas.

No decorrer da história da humanidade e de seus respectivos lugares de habitação, algumas cidades e regiões se tornaram conhecidas devido a um produto ou serviço específico produzido ou originado em seus espaços. Dentro deste contexto, onde a produção de determinado produto ou serviço se une à qualidade e tradição local, a Indicação Geográfica surge como um importante instrumento de diferenciação dos mesmos, ou seja, surge como um signo distintivo.

O desenvolvimento do uso dos sinais distintivos ocorreu ao longo da história. Inicialmente, na Antiguidade, não lhe era atribuído um sentido comercial, e destinavam-se apenas à indicação de propriedade dos objetos. Concomitantemente ao desenvolvimento dos sinais distintivos, foi sendo cunhado o termo que hoje conhecemos como “Indicação Geográfica”. Este se desenvolveu à medida que os produtores, os comerciantes e os consumidores perceberam que alguns produtos de determinados lugares possuíam características específicas que estavam relacionadas com a sua origem geográfica, e com o intuito de diferenciar estes produtos, passaram a denominá-los com o nome da sua região de origem (BARBOSA; PERALTA; FERNANDES, 2013).

Foi no período medieval que o papel dos sinais distintivos passou a se assemelhar com o exercido pelas marcas comerciais atuais, à

medida que distinguia e identificava produtos de determinados fabricantes na Europa. Pode-se citar como exemplo desta época, as marcas de comércio e proteção aos nomes geográficos, como “Murano”, que identificava vidros de certa localização geográfica, colaborando para a proteção contra a falsificação deste produto. Outro exemplo a ser citado, ocorrido no século XVI, na Escócia, foram as destilarias que gravavam seus nomes a fogo nos barris de transporte de whisky para identificá-los e garantir exclusividade no uso destes nomes (BARBOSA; PERALTA; FERNANDES, 2013).

Barbosa, Peralta e Fernandes (2013) ressaltam que, normalmente, os consumidores denominam os diferentes sinais distintivos todos pelo mesmo termo, “marca”. Porém, estes sinais são tão diferentes entre si, ao ponto de obterem denominações diferenciadas, tais como Marcas de Produtos, Marcas de Serviços, Marcas Coletivas, Marcas de Certificação e Indicação Geográfica, entre outros. Algo em comum entre as Marcas Coletivas e as Marcas de Certificação decorre do fato destas fazerem parte do grupo de sinais de uso coletivo, os quais são utilizados pelos associados ao titular da marca.

Porém, apesar da Marca Coletiva e da Marca de Certificação serem de uso coletivo, as mesmas possuem diferenças. A lei 9.279, Lei da Propriedade Industrial (LPI), regulamenta o registro da marca e determina o INPI como órgão responsável pelo registro da mesma. Define como Marcas Coletivas “aquelas usadas para identificar produtos ou serviços provindos de membros de uma determinada entidade”, ficando o seu registro sob a responsabilidade da pessoa jurídica representativa de coletividade.

De acordo com o artigo 123 da LPI, a Marca de Certificação, diferentemente da Marca Coletiva, é “aquela usada para atestar a conformidade de um produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas, notadamente quanto à qualidade, natureza, material utilizado e metodologia empregada”. Assim, uma das diferenças da Marca de Certificação consiste no fato da mesma atestar a qualidade ou característica específica de algum produto ou serviço.

Já as indicações geográficas referem-se a produtos e serviços que possuem origem geografia específica, sendo o seu registro uma forma de reconhecimento da reputação, qualidade e características, do produto ou serviço, vinculado ao local. Neste sentido, a Indicação Geográfica serve como comunicação ao mundo de que certa região se especializou e se capacitou na produção de determinado produto ou serviço de forma diferenciada e com excelência (INPI, 2014).

As indicações geográficas, no Brasil, são divididas em dois tipos: as indicações de procedência e as denominações de origem. Segundo o INPI (2014), a indicação de procedência “é o nome geográfico de um país, cidade, região ou uma localidade de seu território que se tornou conhecido como centro de produção, fabricação ou extração de determinado produto ou prestação de determinado serviço”. Neste caso, para provar a indicação de Procedência, é necessário a apresentação de documentos para comprovar que o nome geográfico é conhecido como centro de extração, produção ou fabricação do produto ou prestação do serviço.

A denominação de origem “é o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos”. Para a solicitação da denominação de origem, deverá ser apresentada a descrição completa das qualidades e as características do produto ou serviço que se destacam, de forma exclusiva ou essencialmente, por causa do meio geográfico, ou também devido aos fatores naturais e humanos (INPI, 2014).

O nome geográfico, que deverá ser registrado junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) é, assim, o elemento de distinção do produto ou serviço específico. Este nome pode ser o nome oficial, tradicional ou costumeiro que identifica a área geográfica aonde é desenvolvida a atividade referente à Indicação Geográfica. Ressalta-se que as indicações geográficas não possuem prazo de validade e, o interesse nacional por esta certificação torna-se cada vez maior.

2.2.1 Indicações geográficas reconhecidas no Brasil

Atualmente, são reconhecidas pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) 53 indicações geográficas: 44 nacionais, sendo 35 indicações de procedência e nove denominações de origem; e oito estrangeiras, todas denominações de origem.

No Brasil, destacam-se, pelo número de indicações geográficas, a produção de vinhos (Vale dos Vinhedos - RS, Altos Montes - RS, Monte Belo-RS, Pinto Bandeira-RS, Vale dos Vinhedos – RS, Vales da Uva Goethe – SC) e a produção de café (Região do Cerrado Mineiro-MG, Alta Mogiana – SP, Norte Pioneiro do Paraná – PR, Região da Serra da Mantiqueira – MG) (INPI, 2015).

No Quadro 1 são mostradas as indicações geográficas de vinhos reconhecidas no Brasil, incluindo as estrangeiras:

Quadro 1. Indicações Geográficas Reconhecidas no Brasil de Vinhos

	Número	Nome Geográfico	País/UF	Produto	Espécie	Data do registro
1	IG970002	Região dos Vinhos Verdes	PT	Vinhos	denominação de origem	10/08/1999
2	IG200101	Franciacorta	IT	Vinhos, vinhos espumantes e bebidas alcoólicas	denominação de origem	21/10/2003
3	IG201013	Porto	PT	Vinho generoso (vinho licoroso)	denominação de origem	17/04/2012
4	IG201008	Vale dos Vinhedos*	BR/RS	Vinhos: tinto, branco e espumante.	denominação de origem	25/09/2012
5	IG201106	Napa Valley	US	Vinhos	denominação de origem	11/09/2012
6	IG201102	Champagne	FR	Vinhos espumantes	denominação de origem	11/12/2012
7	IG200002	Vale dos Vinhedos*	BR/RS	tinto, branco e espumante.	indicação de procedência	19/11/2002
8	IG200803	Pinto Bandeira	BR/RS	tinto, branco e espumante.	indicação de procedência	13/07/2010
9	IG201009	Vales da Uva Goethe	BR/S C	Vinho de Uva Goethe	indicação de procedência	14/02/2012
10	BR402012000002-0	Altos Montes	BR/RS	Vinhos e espumantes	Indicação de procedência	11/12/2012
11	BR402012000006-3	Monte Belo	BR/RS	Vinhos	indicação de procedência	01/10/2013

* O Vale dos Vinhedos e a Região do Cerrado Mineiro iniciaram como IP e avançaram para DO

Fonte: elaborado pela autora com base em: INPI, 2015

Fora as indicações geográficas existentes, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio de um diagnóstico nas cinco regiões do Brasil, obteve uma lista com cerca de

144 produtos agropecuários potenciais para a obtenção da Indicação Geográfica, como pode ser observado no Quadro 2.

Quadro 2. Produtos agropecuários potenciais à obtenção de Indicação Geográfica

AMAZONAS	cacau, farinha, peixe ornamental, guaraná, palmito, açai, couro vegetal, fitocosméticos, cupuaçu
GOIAS	açafrão, melancia de Uruana, pimenta de Abadiânia, cachaça
AMAPA	mel da ilha, castanha industrializada
DISTRITO FEDERAL	morango, pimentão
ALAGOAS	própolis
PENAMBUCO	queijo coalho, café, carne seca
PARAIBA	cachaça, coco, abacaxi, arroz vermelho, citrus
RIO GRANDE DO NORTE	queijo de coalho, carne de sol, farinha, mel, queijo manteiga
CEARÁ	cajuína, rapadura, cachaça, doce de buriti, amêndoa de castanha de caju, mel, manteiga, queijo de coalho, carne de sol, paçoca
PIAUI	mel do Piauí, cajuína
MARANHÃO	cachaça, farinha, abacaxi, queijo, produto das quebraadeiras de coco, doce de espécie, mel, tiquira
TOCANTIS	abacaxi, melancia, mel, cachaça, feijão
PARÁ	açaí, castanha, feijão, queijo, cacau, abacaxi, farinha de tapioca, farinha de mandioca, produtos de perfumaria, produtos fitoterápicos, farinha de peixe, fibra de curuá
RORAIMA	feijão flexão
ACRE	farinha de mandioca, abacaxi, urucum, castanha do Brasil, essências
BAHIA	cachaça, farinha, fumo, cacau, café, mandioca e derivados, mel de abelhas
MATO GROSSO	cavalo pantaneiro, canjinjin
MINAS GERAIS	queijo, inhame, cachaça, banana, café, marolo,

ESPIRITO SANTO	café
RIO DE JANEIRO	palmito, queijo, cachaça, goiabada cascão, flores, mel
SÃO PAULO	flores, circuito das frutas (abacate, limão, morango, pêssego, uva rosada de mesa, caqui, figo), café, chá preto, cachaça
MATO GROSSO DO SUL	linguiça, erva mate, mel, carne, farinha
PARANÁ	banana e passas de banana, cachaça, cracóvia, mel, laranja, café, erva mate, uva, caqui, pokan, flores, maçã, farinha, palmito do litoral, ostras, abacaxi, queijo, pinhão, seda
SANTA CATARINA	queijo, uva e vinho, pinhão, maçã,
RIO GRANDE DO SUL	vinho, queijo, carne, arroz, espumantes, feijão, abacaxi, bergamota, doces, mel, morango, erva mate, maçã, pimenta

Fonte: elaborado pela autora com base em: MAPA, 2014

Segundo o MAPA (2014), os produtos agropecuários foram destacados principalmente devido à importância social, cultural e econômica que trazem às suas regiões. O MAPA conta com orçamento próprio para o incentivo da valorização dos produtos agropecuários, através de signos distintivos, como a Indicação Geográfica, com o objetivo de aumentar a lista dos produtos protegidos pela Indicação Geográfica.

Dentre suas ações, pode-se destacar a criação do Programa de Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual; ofertas de cursos, mapeamento de produtos potenciais para a obtenção de IG, parcerias institucionais, apoio à Projetos de Organização de cadeias produtivas regionais para uso dos Signos Distintivos - Indicações Geográficas ou Marcas Coletivas (com apoio a projetos de criação de sistemas para gerenciamento da Indicação Geográfica ou marca coletiva e à realização de levantamentos, estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados com as regiões, produtos e cadeias produtivas potenciais para uso de Signos Distintivos - Indicações Geográficas ou Marcas Coletivas), apoio à Projetos de promoção de produtos e regiões de Indicação Geográfica ou Marcas Coletivas (apoio a participação em eventos técnicos, feiras e exposições e à criação e publicação de materiais técnicos e promocionais); criação da Coordenação de

Incentivo à Indicação Geográfica, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (MAPA, 2014).

Outro órgão envolvido no contexto das indicações geográficas, e com vistas a desenvolver tecnologias para o desenvolvimento do agronegócio e vitivinicultura brasileira, é a EMBRAPA. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), através da Embrapa Uva e Vinhos, com sede em Bento Gonçalves – RS, desenvolve pesquisas relacionadas às uvas, vinhos, maçãs, e outras frutíferas de clima temperado. O órgão possui cerca de 30 anos, e tem como missão “viabilizar soluções tecnológicas para o desenvolvimento sustentável do agronegócio da vitivinicultura brasileira e de frutíferas de clima temperado da Região Sul por meio da geração, adaptação e transferência de conhecimento e de tecnologia em benefício da sociedade brasileira”. Como exemplo das ações voltadas ao desenvolvimento das indicações geográficas de uvas e vinhos, pode-se citar o projeto chamado “Desenvolvimento das indicações geográficas de vinhos Farroupilha e Altos Montes no APL de Vitivinicultura”, durante o período de 2008 a 2012 (EMBRAPA, 2014).

2.2.2 Aspectos jurídicos

Legislação internacional

Os acordos internacionais referentes às indicações geográficas iniciam-se com a Convenção da União de Paris para a proteção da propriedade industrial (CUP) no ano de 1883, do qual o Brasil foi um dos signatários. Neste acordo, conforme aponta Cunha (2011), a forma de proteção se dava por via indireta, através da coibição de falsas indicações geográficas. O texto original de 1883 passou por revisões em Bruxelas (1900), Washington (1911), Haia (1925), Londres (1934), Lisboa (1958) e Estocolmo (1967). O Brasil aderiu a Revisão de Estocolmo em 1992.

Em 1891, ocorreu o *Acordo de Madrid* referente ao Registro Internacional das Marcas. Este acordo foi assinado por países que criam serem insuficientes as formas de proteção às indicações de procedência, conforme citado acima no artigo 10 da CUP. O Brasil incorporou este acordo por meio do decreto nº 19.056/29, sendo a primeira vez que ocorreu a definição do termo “indicação de proveniência” ligada à origem de um produto (CUNHA, 2011).

Em 1994, durante a Rodada do Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais, houve a criação do Acordo sobre os Aspectos

dos Direitos de propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (ADPIC), também conhecido como TRIPS (Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights). Este acordo surgiu da necessidade de se incluir o tema da propriedade intelectual no âmbito do comércio internacional, e foi aprovado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo nº 3031 e internalizado pelo do Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994 (CUNHA, 2011).

Legislação Brasileira

Legislação Federal

No Brasil, as indicações geográficas são definidas e regulamentadas pela Lei nº 9.279/96, conhecida como Lei de Propriedade Industrial (LPI brasileira). Estão enquadradas como figura da propriedade intelectual, e está a cargo do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) o estabelecimento das condições de seu registro.

De acordo com o artigo 176 da lei nº 9.279/96 (LPI), constitui-se como Indicação Geográfica a “indicação de procedência ou a denominação de origem”. Dessa forma, nota-se que de acordo com a legislação brasileira, as indicações geográficas podem ocorrer de duas maneiras distintas, conforme os artigos 177 e 178, a seguir:

Art. 177. Considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tomado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.

Art. 178. Considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

A proteção conferida pela Lei 9.279/96 (LPI) às indicações geográficas, de acordo com o artigo 179, se estende à “representação gráfica ou figurativa da Indicação Geográfica, bem como à representação geográfica de país, cidade, região ou localidade de seu território cujo nome seja Indicação Geográfica”. Objetivou-se aqui, coibir as falsas indicações geográficas que pudessem confundir o consumidor, intencionalmente ou não.

Outro aspecto abordado pela LPI é referente ao nome geográfico que houver se tornado de uso comum, nesse caso, o produto não será considerado uma Indicação Geográfica. Neste contexto, conforme aponta Cunha (2011), há exemplos de indicações geográficas estrangeiras que se tornaram de uso comum no Brasil, como o “conhaque” e “champagne”. Referente à Indicação Geográfica “champagne”, a mesma passou a ser reconhecida no Brasil como Indicação Geográfica francesa somente no ano de 2012. (INPI, 2014). Já no caso do “conhaque”, a legislação brasileira faz distinção da palavra “conhaque” e “cognac”. A palavra “cognac” é reconhecida no Brasil como nome geográfico francês desde o ano 2000 (INPI, 2014), ao passo que o uso da palavra “conhaque” é permitido, pela legislação brasileira, para identificar certo tipo de bebida brasileira, conforme pode ser observado a seguir no artigo 8º da Lei nº 8.918/1994:

Art. 8º É facultado o uso da denominação conhaque, seguida da especificação das ervas aromáticas ou componentes outros empregados como substância principal do produto destilado alcoólico que, na sua elaboração, não aproveite como matéria-prima o destilado ou aguardente vínica.

Outro aspecto da legislação brasileira referente às indicações geográficas, destacado por Cunha (2011), é a permissão do uso de nomes não geográficos para designar uma Indicação Geográfica de um produto típico brasileiro como, por exemplo, “cachaça”. Tal permissão pode ser observada no Decreto nº 4062/2001, conhecido como o “Decreto da Cachaça”.

2.2.3 Pedido de registro de Indicação Geográfica

Conforme mencionado anteriormente, a Instrução Normativa nº 25, de 21 de agosto de 2013, que foi editada pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), regulamenta o registro da IG no Brasil. A referida instrução normativa, regulamenta as exigências para que se solicite o registro das indicações geográficas junto ao INPI, e diferencia os requisitos necessários para as duas formas de Indicação Geográfica, a indicação de procedência e a denominação de origem.

2.2.3.1 Indicações Geográficas como Promotoras do Desenvolvimento Sustentável: considerações sobre a fase de elaboração do Dossiê para Registro

Como mencionado anteriormente, o desenvolvimento se distingue do crescimento econômico, por incluir as dimensões ambiental e social. A primeira vez em que se definiu e se utilizou o termo “desenvolvimento sustentável”, foi no relatório de Relatório Brundtland. Neste relatório o desenvolvimento sustentável é descrito, em poucas palavras, como um desenvolvimento que atente as necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras (WCED, 1987).

De acordo com este documento, a pobreza não é somente um mal em si mesma, e que o desenvolvimento sustentável requer a satisfação das necessidades básicas de todos, ampliando a oportunidades de todos para a satisfação das aspirações por uma vida melhor. Compreende que um mundo, em que a pobreza é endêmica, será sempre propenso a catástrofes ecológicas (WCED, 1987).

Partindo deste contexto, é importante lembrar que uma das premissas atribuídas às indicações geográficas tem é a promoção do desenvolvimento sustentável de seu território. Este desenvolvimento, no entanto, para ocorrer de forma efetiva, deverá englobar aspectos sociais, econômicos e também ambientais (BRASIL, 2008; SACHS, 2004).

Ou seja, é necessário que haja um equilíbrio entre estes aspectos, e que todos sejam incluídos e considerados, no momento do registro, implementação e manutenção de uma Indicação Geográfica. Porém, é na etapa de registro que ocorrerá o estabelecimento, pelos próprios requerentes da IG, do regulamento de uso e das formas de controle que serão utilizadas, conforme exigido pela instrução normativa INPI nº25/2015, que será abordada mais detalhadamente posteriormente.

Com relação ao registro das IG's podem ser encontrados os seguintes documentos e legislação que fornecem orientação para o mesmo: o Guia para Solicitação de Registro de Indicação Geográfica para Produtos Agropecuários; e a Instrução Normativa Nº 25/2013, estabelecida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

O Guia para Registro de Indicações Geográficas para Produtos Agropecuários é um manual para a orientação para os produtores/requerentes de IG's essencialmente agropecuárias. Nele constam os itens exigidos pela instrução normativa do INPI (órgão responsável pelo registro das IG's), nº 25/2013, de maneira mais detalhada, de forma a servir como uma orientação aos requerentes do registro. Portanto, este guia não tem a função de acrescentar regras ao processo de registro de IG's e sim esclarecer as regras já existentes.

Porém, analisando este Guia elaborado pelo MAPA, encontramos a seguinte afirmação: “O objetivo da concessão de IG

apoiada pelo MAPA é o desenvolvimento sustentável, via agregação de valor aos produtos agropecuários, ressaltando as diferenças e identidades culturais próprias, organizando as cadeias produtivas e assegurando inocuidade e qualidade aos produtos agropecuários” (BRASIL, 2008, p. 4).

Nota-se que, apesar de o MAPA, a partir desta afirmação, colocar que o objetivo da concessão de IG apoiada por ele é o desenvolvimento sustentável, há pouca referência ao aspecto ambiental do desenvolvimento no decorrer do documento. O mesmo pode ser observado na legislação que rege as IG’s (LPI), apresentada anteriormente, e na instrução normativa do INPI nº25/2013.

A partir desta afirmação, pode ser subentendido que a principal maneira da Indicação Geográfica contribuir para o desenvolvimento sustentável, apoiada pelo MAPA, é por meio da agregação de valor aos produtos agropecuários.

O guia citado menciona as seguintes formas de agregação de valor a esses produtos são:

1. Ressaltar as diferenças e identidades culturais próprias;
2. Organizar cadeias produtivas;
3. Assegurar a inocuidade e qualidade aos produtos agropecuários.

Relacionando estas três formas aos três aspectos gerais do desenvolvimento (social, econômico e ambiental), pode-se observar a não referência clara ao aspecto ambiental. Embora este aspecto possa ser trabalhado em cada umas dessas maneiras de agregação de valor ao produto, citadas anteriormente, o mesmo não é claramente explicitado nesta afirmação inicial do guia, contrariamente ao que ocorre como os demais aspectos, econômico e social.

Seria importante citar claramente e objetivamente a relação da Indicação Geográfica e do desenvolvimento, incluindo a importância do seu aspecto ambiental nesta afirmação, para que o mesmo fosse considerado e entendido, pelos produtores, requerentes das IG’s e leitores deste guia, como uma parte intrínseca ao desenvolvimento de seus respectivos territórios.

Ainda no texto do Guia para Solicitação de Registro de Indicação Geográfica para Produtos Agropecuários, encontra-se a seguinte afirmação:

Objetivos da IG: As indicações geográficas são uma ferramenta coletiva de promoção comercial de produtos onde qualidade, reputação ou outras características devem-se essencialmente à origem geográfica. As IG podem proteger produtos/ regiões de falsificações e usurações

indevidas, servem como garantia para o consumidor, indicando que se trata de um produto especial e diferenciado. *No Brasil, o MAPA tem fomentado que, para IG agropecuárias, o ideal seria a combinação da qualidade do produto com a ocupação harmoniosa do espaço rural, sendo também, uma ferramenta de preservação da biodiversidade aliada ao desenvolvimento e promoção regional*” (BRASIL, 2008, p. 6, grifo do autor).

Nesta afirmação, considerada como “objetivos da IG”, podemos encontrar uma primeira menção ao aspecto ambiental do desenvolvimento, onde se ressalta que, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), seria ideal que nas indicações geográficas agropecuárias houvesse uma combinação entre a qualidade do produto e a ocupação harmoniosa do espaço rural, e que as IG’s também poderiam ser utilizadas como uma ferramenta para a preservação da biodiversidade aliada ao desenvolvimento regional.

Este texto, porém, limita-se a esta afirmação, não fornecendo indicações mais específicas, aos produtores e requerentes das IG’s, de como realizar esta ocupação harmoniosa do espaço rural, e de como utilizar as IG’s como ferramenta para a preservação da biodiversidade aliada ao desenvolvimento regional. Este objetivo, então, torna-se apenas uma sugestão, à medida que não é condição obrigatória para o registro das IG’s. Pois, para deixar de ser sugestão, deveria ser incluída na instrução normativa que regulamenta o registro.

Primeiramente, é importante lembrar que, como dito anteriormente, as indicações geográficas têm como uma de suas premissas a promoção do desenvolvimento de seu território. Este desenvolvimento, no entanto, para ocorrer de forma efetiva, deverá englobar aspectos sociais, econômicos e também ambientais (BRASIL, 2008; SACHS, 2004).

Ou seja, é necessário que haja um equilíbrio entre estes aspectos, e que todos sejam incluídos e considerados, no momento do registro, implementação e manutenção de uma Indicação Geográfica. Porém, é na etapa de registro que ocorrerá o estabelecimento, pelos próprios requerentes da IG, do regulamento de uso e das formas de controle que serão utilizadas, conforme exigido pela instrução normativa INPI nº25/2015, que será abordada mais detalhadamente posteriormente.

Partindo, então, para uma análise da Instrução Normativa nº25/2013, esta foi editada pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), e regulamenta o registro da IG no Brasil. A referida instrução normativa, regulamenta as exigências para que se solicite o

registro das Indicações Geográficas no INPI, e também diferencia os requisitos necessários para as duas formas de Indicação Geográfica, a indicação de procedência e a denominação de origem.

Na instrução normativa apresentada, nº25/2013, podem ser encontrados alguns indícios do aspecto ambiental do desenvolvimento, como no seu artigo 9º “a) elementos que identifiquem a influência do meio geográfico, na qualidade ou características do produto ou serviço que se devam exclusivamente ou essencialmente ao meio geográfico, incluindo *fatores naturais* e humanos”. Aqui, pode ser subentendido que os fatores naturais (que podem ser entendidos como sinônimo de fatores ambientais) são importantes na relação entre o produto e o meio geográfico, sendo importantes, portanto, para a própria existência e qualidade do produto.

Já, de acordo com o mesmo artigo, no trecho “b” e “c”, observa-se a exigência da elaboração do Regulamento de Uso (b), e da comprovação da existência estrutura de controle pelos requerentes do registro da Indicação Geográfica.

Neste sentido, “As normas de produção são uma etapa chave no processo de implementação de uma Indicação Geográfica. Elas devem ser claramente descritas e passíveis de ser objeto de controle; elas são o resultado de acordos coletivos entre os membros da região e da cadeia produtiva (representado pela entidade requerente)”. Esta afirmação está contida no livro referente ao Curso de propriedade industrial e inovação no agronegócio, módulo 2 – indicações geográficas¹ (BRASIL, 2014a, p.165).

De acordo com os autores, “A legislação em si não estabelece minimamente os requisitos ou o que deve conter ou não um regulamento de uso, mas, através das próprias definições de Indicação de Procedência –IP, e Denominação de Origem- DO, que ela apresenta, temos “dicas” sobre o que deve constar nele. O regulamento de uso, na verdade, servirá para o controle dos produtores (ou servidores) sobre a qualidade de seu produto (ou serviço). O que (quais os fatores), para cada caso, promove a qualidade desejada (reconhecida pela IG) no produto? Essa é a pergunta norteadora para a construção de um regulamento de uso, que deverá ser definido pelas pessoas envolvidas no processo produtivo (produtores, consumidores, pesquisadores, etc.)” (BRASIL, 2014a, p.167).

Assim, caberia aos próprios solicitantes dos registro de IG estabelecer critérios, no regulamento de uso ou controle, por exemplo, que incluíssem o aspecto ambiental.

Neste sentido, outra informação contida do livro referente ao Curso sobre Indicações Geográficas é que “O respeito ao regulamento de uso de um produto IG não libera os produtores a cumprir as regras mínimas exigidas pelos órgãos responsáveis. Também o regulamento de uso de uma IG não pode ser apenas um resumo ou uma enumeração das legislações em vigor. O respeito às regras exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal é obrigatório e não constitui um diferencial” (BRASIL, 2014a, p.168).

O aspecto ambiental, tanto com relação ao desenvolvimento, quanto a sua própria importância em si mesmo e para o território, não é demonstrado e solicitado na instrução normativa 25/2013. Conforme dito anteriormente, este aspecto, a partir do momento que não é especificado na legislação ou em documento oficial de órgãos governamentais, se resume ao cumprimento da legislação ambiental vigente. Neste sentido, o seu papel enquanto parte do desenvolvimento do território das IG's se encontra limitado.

Embora o documento (dossiê) gerado pelos solicitantes das indicações geográficas, como integrante do pedido de registro das IG's no INPI, seja normalmente extenso, contendo em sua maioria mais de 100 páginas, as orientações aos requerentes para pedido deste registro são gerais e trazem pouca informação específica sobre o que deve ser conteúdo do dossiê, conforme pode ser observado no Guia (apresentado anteriormente), e também na instrução normativa citada acima. Nota-se que as exigências solicitadas por esta normativa são apresentadas de forma genérica, podendo trazer dificuldades na preparação dos documentos solicitados, se os mesmos não forem elaborados de forma conjunta e em parceria com especialistas e/ou institutos de pesquisa que trabalhem e tenham grande conhecimento sobre o tema.

2.2.4 Indicações geográficas como caminho para a sustentabilidade ambiental

Com relação à sustentabilidade ambiental, é importante lembrar o papel tanto do governo quanto dos cidadãos. Conforme consta no artigo nº 225 da Constituição Federal: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à

coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Para tanto, é dado ao poder público a tarefa de preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.

Voltando-nos para o contexto das indicações geográficas, apesar da falta de norteamento governamental, na forma de legislação e/ou guias específicos, para o alcance do desenvolvimento sustentável dos territórios, no que diz respeito às indicações geográficas, alguns territórios têm se destacado ao incorporar aspectos da sustentabilidade ambiental de forma voluntária, ou para suprir a própria exigência de novos mercados consumidores. Alguns autores (LOPES, 2011; SOUZA, 2006; BOWENA; ZAPATA, 2008; SANTILLI, 2009; TRENTINE, 2009) têm se dedicado ao estudo sobre as Indicações Geográficas e sua relação com o meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Assim como também, tem sido de extrema importância as parcerias realizadas entre produtores, Universidades e Institutos de Pesquisa, surgindo com uma das alternativas para a falta de norteamento oferecido pelas diretrizes governamentais existentes.

Como sugestão e alternativa à falta de norteamento para o alcance do desenvolvimento do território, e no caso específico da sustentabilidade ambiental, seria incorporar, dentro da legislação e/ou no guia referente ao registro das indicações geográficas, algo semelhante aos que se conhece por indicadores de desenvolvimento sustentável.

Um exemplo existente, de indicadores de desenvolvimento sustentável no Brasil, é o elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cuja última versão corresponde ao ano de 2012, e é chamado de IDS 2012. Este documento possui 350 páginas e elenca indicadores nas dimensões: ambiental, social, econômica e institucional.

Neste documento, os indicadores são entendidos como ferramentas que contém duas ou mais variáveis que, ao serem associadas de várias formas, mostram significados sobre os fenômenos a que se referem. Já os indicadores de desenvolvimento sustentável, por sua vez, são instrumentos capazes de guiar ações e subsidiar o monitoramento e avaliação de um progresso rumo ao desenvolvimento sustentável. Assim, devem ser vistos como um meio para alcançarem o desenvolvimento sustentável, e não um fim em si mesmos (IBGE, 2012).

Neste documento (IDS-2015), a dimensão ambiental está relacionada ao uso dos recursos naturais e à degradação ambiental, e também aos objetivos de preservação e conservação do meio ambiente,

fundamentais para a qualidade de vida das gerações atuais e futuras. Estas questões estão apresentadas nos temas atmosfera; terra; água doce; oceanos, mares e áreas costeiras; biodiversidade e saneamento.

Além do IDS-2015, existem outros sistemas de indicadores de desenvolvimento sustentável, como por exemplo, o Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável do Estado de Santa Catarina, o SIDEMS. Este sistema tem por objetivo central “facilitar o acesso dos agentes públicos à imensa quantidade de informações espalhadas pelas bases de dados dos órgãos públicos federais e estaduais, além das pesquisas da própria FECAM, tratando e consolidando os conteúdos mais estratégicos para os municípios, associações de municípios e aos diversos recortes territoriais usados em Santa Catarina” (SIDEMS, 2014).

A incorporação de indicadores de sustentabilidade, no entanto, não viria de forma a tornar a fase de registro “engessada” ou trazer mais empecilhos à mesma. Ela poderia atuar de forma a esclarecer aos próprios requerentes das IG’s, quais aspectos da sustentabilidade ambiental (e também econômica e social), deveriam ser considerados para que o produto pudesse colaborar de forma mais efetiva para o desenvolvimento de seu respectivo território.

Para que isso ocorra, no entanto, é necessária a escolha de indicadores que tenham relação com as indicações geográficas, ou seja, que considere a singularidade destes produtos, que por sua vez possuem forte relação com o seu meio geográfico e social.

A relação entre o aspecto ambiental e o desenvolvimento dos territórios, aos quais pertencem as IG’s, não é claramente exposta na legislação e demais documentos elaborados por órgãos governamentais, responsáveis pela orientação e normatização do registro das indicações geográficas.

Muitas vezes existem informações referentes ao aspecto ambiental nestes documentos, mas as mesmas se encontram dispersas, não havendo conectividade com o desenvolvimento como um todo e com as próprias indicações geográficas. Há falta de clareza na demonstração da importância deste aspecto para o desenvolvimento do território a que pertencem estas IG’s, e também pouca informação acerca de quais são os reais potenciais das IG’s enquanto promotoras do desenvolvimento sustentável. Para isso, é importante haver estudos que relacionem o aspecto ambiental do desenvolvimento com as indicações geográficas, tendo como referência as Indicações Geográficas existentes no Brasil.

Também é importante que continuem sendo levantados, tendo como referência IG's já estabelecidas (nacionalmente ou internacionalmente), os reais potenciais das IG's como promotoras do desenvolvimento do território, relacionando-os com o aspecto ambiental do desenvolvimento, para que os resultados desses estudos possam ser utilizados como subsídios para elaboração de legislação e documentos relacionados às indicações geográficas.

Os indicadores de desenvolvimento sustentável poderiam surgir, então, como uma alternativa à falta de clareza das exigências atuais do INPI para o registro das IG's. Estes indicadores teriam a função de nortear os requerentes das IG's na busca de transformá-la, efetivamente, em uma potencializadora do desenvolvimento de seu território.

2.2.5 Indicação Geográfica de produtos agrícolas como potencial para conservação da biodiversidade

Como mencionado anteriormente, a sustentabilidade ambiental é considerada, um dos pilares do desenvolvimento sustentável, juntamente com os pilares econômico e social (SACHS, 2004). Neste sentido, a conservação e proteção de biomas, e da biodiversidade, podem ser consideradas uma das formas de promover a sustentabilidade ambiental de territórios.

O Brasil possui grande variedade de biomas, o que reflete a sua riqueza de fauna e flora, é o país que abriga a maior biodiversidade do planeta, que corresponde a mais de 20% do total de espécies do planeta Terra. Além de sua grande biodiversidade, o Brasil também possui uma grande sociodiversidade, compreendendo mais de 200 povos indígenas, diversas comunidades, como os quilombolas e caiçaras que, por sua vez, possuem um vasto acervo de conhecimentos tradicionais sobre a conservação da biodiversidade (BRASIL, 2015).

Guedes et. al. (2005), considera que no atual cenário de desmatamentos, os esforços feitos para a definição de estratégias de conservação não serão suficientes para impedir o processo da perda de biodiversidade da Mata Atlântica, e consequente fragmentação, levando ao efeito de isolamento das espécies. Contudo, o autor relaciona o relativo sucesso da preservação da Mata Atlântica ao restabelecimento de conectividades, deslocando-se o foco nas Unidades de Conservação para a gestão integrada em mosaico, que envolve fragmentos naturais de florestas até centros urbanos, passando por pastos, áreas de silvicultura, entre outros.

Diante disso, objetivando-se o foco na gestão integrada em mosaico citada por Guedes et al. (2005), que abrange as áreas com os mais diversos usos, podemos inserir a gestão das áreas agrícolas, e no caso do presente trabalho, os territórios detentores da Indicação Geográfica agrícola, que por sua vez possuem uma maior relação com o território no qual se inserem.

Uma gestão integrada da área permitiria enxergar os territórios de IG's como parte do todo, no que se refere ao aspecto ambiental, cabendo a estes territórios estabelecerem estratégias e ações para a conservação e proteção de áreas e da biodiversidade local.

Conforme mencionado anteriormente, a agricultura convencional (que visa o lucro, prioritariamente) tem causado um impacto negativo no meio ambiente, à medida que utiliza produtos químicos capazes de causar poluição das águas, solo, ar, dos produtos agrícolas, etc., cabendo então, a necessidade de ações que visem mitigar, ou até mesmo erradicar estes impactos, ao mesmo tempo em que colaborem para a sustentabilidade ambiental da área.

Segundo o já citado “Guia de Solicitação para Indicação Geográfica de produtos Agropecuários”, elaborado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, a Indicação Geográfica agropecuária, aliada ao desenvolvimento e promoção regional, pode ser considerada uma ferramenta para a preservação da biodiversidade.

Neste mesmo guia, é mencionado que, nas áreas de Indicação Geográfica, normalmente, se observa um incremento do turismo, da diversificação da produção, da biodiversidade, das habilidades locais e dos recursos naturais, conforme pode ser observado no trecho abaixo:

Com a IG ficam garantidas a origem, o modo de elaboração e a especificidade do produto que tem um significado histórico cultural e uma ligação estreita com o mundo do campo. Consta-se também, geralmente, o incremento do turismo em áreas com Indicação Geográfica além da diversificação da produção e, por conseguinte, **a preservação da biodiversidade, das habilidades locais e dos recursos naturais** (MAPA, 2008, p.06, grifo do autor).

Já na França, de acordo com Berard e Marchenay (2008), as indicações geográficas são baseadas em um vasto sistema institucional e técnico, acolhidas por políticas públicas nacionais e europeias. Porém, os autores questionam: entre os países em desenvolvimento, quais teriam suficientes recursos financeiros e institucionais para isso? Os autores ressaltam que as considerações a respeito da biodiversidade implicam na participação e motivação das pessoas responsáveis pela

elaboração das especificidades das Indicações Geográficas, que são a pedra angular das mesmas. Um pré-requisito para isto, no entanto, são as organizações, capazes de apoiar os produtores e estabelecer as formas de controle.

Berard e Marchenay (2008) consideram que a biodiversidade e o desenvolvimento sustentável tendem a ocupar um crescente lugar nas preocupações do Instituto Nacional de Origem e Qualidade (INAO), órgão que na França é responsável pelas Indicações Geográficas. Dois exemplos citados pelos autores, com relação à conservação da biodiversidade, são as indicações geográficas de origem controlada (appellation d'origine contrôlée): OAC *Poiré Domfront*, obtido em 2002 para um perry²; e a OAC *Châtaigne d'Ardèche* para uma tipo de castanha originada em Ardèche, ambas exemplos de indicações geográficas que fizeram esforços para levar em consideração o ecossistema como um todo. Outro exemplo citado pelos autores são os queijos com Indicação Geográfica, tal como o *Tome des Bauges* ou *Comté*, que se atentam a forma que os rebanhos são criados, à importância das raças locais de gado, à composição dos pastos e à flora microbiana natural do leite.

Direcionando nosso exemplo para a região Sul do Brasil, diferentemente do que ocorre na maioria do território brasileiro, caracterizado por grandes propriedades rurais, a mesma pode ser considerada um caso à parte. De acordo com Guilhoto et. al. (2007) o sul do Brasil é um caso peculiar, pois, alguns fatores relacionados à forma diferenciada como ocorreu a colonização dessas áreas, com herança cultural de povos europeus, capacitaram os produtores a desenvolverem associações, permitindo a concorrência entre pequenas unidades e propriedades maiores.

No contexto das Indicações Geográficas, as associações de produtores locais têm desempenhado um papel importante durante o processo de obtenção da IG e também na sua manutenção. Dessa forma, algumas ações referentes à promoção da sustentabilidade ambiental podem ser levantadas e geridas pela própria associação. É claro que este fato não isenta o poder público de promover ações visando à sustentabilidade ambiental, pois justamente o ideal é haver a ação conjunta entre a esfera pública e privada, dentro do território, assim como também a gestão do seu meio ambiente.

Segundo Cerdan (2009), questões referentes à sustentabilidade de territórios rurais marginalizados estão sendo questionados nas esferas

² Bebida alcoólica feita a partir do suco fermentado de peras

pública, acadêmica e também pela sociedade civil, que vêm se inserindo no debate político global sobre a responsabilidade dos Estados e organizações internacionais na promoção de um desenvolvimento sustentável. Neste mesmo sentido, a sociedade civil e agentes públicos formularam novas questões para o mundo agrícola, de forma a ampliar o entendimento e a relação entre agricultor, território e sociedade.

Cerdan (2009) observa uma redefinição e uma legitimação de dispositivos de mercados ligados a objetivos ambientais, como os selos oficiais de qualidade e as marcas “eco”, podendo ser incluída, neste caso, às Indicações Geográficas. Segundo a autora, estes dispositivos de mercado “são qualificados pelos agentes públicos ou pela sociedade civil como instrumentos potenciais ao serviço da promoção da agricultura familiar, da proteção da biodiversidade e da sustentabilidade da agricultura e de seus territórios”.

A autora cita também que os consumidores do mundo atual buscam produtos sadios e que respeitem ao meio ambiente, e que neste sentido as estratégias para a diferenciação dos produtos locais e instituições podem contribuir para aproximar os produtores e os consumidores, formando uma rede, e também para educar tendo como foco o desenvolvimento territorial (CERDAN, 2009).

Segundo Cerdan (2009), projetos de Indicação Geográfica no Brasil passam por uma tentativa de patrimonializar seus produtos, de reativar sua história e cultura. Estratégias, neste sentido, têm levado ao reencontro, e às vezes reinvenção, do território, e também de um patrimônio natural. Isso tem resultado na construção de uma visão ampla de território, de seus recursos biológicos e também culturais.

Conforme aponta Cerdan (2009), os promotores de Indicação Geográfica criam um discurso que vai além da conexão do produto com a sua origem e parte para uma conexão mais ampla que integra, por exemplo, práticas de segurança alimentar e práticas ecológicas.

Práticas como estas são essenciais à construção de novos paradigmas relacionados à agricultura e ao meio ambiente, à medida que atraem produtores que poderão modificar práticas agrícolas que prejudiquem o meio ambiente, ou até mesmo elaborar e executar projetos que visem a conservação da biodiversidade local. Espera-se, também, que um meio ambiente sadio traga melhor aceitação de seus produtos nos novos nichos de mercado ditos como “ecológicos” e também colabore para a própria saúde ambiental de suas propriedades, municípios, etc., formando um ciclo de benefícios entre produtor, consumidor e meio ambiente.

3. OS VALES DA UVA GOETHE

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: OS VALES DA UVA GOETHE

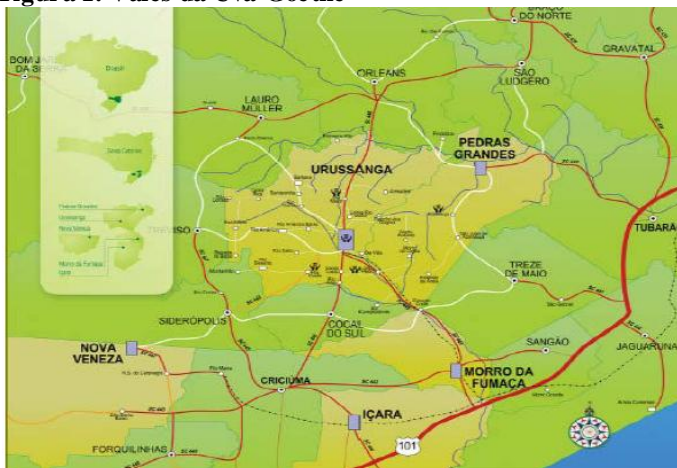
No contexto das indicações geográficas, além das questões políticas relacionadas ao território, também são de extrema importância a caracterização de aspectos ambientais, sociais, econômicos, dentre outros. Os produtos, neste contexto os agroalimentares, devem muito às características do ambiente em que se localizam à sua qualidade e especificidade. É de extrema importância que os produtores conheçam bem essas características para se adequarem e utilizarem essas informações da melhor maneira possível com vistas ao aprimoramento e busca pela qualidade e especificidade de seus produtos. Diante disso, serão dadas a seguir algumas informações com vistas a caracterizar, sinteticamente, a área em questão.

3.1.1. Localização geográfica

O território das Uvas Goethe se encontra no Sul Estado de Santa Catarina. A lei estadual nº 14.389 de 18 de março de 2008 regulamenta o território dos “Vales da Uva Goethe”, definindo-o como a região compreendida entre os municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Içara e Nova Veneza.

Já pelo registro cedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, os Vales da Uva Goethe são considerados uma microrregião localizada entre as encostas da Serra Geral e o litoral sul catarinense nas bacias do rio Urussanga e rio Tubarão, compreendendo os municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Cocal do Sul, Morro da Fumaça, Treze de Maio, Orleans, Nova Veneza e Içara (INPI, 2014), conforme mostrado na Figura 2.

Figura 1. Vales da Uva Goethe



Fonte: REBOLLAR *et al.* (2007).

3.1.1. Histórico

Antes dos italianos chegarem à Urussanga, e aos demais municípios integrantes da região dos Vales da Uva Goethe, esse mesmo local era habitado por outra população, a indígena. Com os constantes incentivos do governo brasileiro na época, no entanto, dá-se início a ocupação do sul de Santa Catarina, em uma colonização chamada de “povoamento”. Esses italianos, recém-chegados, trouxeram consigo o sonho de construir uma nova vida em um novo continente, em um novo país. Além da vontade de construir uma nova vida, também são encontradas as dificuldades de povoar uma terra já habitada, em meio a um habitat desconhecido, com matas densas e fauna silvestre. Passado os anos, os colonos italianos, e agora seus descendentes, transformaram esse território o qual foi “dado” a eles pelo governo brasileiro. Com sua cultura, tradições, forma de construir, do saber fazer, moldaram um território e hoje Urussanga passa a ser reconhecida como a “Capital do Vinho”.

Este tópico procurará trazer, então, a seguir, um pouco sobre a história referente à ocupação e transformação dos Vales da Uva Goethe, desde o momento pouco anterior à chegada desses primeiros imigrantes italianos, até os dias de hoje. Ressalta-se que esta volta às origens é de extrema importância, à medida que a intrínseca relação destes municípios com a cultura Italiana, juntamente com a cultura da uva e

vinho, é uma das características que dão singularidade à Indicação Geográfica da qual trata este trabalho.

Histórico de ocupação do atual Vales da Uva Goethe

Antes dos Vales da Uva Goethe ser reconhecido pelo INPI como um nome geográfico para identificação do produto da Indicação Geográfica, e antes mesmo da chegada dos imigrantes europeus na região, no final do século XIX, este mesmo território era coberto pela Mata Atlântica e era ocupado por indígenas.

Durante o século XIX, grande parte do sul de Santa Catarina era coberto pela mata atlântica e habitado por um grupo indígena, conhecido por Xokleng. A faixa litorânea e os vales dos rios navegáveis, principalmente na microrregião do Extremo Sul Catarinense e vale do rio Tubarão, eram ocupados por um número considerável de pessoas de ascendência europeia (de maioria lusa) e escravos de origem africana. Já o grupo Xokleng era nômade e a sua alimentação era baseada na caça e coleta, deslocando-se pela região e ocupando determinada parte dela de acordo com cada estação. No entanto, este panorama de ocupação passou por grande transformação após a criação da Lei de terras de 1850 (SELAU, 2006).

A partir da lei de terras de 1850, o sistema de ocupação de sesmarias passa a ser substituído pela mesma. Por definição, pela lei de terras, a única forma de acesso à terra passa a ser a compra de terras, determinando que somente teriam direito sobre as antigas posses quem possuísse seus respectivos títulos. Este fato, então, coloca as populações indígenas em posição extremamente frágil, pois mesmo tendo ocupado diversos territórios durante muito tempo, elas não possuíam seus respectivos títulos (SELAU, 2006).

O governo, com o objetivo de apropriar-se das terras que eram ocupadas pelos grupos nativos, utilizou-se da legislação e de órgãos administrativos responsáveis pelo povoamento com pessoas integradas à economia do Império, para retirar destes grupos os direitos sobre os territórios originalmente e historicamente ocupados por eles. Assim, os territórios para implantação de colônias foram medidos sem considerar os direitos dos índios sobre as terras. Após a implantação das colônias, então, buscou-se combater os indígenas até que estes fossem exterminados, ou se dirigissem para locais distantes das áreas recém-ocupadas pela expansão da fronteira agrícola nacional (SELAU, 2006).

Assim, a partir deste momento, inicia-se uma transformação e modificação profunda no uso e ocupação da região onde hoje estão localizados os Vales das Uvas Goethe, o sul de Santa Catarina. Antes

ocupada por grupos indígenas, que baseavam sua sobrevivência na caça e na coleta, modificando de forma mínima o meio ambiente no qual se inseriam, agora este território passa a acolher uma população com costumes, culturas e relação diferenciada com o solo e com o meio ambiente, como será visto no decorrer do presente trabalho.

A Colonização Italiana no Sul de Santa Catarina

No início da colonização dos municípios do sul de Santa Catarina, conforme aponta Rebollar et. al. (2007), chegaram à região de Urussanga, a partir do ano de 1877, grupos de italianos, conhecendo desde este momento inicial a cultura da videira. Os primeiros colonos chegaram à Santa Catarina através dos portos de Florianópolis e Laguna, sendo Azambuja o primeiro núcleo formado na região, seguido por Urussanga, em 1878, e Pedras Grandes, em 1884, após a construção da estrada de ferro Tereza Cristina.

A área que hoje compreende os Vales da Uva Goethe foi em sua maior parte colonizada por imigrantes do norte italiano. Estes imigrantes, por sua vez, foram alvos de uma política e propaganda imigratória realizada pelo governo brasileiro e por agenciadores europeus (MAESTRELLI, 2011).

Segundo Rebollar et. al. (2007), os colonos precisaram aprender empiricamente sobre a natureza dessas novas terras, que eram diferentes do lugar de onde vinham, tiveram que desenvolver práticas de plantio e selecionar as melhores sementes a serem utilizadas. As primeiras videiras foram trazidas da Itália pelos navios, cobertas de musgos para que pudessem sobreviver as dificuldades decorrentes da viagem.

Segundo Pereira et. al (2011), as diversas áreas geográficas de Urussanga foram colonizadas por italianos vindos de diferentes regiões do norte da Itália. O Rio Maior foi abrigo dos friulanos, o centro foi colonizado pelos belluneses, os trevisanos foram os desbravadores da zona rural, e Belvedere era a terra dos bergamassos.

As videiras foram cultivadas desde o início da colonização da região, e as primeiras a serem cultivadas foram as de Sr. Adamo Ceron, no rio Carvão, e em seguida algumas famílias cultivaram uvas no Rancho dos Bugres. Juntamente com elas, deu-se início também a produção do vinho, que era produzido praticamente por todas as famílias nas colônias. Após 10 anos da fundação de Azambuja, primeiro núcleo formado na região, esta já contava com a produção de 8700 litros de vinho colonial nos porões familiares. Urussanga, na mesma época contava com a produção de 13600 litros (REBOLLAR et al., 2007).

De acordo com Maestrelli (2011), após uma década da fundação de Urussanga, o vinho já era um produto bastante difundido entre seus habitantes, de acordo com os livros de registros da Venda de Giovanni Damian e Lúcia De Bona Marchet. Segundo registros do Ministério da Agricultura, a primeira exportação de vinho de Urussanga ocorreu em 1892³.

Antes do momento da introdução da uva Goethe, já existiam outras variedades de uvas que produziam vinho branco em Urussanga. Como, por exemplo, a uva-branca, conhecida como variedade Martha, que foi introduzida por volta de 1902, a partir do Rio Grande do Sul. A variedade utilizada para vinho tinto era a conhecida como “creoula”. Outro exemplo, a variedade Concord, também conhecida como uva francesa, foi introduzida entre os colonos de Urussanga pelo também colono Celeste Canapini.

Na colônia Nova Veneza, instalada no ano de 1891, em suas duas primeiras décadas de sua existência, não existiu menção sobre uvas, vinhas ou vinhos. Apesar disso, no ano de 1892, foi formada uma comissão com o intuito de organizar a região sul catarinense para a exposição Agropecuária de Chicago, a se realizar no ano seguinte. Nela se discutia sobre produtos agrícolas, porém ainda não eram mencionados a uva e vinho, somente o milho, para a apreciada polenta, feijão, arroz, trigo, fumo, cana de açúcar, e a aguardente (MAESTRELLI, 2011).

Durante a construção da Estrada de Ferro Tereza Cristinha, nos anos entre 1880 e 1890, o regente do consulado italiano chegou à região, e estabeleceu-se em Urussanga, com o objetivo de acompanhar as colônias de imigrantes italianos em Santa Catarina, para servir de apoio aos colonos e enviar relatórios à Itália. Anteriormente o regente estava em São Paulo, onde pode estabelecer contato com um imigrante italiano responsável pela introdução de diversas variedades de uvas no Brasil, dentre elas a GOETHE, na região de Urussanga (REBOLLAR et. al., 2007).

No ano de 1896, com a inauguração da ferraria, o trabalho com o ferro passou a ser difundido, e com o passar dos anos, surgiram fabricas de balas, gelo, chapéu e meias, além da lavoura que era considerada cada vez mais forte (PEREIRA et. al. 2011).

O início da atividade carbonífera no município de Urussanga deu-se em março de 1918, com a abertura da Companhia Carbonífera de Urussanga (CCU), na comunidade de Rio Deserto, uma das primeiras a

³ Correspondendo a 96 litros com um valor de 96\$000 (noventa e seis mil réis), com isenção de imposto de importação

explorar o carvão em escala industrial no estado de Santa Catarina. O auge desta atividade, no entanto, foi em torno da década de 50 (PEREIRA et. al., 2011).

Retornando à produção de vinhos, conforme alguns depoimentos de moradores mais antigos, praticamente 100% das residências da praça possuíam, nos fundos, vinhedos. Conforme informações, no ano de 1913, houve a primeira cantina; em 1915 se construiu o primeiro hospital; em 1917 o engenheiro Botelho inicia a exploração do carvão em Rio Deserto; em 1919 o início da estrada de ferro até minas. No ano de 1925, Urussanga é comarca, e no mesmo ano foi inaugurada a estação de trem (MAESTRELLI, 2011).

Com a inauguração da Estrada de Ferro, tornou-se possível o escoamento da produção de vinhos e uvas Goethe, e partir deste momento passaram a ser comercializadas em outras regiões do estado de Santa Catarina. Após 10 anos da inauguração desta estrada de ferro, Urussanga exportava 84357 litros de vinho. A variedade Goethe foi exportada para outros locais, como o Rio Grande do Sul, mas dentre todos os locais, Urussanga foi a que conseguir produzir o vinho de melhor qualidade (REBOLLAR et al., 2007).

O Sul de Santa Catarina e a Produção de Uvas e Vinhos

Durante este período, compreendido pelo início da colonização e após dez anos da inauguração da estrada de ferro, diversas vinícolas se estabeleceram no atual Vales da Uva Goethe. Com relação à introdução da variedade Goethe, esta teve boa adaptação às condições climáticas e solos da região de Urussanga, sendo amplamente difundida pelos colonos. Esta se tornou a variedade de uva mais típica na região, apresentando características próprias e se diferenciando das outras variedades cultivadas (REBOLLAR et. al., 2007).

Um fato importante a se mencionar é que, após a introdução da variedade Goethe em Urussanga, por volta da década de 1920, esta sofreu uma mutação nos parreirais de uma família de vitivicultores. O vinho produzido pela “Nova Goethe” foi repassado às famílias produtoras de vinho na década de 50 e passou a ser chamada pelos viticultores como Goethe Primo (MAESTRELLI, 2011)

Nesta mesma década, de 50, o município de Urussanga passa a ser considerada a “Capital do Vinho”, e depois passa ser intitulado “Terra do Bom Vinho e da Cultura Italiana”, e foi ortogado com o título de “Capital Catarinense do Bom Vinho” pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (REBOLLAR et al., 2007).

O auge, portanto, da vitivinicultura de Urussanga ocorreu entre as décadas de 50 e 60. No ano de 1917, somente uma família foi responsável pela produção de 4.000 litros de vinho; em 1930, 38.000 litros; em 1940, 90.000 litros; e no período entre 1946 e 1958, produziram cerca de 220.000 litros por ano. A marca foi premiada com medalhas de ouro e prata no país e fora dele, como em Nova Iorque (PEREIRA et. al. 2011).

No ano de 1942, foi instalada na região a Subestação de Enologia de Urussanga, com órgão subordinado ao Instituto de Fermentação, com o intuito de realizar pesquisas com as diferentes variedades de uvas, destacando-se a variedade Goethe, da qual se continuou a produzir vinhos, que passaram a ter reconhecimento nacional. A Subestação e Enologia de Urussanga, no auge de seus trabalhos, fez experimentos com cerca de 450 variedades (REBOLLAR et al., 2007; MAESTRELLI, 2011).

Concomitantemente ao desenvolvimento da vitivinicultura na região de Urussanga, também foi se desenvolvendo a extração de carvão que, dentre várias utilidades, era utilizado como combustível para os fornos de ferrarias. As primeiras empresas de carvão se estabeleceram no contexto da Primeira Guerra Mundial, tendo se iniciado em 1917 a exploração de carvão mineral no Rio Deserto, seguido pela área do Rio América e Rio Santana. A possibilidade de rápido retorno financeiro acabou por atrair vários agricultores da região, que a princípio se dividiam entre as duas atividades, e posteriormente optando pela extração de carvão. Iniciando-se aí um declínio das atividades das vinícolas, o que fez com que pela primeira vez fossem importadas uvas do Rio Grande do Sul (REBOLLAR et al., 2007).

Entre a década de 50 e 60, a economia de Urussanga foi se modificando, e o carvão atingiu seu auge produtivo. De acordo com um morador “Com a abertura das minas e as atividades envolvendo o chamado outro negro, a agricultura e a produção do vinho foram diminuindo. Mas os produtores largaram suas plantações e partiram para a mineração, que na época dava mais dinheiro. Consequentemente houve a queda na fabricação da bebida” (PEREIRA et. al, p. 69, 2011).

Neste momento, o carvão havia se tornado a principal fonte de trabalho dos moradores da região e também sinônimo do crescimento do município, e as grandes vinícolas, como a Caruso e a Cadorin, deixaram de fazer seus vinhos tradicionais. A bebida deixou de ser produzida em grande escala, como na década de 50. Apesar disto, surgiram outras vinícolas que mantiveram preservada a atividade (PEREIRA et. al. 2011).

Passados os anos, especificamente durante os anos 70 e 80, foram iniciadas em várias regiões brasileiras movimentos em busca por referências de identidade. Dentro deste contexto, Urussanga optou pela buscar a reconstrução dessas referências, por meio da valorização de sua história e da experiência de seus primeiros imigrantes, sendo os primeiros acontecimentos as comemorações do centenário da imigração italiana e da fundação do município de Urussanga. Nesta nova fase do vinho em Urussanga foram fundadas a Vitivinícola de Urussanga – Vinhos Casa Del Nonno, e a Vinícola Mazon. Na década de 80 se iniciou a Festa do Vinho, projeto que envolveu produtores de vinho e a Prefeitura de Urussanga, que ocorre a cada dois anos (REBOLLAR et. al., 2007).

Dando início, então, a esta nova fase dos municípios que integram os Vales da Uva Goethe, algo que tem movimentado a comunidade, relacionando as questões de identidade cultural, produção de vinho e o turismo, é o projeto “Vales da Uva Goethe”, este inclui a fundação da associação Progoethe, em 2005, e a busca do reconhecimento da qualidade e especificidade dos vinhos Goethe, por meio da Indicação Geográfica, um dos focos deste trabalho (REBOLLAR et al., 2007).

Após a explanação do histórico dos Vales da Uva Goethe, seguimos então para uma pequena apresentação sobre a variedade de uva a qual deu origem ao nome do território, e consequentemente a referida Indicação Geográfica: a Uva Goethe.

3.1.2. A uva Goethe

Iniciamos a apresentação sobre a origem da uva Goethe, com o resultado do trabalho de Mariot (2002), que encontrou no vinho o principal e mais importante produto agroalimentar típico (colonial) encontrado na Região de Urussanga. E a partir deste trabalho, com a observação de que os vinhos da região já contavam com qualidade e reconhecimento, deu-se início à busca pelo registro da Indicação Geográfica de vinhos feitos com uva Goethe.

Com uma breve apresentação sobre a definição de vinho, segundo Mariot (2002), o vinho é uma bebida alcoólica que resulta da fermentação do suco de uvas frescas e sadias, que podem ter a presença de bagaço ou não. Ainda segundo o autor, os vinhos coloniais da região de Urussanga são obtidos de quatro cultivares de videiras que são características da região, como a Niágara Branca e Rosada, Isabel,

Bordô (Ives) e a Goethe, o qual possui indicação de procedência relacionada aos Vales da Uva Goethe, e é objeto deste trabalho.

A cultivar Goethe, a qual recebeu o registro de Indicação Geográfica em 2012 e deu nome ao Vales da Uva Goethe, é característica da região de Urussanga, e é caracterizada por uma coloração amarelo-palha com reflexos esverdeados e apresenta aroma inconfundível, agradável e frutado (MARIOT, 2002).

Com relação à origem da variedade de Uva Goethe, esta também é denominada Rogers 1⁴, e é um híbrido de espécies de uvas europeias (87% de Moscato de Hamburgo, Moscato de Alexandria e Schiava Grossa) e americanas (13%) com alta resistência fitossanitária. Ela foi desenvolvida nos EUA por E. S. Rogers, durante o século XIX e em 1862 já era incluída em catálogos sobre plantas. Com boa adaptação às condições climáticas, e aos solos locais, foi amplamente difundida entre os colonos (PROGOETHE, 2014).

Roger ou Rogers (1826-1899), que deu nome a variedade de uva tratada neste trabalho, foi botânico e especialista em hibridação de videiras, e dedicava-se à criação de novas cultivares de videira. Dentre as inúmeras seleções que obteve, encontrou uma que se destacou: a Roger 1. Nesta variedade, o pesquisador conseguiu reunir a rusticidade e a produtividade das videiras americanas com o sabor rico e delicado das viníferas europeias (MAESTRELLI, 2011).

A Roger 1, também chamada de Goethe, foi uma das 45 variedades híbridas conhecidas como as Rogers híbridas, e surgiu como resultado do cruzamento da variedade Carter com a Black Hamburg. Assim, no sangue da Roger 1, são encontrados: Moscato de Alexandria, Schiava Rossa, Isabella, Moscato de Haburg, Carter, ingredientes usados pelas mãos e mente de Rogers para produzir a uva dos dois continentes. Inicialmente, a variedade Goethe, devido ao seu sabor, foi apreciada e consumida *in natura* pelos americanos e posteriormente cultivada nas regiões de clima quente dos EUA (MAESTRELLI, 2011).

Esta variedade de uva, no entanto, chega ao Brasil apenas no final do século 19, quando um imigrante italiano importa a variedade dos EUA e a introduz no Brasil, cultivando-a primeiramente no Estado de São Paulo. Durante cerca de quatro décadas, a variedade projetou Urussanga no cenário vinícola nacional e internacional. Nas décadas de

⁴ De acordo com Maestrelli (2011), a variedade de uva chamada Rogers 1, posteriormente denominada Goethe, foi selecionada pelo ampelógrafo norte-americano Edward Stanniford Rogers em 1850-51. A publicação de U. P. Hendrick "The Grapes of New York" registra Edward Stanniford Rogers como o criador desta variedade.

30 a 60 do século XX, a uva e o vinho Goethe com sua cor amarelo-ouro característica, garantiram reconhecimento à Urussanga e a seus produtores de vinho (MAESTRELLI, 2011).

As plantações de uvas Goethe, que se espalhavam por toda a região, fazem parte do imaginário coletivo da comunidade, juntamente com o aroma das videiras floridas e frutos maduros, e também a grande extensão dos parreirais presentes em áreas centrais, que hoje, porém, estão plenamente urbanizadas, como por exemplo, a Praça Anita Garibaldi. Assim, a uva Goethe se tornou a uva mais típica, apresentando características específicas que a diferenciam dos demais tipos que são atualmente cultivadas na região (PROGOETHE, 2015).

Abaixo, na figura 3, a variedade Goethe Clássica, e a variedade que sofreu mutação no atual Vales da Uva Goethe, a Goethe Clone Primo.

Figura 2. Uvas Goethe



Fonte: REBOLLAR *et al.* (2007).

3.1.2.1. Produção da uva e vinho: Indicação Geográfica Vales da Uva Goethe

A produção da uva goethe

De acordo com o Regulamento de Uso da Indicação Geográfica Vales da Uva Goethe, as variedades autorizadas para produção do vinho Goethe são a variedade de coloração branca, rosada leve ou vermelho pálido: GOETHE e ou sinónímia ROGER 1, dos clones GOETHE clássica, GOETHE primo.

Ainda de acordo com o Regulamento de Uso, o sistema de produção das uvas, baseia-se na técnica LATADA, conforme a seguir:

“O sistema de condução denominado tecnicamente de “LATADA” corresponde ao sistema tradicional utilizado no território, em estrutura de pedras de granito reproduz os costumes leais da I.P. Vales da Uva Goethe. No entanto, são autorizados pela PROGOETHE outros sistemas de condução das uvas Goethe desde que visem o aprimoramento da qualidade da uva e de seus produtos elaborados”.

Reitera-se também que a produção de uva Goethe, com a indicação de procedência, faz utilização da técnica do raleio para garantir sua qualidade. Esta consiste na separação de uvas de menor qualidade nos cachos de uvas, para que o vinho seja constituído de uvas com melhor qualidade.

Outra norma de produção é referente à produtividade e padrões de qualidade da uva Goethe, as propriedades devem atentar para o limite máximo de rendimento e produção. De acordo com o Regulamento Geral IP Goethe, fica estabelecido que a produtividade por hectares deverá proporcionar equilíbrio produtivo ao vinhedo, a fim de valorizar a qualidade da uva e dos produtos com ela elaborados. Assim, fica definido o rendimento máximo de 15 toneladas por hectare, considerando a conversão de 60% no máximo em litros de vinho por hectare.

Vitivinicultura uva goethe

De acordo com o artigo 1º, capítulo I. (Regulamento Geral IP Goethe), os produtos que identificarem no rotulo da embalagem o nome da variedade Goethe para Indicação de Procedência Vales da Uva Goethe, deverão conter o percentual de 100% da variedade indicada. Os produtos deverão ser elaborados com 100% de uvas produzidas na área geográfica definida como Vales da Uva Goethe, delimitada para a produção da uva.

De acordo com dossiê aprovado pelo INPI, em 2012, para o registro de Indicação Geográfica, são protegidos pela I.P Vales da Uva Goethe, os seguintes produtos vitivinícolas, segundo definição estabelecida na legislação brasileira de vinhos:

- Vinho Branco Seco
- Vinho Branco Suave ou Démi Séc.
- Vinho Leve Branco Seco
- Vinho Leve Branco Suave ou Démi Séc.
- Vinho Espumante Brut, ou Demi-Séc obtidos pelos métodos “Champenoise”

- Vinhos Espumantes Brut, ou Demi-Sec obtidos pelos métodos “Charmat”
- Vinho Licoroso (Regulamento Geral IP Goethe)

Tabela 1. Vinícolas integrantes dos Vales da Uva Goethe

Vinícolas	Tempo de existência da Vinícola	Área de produção da Uva	Capacidade média de produção de Vinho Goethe
Vinhos de Nonni	3 anos de registro	Compra de terceiros	5000 litros/ano
Vinhos Trevisol	13 anos	3 hectares	5000 litros/ano
Mazon	29 anos	4 hectares	30000 litros/ano
Vinhos Quarezemim	13 anos	1 hectare	25000 litros/ano
Vitivinícola Urussanga/ Casa Del Nono	40 anos	8 hectares	80000 litros/ano

Fonte: Adaptado de JOÃO et. al, 2013

Tabela 2 Variedades de Uvas Produzidas nas Vinícolas Integrantes dos Vales da Uva Goethe

Vinícola	Variedade de uva produzida
Vinicola de Noni	Goethe, Bordô, Niágara, Moscato, Carbenet
Mazon	Goethe, Niágara, Bordô, Cabernet, Merlot
Quarezemim	Goethe, Bordo, Niágara rosada, Niágara branca
Trevisol	Goethe, Niágara e Bôrdô
Vitivinícola Urussanga	Goethe, Cabernet e Bordô

Fonte: Elaborado com base em dados de campo, 2015

João et. al (2013), no estudo acerca da cooperação entre as vinícolas integrantes da Associação Progoethe, nos Vales da Uva Goethe, traz menção da área de produção de uva dessas propriedades, assim como também a capacidade média de produção do vinho Goethe e outras informações, conforme Tabelas 1 e 2.

Podemos observar que, dentre as Vinícolas que atualmente fazem parte da Associação Progoethe e comercializam o vinho com

indicação de procedência, a Vitivinícola Urussanga e a Vinícola Mazon são as mais antigas, com 40 e 29 anos de existência, respectivamente. Estas duas vinícolas também são as com maior área de produção uva e capacidade média de produção de vinho Goethe.

Tabela 3 Vinícolas dos Vales da Uva Goethe: rendimento das propriedades

Vinícolas	Área de produção da Uva (hectares)	Rendimento Máximo Permitida por Hectare* (toneladas)	Rendimento Máximo por Propriedade (tonelada)
Vinhos Trevisol	3	15	45
Mazon	4	15	60
Vinhos Quarezemim	1	15	15
Vitivinícola Urussanga	8	15	120
Vinhos de Noni	**	15	**
Total Vales da Uva Goethe (IP)	36	-	540

Fonte: Elaborado pela autora com base em JOAO et al, 2013 e Dossiê de Registro IG Vales da Uva Goethe, 2012

*de acordo com o padrão de qualidade estabelecido pelo Dossiê de Registro da IG Vales da Uva Goethe, 2012

** compra de terceiros

Se focarmos somente nas informações referentes à área de produção e rendimento máximo permitido por propriedade, podemos observar que as propriedades dos Vales da Uva Goethe, com selo de indicação de procedência, possuem juntas a área de 36 hectares para a produção de Uva, e o rendimento máximo permitido para as mesmas ficam por 540 toneladas (Tabela 3).

3.1.3. A Associação PROGOETHE

Criada no ano de 2005, a PROGOETHE, Associação dos Produtores da Uva e do Vinho Goethe da Região de Urussanga, estabeleceu-se a partir de um trabalho de consultoria do Serviço de Apoio Brasileiro às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/SC. Reúne os produtores com o intuito de elevar os vinhos Goethe da região à excelência e alicerçados no fator tipicidade, buscam o reconhecimento

da qualidade e características exclusivas dos vinhos de uva Goethe de Urussanga, através de um selo de Indicação Geográfica.

Assim, no ano de 2011, obtiveram o selo de Indicação Geográfica, o qual foi implantado em 2013. Este selo se mostra como uma garantia ao consumidor da qualidade e tradição dos vinhos e uva Goethe (PROGOETHE, 2015).

Conforme dito anteriormente, ela abrange os Vales da Uva Goethe, mais especificamente os municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Cocal do Sul, Treze de Maio, Nova Veneza, Içara e Orleans, no sul de Santa Catarina (PROGOETHE, 2015).

A PROGOETHE possui com a sua sede no Município de Urussanga, e com sede nesse município, conta com a assessoria técnica, da EPAGRI/SC: Gerencias Regionais de Criciúma e de Tubarão e da Estação Experimental de Urussanga, do Governo do Estado, Prefeitura Municipal de Urussanga, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade do Sul de SC - UNESC, na consolidação do IGP dos vinhos Goethe (Indicação Geográfica de Procedência) e Ministério da Agricultura/MAPA (PROGOETHE, 2015).

De acordo com a associação PROGOETHE (2015), sua missão é “Promover e elevar a uva e o vinho Goethe da região de Urussanga ao status de um produto nobre - especial junto ao público consumidor”. O objetivo principal desta associação é “Promover a união dos produtores da uva e do vinho Goethe estabelecendo a imagem de um produto nobre e conhecido nacional e internacionalmente”.

Para a obtenção do ‘selo’ de Indicação Geográfica, foi e é necessário um grande planejamento visando a qualificação e padronização dos vinhedos, das uvas e do vinho de Goethe. Os produtos com este selo possuem fortes significados histórico-culturais e estreitas relações com o mundo rural. Além das características específicas do vinho de uva Goethe produzido na região de Urussanga, a relação de identidade existente entre o vinho e a comunidade italo-brasileira torna este vinho extremamente característico do local (PROGOETHE, 2015).

Tipo de estabelecimento	Nome da Propriedade/ Estabelecimento	Município	Histórico e/ou outras informações
Vinícola	Vinícola Mazon	São Pedro – Urussanga, SC	Fundada na década de 1970, a Vinícola tem por objetivo seguir a tradição da família preenchendo uma lacuna no tradicional ramo da vitivinicultura de Urussanga. Hoje, a propriedade agregou mais um segmento de serviços através do turismo.
Vinícola	Vinhos Quarezemim	Içara, SC	Fundada em 2002. Família produtora de uvas, originária de Azambuja, Pedras Grandes, investiu em estrutura vinícola no município de Içara, SC, a partir de bela construção em pedra. Produtos e serviços oferecidos: Vinhos: Branco seco e suave da uva Goethe e tinto seco e suave da uva bordo.
Vinícola	Vinhos De Nonni	Urussanga -SC	-
Vinícola	Vinhos Trevisol	Urussanga-SC	Possui mais de 100 anos de experiência na produção de uva e vinho. Está localizada em Rio Caeté, numa das mais tradicionais comunidades do município de Urussanga, onde trem, carvão, uva e vinho conviveram lado a lado por décadas.
Vinícola	Casa Del Nonno/ Vitivinícola Urussanga	Urussanga - SC	Fundada em 1975 por família de imigrantes provenientes de Longarone, Região do Vêneto, Itália. A tradição da vitivinicultura iniciou na família a partir da famosa marca de vinhos no passado, Lagrima Christi. Produtos e serviços oferecidos: Vinhos: Casa Del Nonno branco (com a uva goethe) e Cabernet, Peccato Bianco demi sec com a uva goethe, Botiglia Rosata e Damari. Produzem também o Espumante e Frisante com a uva Goethe. Turismo: Atendem a grupos organizados na adega de pedra da vinícola com degustação de vinhos e harmonização com produtos da culinária italiana. Destaques da Vinícola: Produção própria dos espumantes Goethe.
Propriedade rural 1	-	Pedras Grandes, SC	-
Propriedade rural 2	-	Urussanga - SC	-

Propriedade rural 3	-	Pedras Grandes, SC	-
Propriedade rural 4	-	Morro da Fumaça - SC	-
Propriedade rural 5	-	Rio Carvão, Urussanga, SC	-
Propriedade rural 6	-	Urussanga, SC	-
Propriedade rural 7*	-	Pedras Grandes-SC	-
Propriedade rural 8*	-	Urussanga-SC	-
Órgão público	Estação Experimental Epagri-Urussanga	Urussanga, SC	Responsável pela assistência técnica nas propriedades rurais, e é área de produção de Uva Goethe.
Agência de Viagem	DS Travel Tur	Urussanga - SC	Iniciou suas atividades em 2007 .
Restaurante	Restaurante Piatto Dóro	Urussanga - SC	Localizado próximo ao trevo da rodoviária de Urussanga.. Aos domingos é servido o buffet de comida típica.
Sorveteria	Sorveteria Pillon	Urussanga - SC	-

Panificadora	Panificadora Gabilú	Urussanga - SC	Família veio da cidade de Pedras Grandes onde tinham uma pequena padaria, e em 2007, na busca de um centro maior, investiram em Urussanga onde atua até hoje.
Pousada	Pousada da Vinícola Mazon	Urussanga - SC	Propriedade rural na comunidade de São Pedro com produção de uvas e vinhos. Acolhida familiar, com degustação de vinhos na Vinícola. Culinária italiana e caseira elaborada com produtos da localidade e com o uso do fogão e do forno à lenha
Restaurante	Marias e Rosa Ristorante Caffè	Urussanga - SC	Oferece o melhor da culinária italiana com receitas transmitidas através de gerações. Priorizando os vinhos da região, também dispõe de alguns italianos, argentinos e chilenos. O espaço também destina-se a exposições de obras de artistas regionais com vernissages periódicas.
Hotel	Hotel Contessi Ltda M.E.	Urussanga - SC	-
Pousada	Pousada Vale dos Figos	Urussanga - SC	Localizada em Urussanga, com vista panorâmica para a Mata Atlântica. O atendimento é feito diretamente pelos proprietários.
Pousada	Pousada Dona Alice	Urussanga	Iniciou as atividades em 1992.

Fonte: Elaborado pela autora com base em: PROGOETHE, 2015 e MAESTRELLI, 2011

*atualmente não possui produção comercial de uva Goethe

3.1.4. Roteiro turístico Vales da Uva Goethe

O enoturismo e a gastronomia são apontados por Rebollar et al. (2007) como principais direções para os Vales da Uva Goethe. Dentro deste contexto, se encontra o roteiro turístico *Vales da Uva e do Vinho Goethe*, que engloba os municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Içara e Nova Veneza.

Este roteiro turístico contempla pontos de visitação em propriedades rurais familiares produtoras de uvas, na Estação Experimental da Epagri, e também nas vinícolas que se encontram em atividade, tais como a Vitivinícola Urussanga, Vinhos Trevisol, Vinhos Querezemin, Vinícola Mazon, Villa Stazzione e Vinhos Felipe.

Esses locais contam com diversas atividades para os turistas. Além da degustação dos vinhos Goethe e observação do processo industrial de sua produção, também podem ser apreciados vinhos de outras variedades, sucos de uva, vinagres, cachaças, licores, queijos, doces e frutas. Outras atrações compreendem visitas à capelas, igrejas, antigas casas de pedra, serrarias, alambiques e tafonas, e também atividades que incluem trilhas ecológicas, piscinas naturais, cachoeiras e apreciação de belas paisagens (REBOLLAR et al., 2007).

3.1.5. Municípios integrantes dos Vales da Uva Goethe

A área de estudo, os Vales da Uva Goethe, abrange oito municípios do Estado de Santa Catarina, que possuem características históricas e físicas, próprias e diferenciadas.

Diante disso, serão apresentadas neste tópico as principais características de cada município integrante do território mencionado através de um quadro-síntese (Quadro 4), conforme será observado a seguir. Ressalta-se que as informações ambientais dos municípios não serão apresentadas nesse momento, dado o foco do presente trabalho sobre a sustentabilidade ambiental da área, que será apresentada posteriormente nos capítulos que se seguem.

Quadro 3. Características Gerais dos Municípios dos Vales da Uva Goethe

	URUSSANGA	PEDRAS GRANDES	MORRO DA FUMAÇA	IÇARA	NOVA VENEZA	COCAL DO SUL	TREZE DE MAIO	ORLEANS
Microrregião	Criciúma	Tubarão	Criciúma	Criciúma	Criciúma	Criciúma	Tubarão	Criciúma
Associação de Município	AMREC	AMUREL	AMREC	AMREC	AMREC	AMREC	AMUREL	AMREC
Secretaria de desenvolvimento regional	Secretaria Criciúma	Secretaria Tubarão	Secretaria Criciúma	Secretaria Criciúma	Secretaria Criciúma	Secretaria Criciúma	Secretaria Tubarão	Secretaria Criciúma
REGIOES HIDROGRÁFICAS	RH10 Extremo Sul Catarinense	RH9 Sul Catarinense	RH10 Extremo Sul Catarinense	RH10 Extremo Sul Catarinense	RH10 Extremo Sul Catarinense	RH10 Extremo Sul Catarinense	RH9 Sul Catarinense	RH9 Sul Catarinense
Localização (IBGE, 2014)	latitude 28° 31' 08"S e longitude 49° 19' 11"W.	latitude 28° 26' 8" S, e longitude 49° 11' 6" W	latitude 28° 39' 01"S, e longitude 49° 19'	latitude 28° 43' 03"S, e longitude 49° 17'	latitude 28° 38' 13"S, e longitude	latitude 28° 33' 57"S, e longitude	latitude 28° 33' 41"S, e longitude	latitude 28° 22' 54"S, e longitude 49° 17' 04"W

			11"W.	45"W	49° 29' 54"W	49° 19' 11"W	49° 03' 15"W	
Área (km²)	254,869	159,309	83,12	293,553	295,036	71,127	161,67	548,79
Habitantes/ IBGE 2010	20.223	4.107	16.126	58.833	13.309	15.159	6.876	21.393
População residente Urbana/ IBGE 2010	11.405	1.261	13.862	53.914	8.928	12.696	3.402	16.084
População residente Rural/ IBGE 2010	8818	2846	2265	4919	4381	2463	3473	5310
Densidade demográfica hab/km²	79,35	25,78	194,01	200,42	45,11	213,13	42,53	38,98
Principais produtos da lavoura permanente do município (IBGE 2012)	pêssego, laranja, caqui, banana (cacho)	caqui, laranja, maça, pera, pêssego e uva	banana (cacho), laranja e uva	banana (cacho) e laranja	banana (cacho) e uva	banana (cacho), pêssego e uva	banana (cacho), laranja, e uva.	banana (cacho), laranja e uva

<p>Principais atividades econômicas</p>	<p>Indústrias de artigos plásticos, cerâmicos, móveis, esquadrias de alumínio, metalurgia, indústria de peças para motos em geral, equipamentos para suinocultura e avicultura, confecções e vitivinicultura. No setor primário, podem ser destacadas culturas do milho, feijão, arroz e fumo, viticultura, fruticultura e a criação de aves e suínos</p>	<p>Agricultura, pecuária, indústria, comércio e atividades extrativistas.</p>	<p>Agropecuária (destaque para fumo, mandioca, milho, arroz, suínos, gado e aves); Extração mineral (fluorita). Setor industrial (insumos para a indústria cerâmica, cerâmica vermelha com produção de tijolos, telhas e peças especiais ; mecânica e vestuário).</p>	<p>Apicultura, confecção, metalúrgica, indústria descartáveis (maior produtora da América Latina), também é forte na produção agrícola e no turismo (IÇARA, 2014).</p>	<p>Agricultura, Avicultura e Metal-Mecânico</p>	<p>fumo e arroz. indústria, comércio e agricultura.</p>	<p>Agricultura, agronegócio, pesca, silvicultura, mineração e indústrias pedreiras. Atividades agropecuárias e extração da madeira de eucalipto: principais atividades geradoras de renda. Reservas de caulim, Cerca de 1800 propriedades agrícolas com média de 20 hec. Cultivo de milho, feijão, mandioca e cana de açúcar, fumo (1.700 estufas). Cultivo de frutas e hortaliças sem agrotóxicos, movimento da Escola Familiar Rural. Entre os principais produtores de frangos e ovos. Produção de embalagens</p>
--	---	---	---	--	---	---	--

	(URUSSANG A, 2014).		Turismo (roteiro turístico Vales da Uva Goethe e do Caminho da Serra do Rio Rastro. Produz bons vinhos (MORRO DA FUMAÇA, 2014).				areia, argila, feldspato e quartzo. Destacam -se: facções têxteis, indústrias de beneficia mento de mandioca e leite, cerâmica, artefatos de cimento e indústrias de embalage ns plásticas (TREZE DE MAIO, 2014).	plásticas, molduras, implementos agrícolas e carrocerias, madeira beneficiada (mais de 100 indústrias, parte da mão de obra vem dos municípios vizinhos) (ORLEANS, 2014).
Valor adicionado	15.004	18.081	5.922	39.272	27.934	3.731	17.653	40.269

bruto da agropecuária R\$ (IBGE, 2012)								
Valor adicionado bruto da indústria R\$ (IBGE, 2012)	270.268	10.982	213.148	365.573	163.758	405.314	18.605	254.926
Valor adicionado bruto dos serviços R\$ (IBGE, 2012)	177.709	27.970	171.514	571.912	130.721	190.531	45.776	238.656

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados das prefeituras e IBGE.

4. CARACTERIZAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DOS VALES DA UVA GOETHE

4.1. Escala Territorial

Este tópico trará informações sobre o aspecto ambiental dos Vales da uva Goethe, abrangendo os 8 municípios pertencentes a ele, de forma geral.

Para tanto, foram utilizados como base os “Indicadores de desenvolvimento sustentável” propostos pelo IBGE (2015) e divididos nos temas gerais: água doce, atmosfera, biodiversidade, saneamento e terra, que serão apresentados a seguir.

4.1.1. Água Doce

Qualidade das Águas Interiores

Como mencionado anteriormente no histórico sobre os Vales da Uva Goethe, os rios da região foram e são extremamente afetados negativamente pela produção do carvão. Os impactos negativos sobre este recurso são sentidos até os dias de hoje, como poderá ser constatado no decorrer deste tópico. Porém, antes de falarmos sobre a situação atual dos rios que fazem parte os Vales da Uva Goethe, é necessário discorrer brevemente sobre os rios pertencentes às bacias hidrográficas que são abrangidas por este território, dentre outras informações.

Assim, para melhor entendimento deste tópico, o mesmo será dividido em duas partes: 1 Situação ambiental atual dos recursos hídricos nos Vales da Uva Goethe; 2- Recursos hídricos dos Vales da Uva Goethe e sua gestão.

Situação Ambiental Atual dos Recursos Hídricos nos Vales da Uva Goethe

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Santa Catarina, não há atualmente um monitoramento sistematizado que abranja toda a área das Bacias dos Rios Urussanga e Tubarão.

Conforme dito anteriormente no histórico sobre os vales da Uva Goethe, um dos principais causadores de degradação ambiental foi a atividade carbonífera. Diante disto, a Ação Civil Pública do Carvão – ACP do Carvão- foi iniciada com o objetivo de realizar o estudo dos impactos causados pela atividade mineradora, e assim propiciar conhecimentos que possibilitem a mitigação e compensação destes impactos. A ACP do Carvão tem realizado periodicamente o monitoramento ambiental das áreas que foram afetadas por tal atividade, que incluem as Bacias do Rio Araranguá, Rio Urussanga e Rio Tubarão.

Um documento importante da ACP do Carvão, que traz os resultados dos monitoramentos dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos na área dos Vales da Uva Goethe, é o Relatório de Indicadores Ambientais. Este relatório é apresentado ao Ministério Público Federal (MPF), ao Juízo e à Sociedade, e contém resultados dos últimos monitoramentos dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, do meio biótico, e cobertura do solo, realizada a cada dois anos. Suas ações são conduzidas pelo CTCL/SATC, em convênio com o SIECESC, com a CSN e com a CPRM, e abrangem o monitoramento ambiental e gerenciamento da base de dados da recuperação ambiental das áreas degradadas pela mineração de carvão da Bacia Carbonífera de Santa Catarina.

Na Tabela abaixo, é possível observar os municípios que são abrangidos por este monitoramento.

Tabela 4 . Comprometimento dos rios afetados pela mineração do carvão nas bacias dos rios Araranguá, Urussanga e Tubarão, com base no parâmetro pH

Município		Monitoramento			
		Hídrico Superficial	Hídrico Subterrâneo	Meio Biótico	Cobertura do Solo
AMREC	Cocal do Sul	x	x		x
	Criciúma	x	x	x	x
	Forquilha	x	x	x	x

	Içara	x	x		x
	Lauro Muller	x	x	x	x
	Morro da Fumaça	x	x		x
	Nova Veneza	x	x		
	Orleans	x	x		x
	Siderópolis	x	x	x	x
	Treviso	x	x	x	x
	Urussanga	x	x		x
AMESC	Maracajá	x			
AMUREL	Capivari de Baixo	x		x	x
	Jaguaruna	x			
	Laguna		x		
	Pedras Grandes	x			
	São Ludgero	x			
	Treze de Maio	x			
	Tubarão	x			

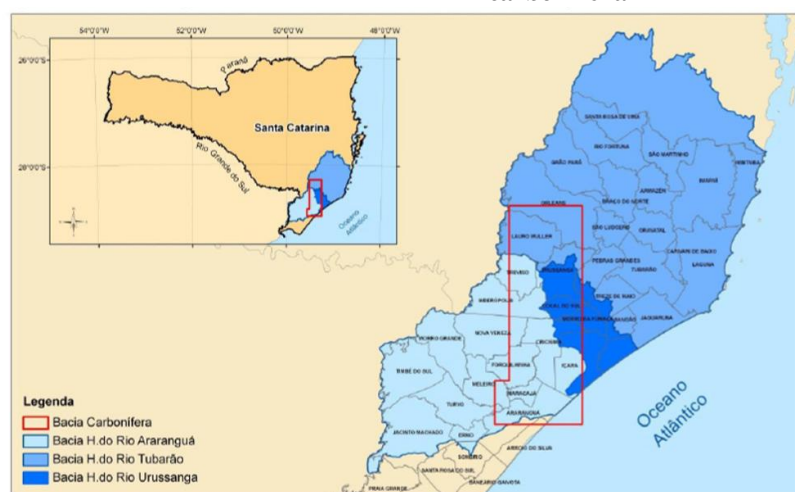
Fonte: Adaptado de ACP do Carvão, 2013

Observa-se que todos os municípios dos Vales da Uva Goethe (Pedras Grandes, Cocal do Sul, Morro da Fumaça, Treze de Maio, Orleans, Nova Veneza e Içara), são abrangidos por este monitoramento.

Com relação aos recursos hídricos, podem ser encontradas várias informações que mostram a situação atual das Bacias do Rio Urussanga e Tubarão, que estão compreendidas pelos Vales da Uva Goethe. É importante ressaltar que a bacia do Rio Araranguá é abrangida por este monitoramento, porém não tem seus limites incluídos nos Vales das Uvas Goethe.

Assim, quando consideradas as três bacias hidrográficas citadas acima, cerca de 66,3% (13.383,5 km) não recebem a contribuição de áreas impactadas pela atividade carbonífera; e 27,6% (5.568,2 km) das áreas dos rios não são monitoradas, por estarem distantes das áreas impactadas e fora dos limites da bacia carbonífera. (ACP DO CARVÃO, 2013)

Figura 3. Bacias hidrográficas do sul de Santa Catarina com a delimitação da bacia carbonífera



Fonte: ACP do Carvão, 2013

Partindo, assim, para a análise da situação atual dos recursos hídricos, o Relatório de monitoramento dos indicadores ambientais (2013), ao realizar o monitoramento das águas

superficiais, utilizou de dois parâmetros, o pH e a acidez das águas dos rios. Estes parâmetros foram selecionados pela ACP do Carvão devido o foco da mesma estar na identificação da poluição dos rios gerada, tão e somente, pela atividade carbonífera, concomitantemente com a busca de soluções para o tratamento adequado do recurso hídrico.

Para o parâmetro “pH”, foi considerado que os rios com $\text{pH} < 4,5$, representam uma condição ruim; rios com $\text{pH} = 4,5$ e $\text{pH} < 6,0$, estão em uma condição intermediária; e rios com o $\text{pH} = 6,0$, estão em boas condições. Os resultados deste monitoramento podem ser observados na tabela abaixo:

Tabela 5 Comprometimento dos rios afetados pela mineração do carvão nas bacias dos rios Urussanga e Tubarão, com base no parâmetro pH

Faixa de pH	Bacia Hidrográfica Rio Urussanga		Bacia Hidrográfica Rio Tubarão	
	Extensão (km)	%	Extensão (km)	%
IMPACTADO	265,6	17	501,3	3,9
pH < 4,5	161,6	10,4	301,1	2,3
4,5 < pH < 6,0	58	3,7	54	0,4
pH > 6,0	46,1	3	146,2	1,1
NÃO IMPACTADO	1.181,10	75,8	9395,1	73
Total Monitorado	1446,7	92,9	9896,5	76,9
Total Não Monitorado	111,3	7,1	2969,4	23,1
TOTAL	1558	100	12865,9	100

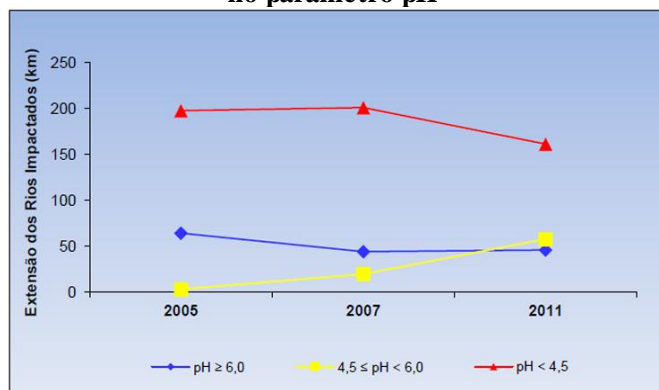
Fonte: Adaptado de ACP do Carvão, 2013

De acordo com a tabela, observa-se que o $\text{pH} < 4,5$ ocorre em 4,2% (855,9 km) dos trechos dos rios, não sendo esperado o desenvolvimento de organismos aquáticos. A condição intermediária, que possibilita o desenvolvimento de alguns organismos, é encontrada em apenas 0,7% dos trechos dos rios (148,2 km). E apenas 1,2% (236,9 km) apresentam condições boas, $\text{pH} \geq 6,0$.

Quando analisados somente os trechos que sofrem influência da mineração de carvão (1.240,9 km), os resultados mostram que 855,9 km apresentam condição ruim, 148,2 km condição intermediária e 236,9 km condição boa.

De acordo com o mesmo relatório, com a diminuição das áreas fonte de geração de drenagem ácida, houve modificações na qualidade dos rios da Bacia Hidrográfica do Urussanga, conforme ser observado no gráfico a seguir.

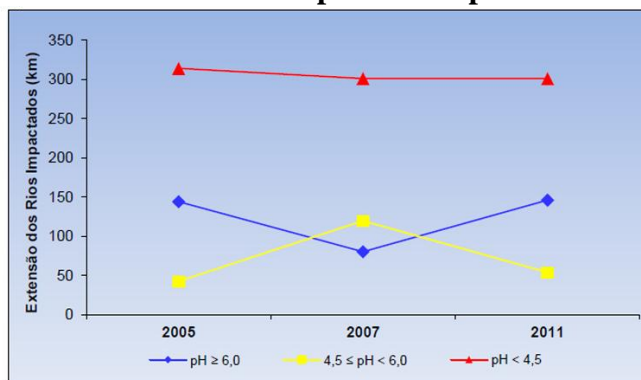
Gráfico 1. Quantificação dos rios impactados na Bacia Hidrográfica do Urussanga, com base no parâmetro pH



Fonte: ACP do Carvão, 2013

Já na Bacia Hidrográfica do Tubarão, 3,9% dos rios estão impactados pela mineração de carvão, correspondendo à maior área dentre as três bacias (501,3 km). Desse total, 301,1 km (60,06%) possuem resultado de pH < 4,5. Os trechos dos rios com condição intermediária ($4,5 \leq \text{pH} < 6,0$) correspondem a 54,0 km, e estão localizados, em grande parte, no Banhado da Estiva dos Pregos, devido aos trabalhos de recuperação ambiental. A boa condição dos trechos dos rios ($\text{pH} \geq 6,0$) foi observada em 146,2 km.

Gráfico 2. Quantificação dos rios impactados na Bacia Hidrográfica do Tubarão, com base no parâmetro pH



Fonte: ACP do Carvão, 2013.

Outro parâmetro utilizado neste monitoramento foi a acidez das águas. Considerando que intervalos de acidez <20 mg/L representam uma condição boa; $20 \text{ mg/L} \leq \text{acidez} < 120 \text{ mg/L}$ representam a condição intermediária; e acidez $\geq 120 \text{ mg/L}$ representa uma condição ruim.

De acordo com a tabela abaixo, 1.241,0 km dos trechos dos rios analisados estão sob a influência das atividades de mineração. Desse total, 24,8% têm condição boa de acidez; 39,5% possuem condição intermediária; e 35,7% apresentam condição ruim. De acordo com o 7º relatório de monitoramento da ACP do Carvão, os trechos dos rios com condições ruins indicam a existência de aporte de efluentes ácidos.

Tabela 6 Comprometimento dos rios afetados pela mineração de carvão nas bacias dos rios Urussanga e Tubarão, com base no parâmetro acidez

Faixa de Acidez (mg/L)	Bacia Hidrográfica Rio Urussanga		Bacia Hidrográfica Rio Tubarão	
	Extensão (km)	%	Extensão (km)	%
IMPACTADO	265,6	17	501,3	3,9
Acidez <20	76	4,9	186,9	2,3
20 < Acidez < 120	100,9	6,5	181,3	0,4
Acidez > 120	88,6	5,7	133,2	1,1
NÃO IMPACTADO	1.181,10	75,8	9395,1	73
Total Monitorado	1446,7	92,9	9896,5	76,9
Total Não Monitorado	111,3	7,1	2969,4	23,1
TOTAL	1558	100	12865,9	100

Fonte Adaptado de ACP do Carvão, 2013

Observa-se também, que na Bacia Hidrográfica do Urussanga, a sub-bacia do rio Carvão concentra 67,5% dos trechos dos rios com acidez $\geq 120 \text{ mg/L}$. Já a classe de acidez mais baixa está concentrada nos rios Cocal e Ronco D'água. E os trechos dos rios com a condição intermediária

estão localizados nas sub-bacias dos rios Caeté, América e Linha Anta, além do leito do rio Urussanga.

Quando consideramos a Bacia Hidrográfica do Tubarão, 37,28% dos trechos dos rios impactados pela mineração de carvão apresentam boas condições com relação à acidez. Isso se dá devido ao efeito da diluição realizado por afluentes de boa qualidade da bacia, como o rio Braço do Norte. A condição intermediária foi encontrada em 36,2%, e a condição ruim em 26,6%, correspondendo às sub-bacias dos rios Molha, Palmeira e Lajeado.

Recursos Hídricos dos Vales da Uva Goethe e sua Gestão

De acordo com o Relatório Técnico 1 (2010), contido no Dossiê de Registro da IG, e elaborado pela Universidade Federal de Santa Catarina, departamento de Engenharia Rural, a área dos Vales da Uva Goethe é delimitada pelas divisores de águas das bacias do Rio Urussanga e Rio Tubarão, nas regiões hidrográficas Sul Catarinense (RH9) e extremo Sul Catarinense (RH10). Apesar da bacia do Rio Tubarão drenar uma área maior (5.640 km²) e abranger maior quantidade de municípios (19), enquanto a bacia do Rio Urussanga drena uma área de 580 km² e abrange 5 municípios, as áreas de produção de uvas Goethe estão em sua maior parte localizadas nos vales formados pelos afluentes do rio Urussanga, e no vale principal deste rio.

No relatório citado, optou-se por individualizar as sub-bacias os diferentes núcleos de produção, considerados os locais de tradição vitivinícola. Dentre elas, encontram-se micro bacias hidrográficas de certa forma homogêneas que se confundem com o próprio núcleo de produção, e outras bacias maiores que integram comunidades que não estão ligadas às atividades vitivinícolas. As características destas sub-bacias, e seus respectivos nomes, podem ser observadas na tabela abaixo:

Tabela 7 Características físicas de sub-bacias hidrográficas dos Vales da Uva Goethe

Sub-bacia	Bacia	Área (km ²)	Altitudes (m)			Declividade média da bacia (%)	Comprimento Rio Principal(%)	Declividade rio principal	Ordem da bacia	Densidade de drenagem
			máxima	média	mínima					
Rio Lageado* (margem direita)	Rio Tubarão	27,6	585	316	175	7,6	20,4	1,6	-	-
Rio Molha	Rio Tubarão	17,0	435	276	165	5,9	10,5	1,9	4 ^a	3,27
Rio Armazém	Rio Tubarão	22,5	505	263	40	9,5	12,0	2,3	4 ^a	2,74
Rio Azambuja	Rio Tubarão	86,5	575	289	18	24,9	19,5	1,8	5 ^a	2,34
Médio Urussanga	Rio Urussanga	113,6	470	105	5	15,2	22,2	0,2	5 ^a	2,24
Rio América	Rio Urussanga	14,9	504	187	36	16,2	9,7	3,4	3 ^a	2,02
Rio Caeté	Rio Urussanga	42,8	604	185	25	15,2	12,6	2,5	4 ^a	2,17
Rio Cocal	Rio Urussanga	80,1	377	88	5	11,0	22,2	1,1	5 ^a	2,03
Rio Carvão	Rio Urussanga	29,5	604	286	37	19,7	13,2	3,2	4 ^a	2,57
Rio Maior	Rio Urussanga	24,4	436	230	40	19,5	10,9	1,7	4 ^a	2,99
TOTAL		458,9								
Urussanga (Bacia Total)	Rio Urussanga	305,3	604	143	5	14,7	31,6	1,5	6 ^a	2,17

Fonte: Relatório Técnico 1, IGT VUG, 2010

Conforme pode ser observado na Tabela 5, as sub-bacias que possuem as maiores áreas, nos Vales da Uva Goethe, com relação a soma total das áreas de todas as sub-bacias mencionadas, são: a sub-bacia do Rio Médio Urussanga, com a área de 113,6 km² e 24,8% da área total; a sub-bacia do Rio Cocal com 80,1 km² e 17,5% da área total, ambas pertencentes à Bacia do Rio Urussanga; e a sub-bacia do Rio Azambuja, com 86,5 km² e 18,8% da área total, pertencente à bacia do Rio Tubarão.

A Política Nacional de Recursos Hídricos estabelece as diretrizes gerais para os recursos hídricos e, em seu artigo 5º, estabelece como instrumentos de gestão: I - Planos de Recursos Hídricos; II - enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos; III - a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos; IV - a cobrança pelo uso de recursos hídricos; V - a compensação a municípios; VI - o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos”.

O enquadramento dos corpos de água em classes e de acordo com o seu uso é realizado pela resolução Conama 357/2005. Já o Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, regulamentado pelo Decreto nº 2.648 de 16 de fevereiro de 1.998 é destinado a dar suporte financeiro à Política Estadual de Recursos Hídricos.

Com relação aos planos das Bacias dos Rios Urussanga e Tubarão, apesar da PNRH estabelecer como um de seus objetivos em seu artigo 27º: “III - fornecer subsídios para a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos”, os mesmos ainda não foram elaborados.

No entanto, apesar de não possuírem planos de gestão, as Bacias do Rio Urussanga e do Rio Tubarão contam com seus referidos comitês de bacia e conselhos, o que garante que sejam realizadas reuniões periódicas. É importante ressaltar que a não existência do plano de bacia é altamente prejudicial para os recursos hídricos da região, que não contam com o mapeamento e monitoramento sistematizados, com base de dados acessível à população, plano de ações, etc., dificultando assim a gestão da bacia hidrográfica.

No entanto, a integração da gestão dos recursos hídricos com a gestão ambiental, tem ocorrido de maneira falha no território dos Vales das Uvas Goethe. De acordo com os representantes do Comitê de bacia do Rio Urussanga, por exemplo, a Fundação Ambiental da prefeitura de Urussanga não tem realizado atividades em conjunto com o referido comitê. Cabe também ressaltar que a Fundação Ambiental não possui, até o momento, Conselho Gestor.

4.1.2. Atmosfera

Com o intuito de fazer a caracterização da qualidade do ar, nos municípios dos Vales da Uva Goethe, serão utilizadas informações referentes ao tipo e quantidade de indústrias instaladas neste território, fornecidas pela FIESC, selecionando os tipos de indústria mais recorrentes na área. Em seguida, serão demonstrados os prováveis impactos destas indústrias sobre qualidade do ar na região, utilizando-se trabalhos recentes que abordam o tema, que incluem também os relatórios elaborados pela Ação Civil Pública – ACP - do Carvão, que demonstram os impactos na qualidade do ar causados pela indústria do carvão, atividade esta que já foi mencionada no histórico da região.

Antes de dar início à apresentação dos dados, é importante fazer algumas observações. Os municípios que compõem os Vales das Uvas Goethe, não apresentam estações fixas de monitoramento da qualidade do ar, impedindo que seja feita uma caracterização completa da situação real destes municípios, com relação aos indicadores propostos por este trabalho.

Dando início, enfim, a apresentação dos dados, como dito anteriormente, através do conhecimento do número e tipo de indústrias instaladas, pode-se inferir algumas informações quanto à qualidade do ar, à medida que cada tipo de indústria é responsável pela emissão de certo tipo e quantidade de poluentes na atmosfera. Para isto, foi elaborada a Tabela 8 contendo os tipos de indústrias e números das mesmas em cada município.

Tabela 8. Indústrias dos Municípios Integrantes dos Vales da Uva Goethe

TIPO DE INDÚSTRIA	Quantidade de Indústrias por Município								Quantidade de Indústrias por tipo
	Cocal do Sul	Içara	Nova Veneza	Morro da Fumaça	Orleans	Pedras Grandes	Treze de Maio	Urussanga	
<i>Abrasivos</i>	0	0	0	0	0	0	0	1	1
<i>Bebidas/ aguardentes, licores e outras bebidas alcoólicas</i>	1	0	0	0	0	0	0	0	1
<i>Bebidas/ Vinhos</i>	0	0	0	0	0	1	0	2	3
<i>Borracha</i>	1	0	0	0	0	0	0	0	1
<i>Café/Mate</i>	0	0	0	0	0	1	0	0	1
<i>Carbonífera</i>	0	0	0	0	0	0	0	1	1
<i>Cerâmica, telhas, tijolos e artigos de barro cozido</i>	3	3	0	23	0	0	0	0	29
<i>Construção Civil</i>	0	1	1	1	0	0	0	0	3
<i>Editorial e Gráfica</i>	6	4	1	4	3	0	0	3	21
<i>Madeira</i>	7	3	7	3	3	0	0	1	24
<i>Material de Transporte</i>	0	0	0	0	1	0	0	0	1
<i>Material Elétrico e de Comunicações</i>	1	0	0	0	0	0	0	0	1
<i>Mecânica</i>	10	5	4	3	0	0	0	2	24

<i>Metalúrgica</i>	0	4	6	1	0	0	0	4	15
<i>Minerais não metálicos</i>	0	0	0	1	0	0	0	0	1
<i>Mobiliário</i>	1	1	3	0	1	0	0	6	12
<i>Não identificado</i>	0	0	0	0	1	0	0	1	2
<i>Papel e Papelão</i>	1	2	0	0	0	0	0	1	4
<i>Perfumarias, Sabões e Velas</i>	1	0	0	0	0	0	0	0	1
<i>Processamento de Dados</i>	1	0	0	0	0	0	0	0	1
<i>Produtos Alimentares</i>	0	7	1	7	0	0	2	4	21
<i>Produtos Alimentares/Abate de animais</i>	0	0	1	0	0	0	0	1	2
<i>Produtos de Matérias Plásticas</i>	0	6	0	2	1	0	1	6	16
<i>Produtos de Minerais não Metálicos</i>	1	5	1	0	0	0	0	1	8
<i>Química</i>	0	3	1	3	0	0	0	0	7
<i>Têxtil</i>	0	1	0	0	0	0	0	0	1
<i>Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos</i>	3	3	2	4	1	0	0	4	17
Total de Indústrias por município	37	48	28	52	11	2	3	38	219

Fonte: Elaborado pela autora com base em
FIESC

Com a observação da Tabela 6, pode-se notar que o tipo de indústria que está em maior número nos Vales da Uva Goethe, é a indústria cerâmica. Com indústrias em Cocal do Sul (3), Içara (3), e em maior quantidade (23) em Morro da Fumaça. Em segundo lugar, a indústria de madeira e mecânica, ambas com 24 indústrias, porém estão mais divididas no território. Outros tipos de indústrias em maior número são a de vestuário (7), de matérias plásticas (16), de alimentos (21), de mobiliário (12), metalúrgica (15), e editorial e gráfica (21). No total constam cadastradas na FIESC 219 indústrias nos municípios integrantes dos Vales das Uvas Goethe.

Tendo por base estas informações, dentre as atividades industriais que possuem maior potencial de impacto sobre a qualidade do ar se encontra a indústria cerâmica e a indústria carbonífera, que apesar de não estar em grande número atualmente, seus impactos ambientais persistem até os dias atuais. Focando, então, nessas duas atividades industriais, podemos fazer algumas observações, demonstradas a seguir.

Indústria Cerâmica

De acordo com Cunha (2003), quando considerado o aspecto ambiental, a questão mais preocupante no processo industrial de fabricação da cerâmica vermelha está relacionada às emissões atmosféricas, devido à utilização no forno de determinados tipos de combustíveis. Assim, durante o seu processo térmico, há a queima em fornos convencionais ou contínuos, com uso de combustível de: “madeira de reflorestamento ou nativa (68,9%), carvão mineral (12,3%), óleo BDF (10,5%), rejeitos de madeira (5,5%), serragem (2,2%), carvão vegetal (0,6%) e outros, como pneus e turfa” (CUNHA, 2003, p.145).

Segundo Milak (1996 apud CUNHA, 2003), em seu trabalho sobre a poluição atmosférica do Município de Morro da Fumaça, o uso dos diferentes tipos de combustíveis pelas olarias, como a lenha, o carvão mineral, o pó de serra e a turfa, obedecem a disponibilidade destes em locais próximos às áreas de utilização.

Cunha (2003) faz considerações significativas com relação ao uso de carvão mineral nas olarias, como por exemplo, o consumo sem instalação de filtros apropriados⁵, referentes à proteção e a melhoria da qualidade ambiental. Outra observação, é que a queima deste material,

⁵ Desrespeita o Decreto n.º 14.250, de 5 de junho de 1981, que regulamenta os dispositivos da Lei n.º 5.793, de 15 de outubro de 1980,

para seu uso como combustível, origina gases mais poluentes do que os originados com o uso da lenha.

A combustão do carvão mineral apresenta contaminantes como o dióxido de enxofre, SO₂; óxido sulfúrico, SO₃; monóxido de carbono, CO; e hidrocarbonetos, com fatores de emissão mais elevados que os apresentados na combustão de lenha (ALEXANDRE et al, 1995).

Entre os aspectos considerados no licenciamento ambiental da atividade industrial de cerâmicas vermelhas, o tipo de combustíveis utilizados e os gases originados da combustão do mesmo nos fornos das olarias são condicionantes para a liberação da licença ambiental de operação. Neste sentido, é proibida a queima de outros produtos, que não sejam a lenha, que venham da utilização de resíduos da industrialização da madeira, como aparas, cepilhos e serragens. O órgão responsável pela fiscalização, a FATMA, exige a existência e uso de chaminé com 15 metros para a dispersão dos gases, dentre outras exigências (CUNHA, 2003).

Cunha (2003), em comparação com dados de 1994, 1996 e 2001 do município de Morro da Fumaça, notou que não houveram situações classificadas como inadequadas durante o ano de 2001. A autora sugere que a adequação das olarias quanto às exigências do órgão ambiental, tal como o uso de combustíveis que não originem a emissão de gases poluentes, e também o uso das chaminés com altura adequada, contribuiu com a melhoria da qualidade do ar.

Porém, mesmo com a mudança citada anteriormente, em entrevista com os oleiros do município, a autora coletou a seguinte afirmação: “Se tiver o que queimar, queimo mesmo [mesmo não sendo um tipo de combustível permitido no licenciamento ambiental] [...] O equipamento de medição de ar é de fundo de quintal e as medições são realizadas de forma inadequada, apenas nos horários mais críticos” (CUNHA, 2013, p. 153).

Com relação à mineração da argila, pode-se dizer que “sob a ação do vento, a poeira produzida em grande quantidade pelo solo exposto é lançada ao ar, com danos à cobertura vegetal, e à qualidade de vida das pessoas” (CUNHA, 2003, p. 183).

De acordo com Cunha (2003), podem ser observadas as seguintes etapas da mineração de argila e consequentes impactos ambientais:

1) *Fase de operação* da lavra: desmonte do material, carregamento e transporte. Durante a etapa de desmonte, as escavações dos barrancos ou várzeas ocasionam a poluição visual, com degradação da paisagem e alterações topográficas. Podem se desenvolver lagoas,

devido ao acúmulo de água de chuva ou pela exposição do nível freático, com riscos de acidentes e proliferação de agentes transmissores de doenças. Durante a etapa de carregamento, é produzida poeira, devido à movimentação de equipamentos, como caminhões e retroscavadeiras. A poeira formada permanece em suspensão, causando desconforto à população do entorno. Já durante a etapa de transporte, é liberado óleo e/ou graxas no solo, que mesmo em pequena quantidade podem contribuir para a contaminação química de recursos hídricos superficiais.

2) *Fase de suspensão* da lavra: lagoas formadas pelas cavas nos depósitos de várzea, com exposição do lençol freático ou acúmulo de água das chuvas. As lagoas em número elevado podem alterar o perfil hídrico do rio local.

Com relação à mineração de argila para cerâmica vermelha, pode-se dizer que não é apenas nas etapas de lavra ou exploração que ocorrem problemas ambientais, mas também na etapa de exploração. Não há, por exemplo, procedimentos adequados para a exploração que propiciem um melhor conhecimento geológico das ocorrências. Assim, não há definição da tecnologia necessária e do valor econômico da jazida, nem o efetivo desenvolvimento de trabalhos para o aproveitamento adequado dessas jazidas (CUNHA, 2003).

Indústria Carbonífera

De acordo com Gonçalves e Mendonça (2007), pode-se observar muitos impactos ambientais decorrentes da atividade carbonífera no Sul de Santa Catarina. Segundo estes autores, além dos impactos relacionados aos recursos hídricos, também existem os impactos na qualidade da atmosfera das áreas afetadas por esta atividade, sendo um dos impactos decorrentes do fato do rejeito piritoso ficar sujeito à autocombustão, quando exposto ao oxigênio e à umidade. Isto faz com que haja emissão de gases tóxicos, principalmente os hidrocarbonetos, monóxido de carbono e o gás sulfídrico, gás que caracteriza o “cheiro de ovo podre” da região carbonífera.

De acordo com estes autores, atualmente, em virtude das novas técnicas de deposição de rejeitos com sua cobertura e revegetação de depósitos, o problema citado foi consideravelmente reduzido, limitando-se a locais específicos como no interior do Município de Lauro Muller e Treviso. Os autores destacam, porém, que apesar disso, não se pode esquecer os prejuízos causados e ainda existentes decorrentes desta atividade.

Considerando as consequências à saúde da população como decorrência da baixa qualidade do ar ocasionada pela atividade carbonífera, Milioli (1993), observa através de estudos realizados pela FATMA em 2001, que os materiais emitidos pela indústria carbonífera, as coqueiras, o parque cerâmico, as estufas de fumo, a indústria carboquímica e o setor termelétrico, ultrapassavam na época os valores estabelecidos pela legislação, fazendo com que municípios como Tubarão, Criciúma e Urussanga, apresentassem os maiores índices de poluição atmosférica do estado de Santa Catarina.

O autor ressalta que a emissão constante de gases tóxicos e de material particulado, ocasiona prejuízos à saúde da população, sendo a população de baixa renda a mais afetada, sendo representados pelos habitantes próximos as minas de carvão e os lavradores de carvão. De acordo com o autor, a má qualidade do ar, gerado pelas carboníferas, afetavam principalmente os órgãos respiratório e digestivo, causando bronquites, alergia pulmonar, gripe e dor de cabeça constante, amebíase, ulcera e lesões na pele. De acordo com dados da FATMA (1991 apud MILIOLI, 1995), na região citada, 70% das internações nos hospitais e 20% dos óbitos eram decorrentes de doenças causadas pela poluição atmosférica advinda da atividade carbonífera.

Milioli (1995, p. 41) ressalta que “[...] face ao agravamento tendencial deste conjunto de fatores, a Região Sul de Santa Catarina foi classificada, ao fim da década de 80, como a 14ª área crítica de poluição ambiental do país”.

Os municípios de Criciúma, Siderópolis e Urussanga, este último integrante do TVUG, tiveram sua qualidade do ar considerada muito poluída, de acordo com monitoramento realizado pela FATMA nos anos de 1981 e 1982. No entanto, de acordo com dados mais atuais, apresentam melhorias quanto a qualidade do ar dos municípios citados. Porém, o mesmo não pode ser dito do município de Morro da Fumaça, que apresentou índices insatisfatórios com relação a concentração de material particulado, em pesquisa realizada no ano de 2000 pelo Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas (IPAT) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Porém, após o ano de 2002 este monitoramento deixou de ser realizado (GONÇALVES; MENDONÇA, 2007).

Atualmente, segundo o IPAT, não há o monitoramento da qualidade do ar dos municípios integrantes dos Vales da Uva Goethe.

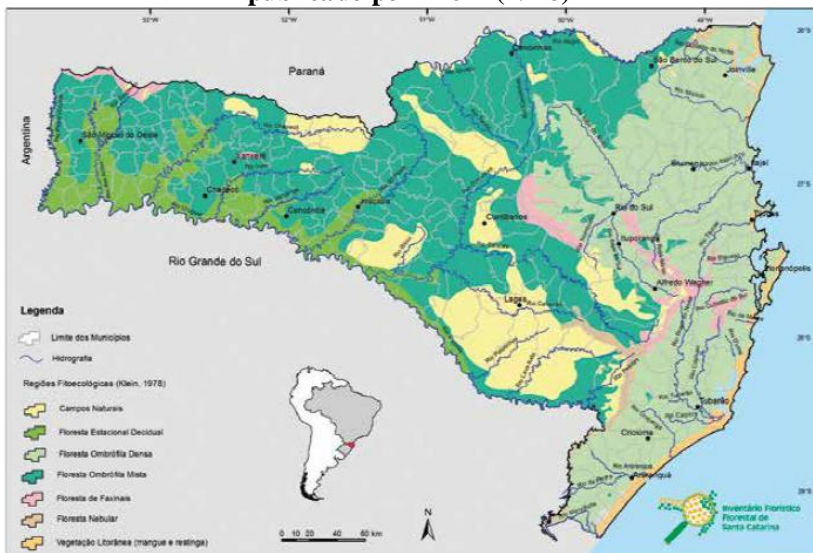
4.1.3. Biodiversidade e Preservação Ambiental

Para o este tópico, foi tomado como base os indicadores “Biodiversidade” do trabalho “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável” do IBGE. Este indicador, “biodiversidade”, é composto por: 1) espécies extintas e ameaçadas de extinção; 2) áreas protegidas; 3) espécies invasoras.

Partindo, então, para o indicador Biodiversidade, será feita, primeiramente, uma caracterização fitogeográfica da área, e em seguida serão apresentadas abaixo as informações relativas a este indicador.

Alguns dos dados, utilizados aqui, referentes à biodiversidade, podem ser encontrados no Inventário Florístico Florestal do Estado de Santa Catarina – IFFSC. O IFFSC é composto por seis volumes publicados entre os anos de 2012 e 2013 (VIBRANS et al. 2012). Assim, o estado de Santa Catarina não possui banco de dados informatizado e atualizado dessas informações para o ano de 2015, assim, sua consulta somente é possível através destas publicações.

Figura 4. Mapa fitogeográfico de Santa Catarina, baseado no mapa publicado por Klein (1978)



Fonte: Inventário Florístico Florestal, 2012

Os Vales da uva Goethe, que compreendem os municípios Urussanga, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Cocal do Sul, Treze de

Maio, Nova Veneza, Içara e Orleans, ao sul de Santa Catarina, está inserido na região fito ecológica “Floresta Ombrófila Densa”.

Ainda de acordo com o mapa proposto por Klein (1978 apud VIBRANS, 2012), a Floresta Ombrófila Mista (FOM) cobria 43% da superfície do estado, a Estepe 14%, a Floresta Ombrófila Densa (FOD) 30%, a Floresta Estacional Decidual (FED) 8% e outras formações 2% (restingas e manguezais).

Espécies Extintas e Ameaçadas de Extinção

Neste item será apresentada a quantificação das espécies de fauna extintas e ameaçadas no estado de Santa Catarina, de acordo com a “Lista das Espécies da Fauna Ameaçada de Extinção em Santa Catarina” da Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (2010), elaborada a partir dos critérios estabelecidos pela União Mundial para a Conservação da Natureza – IUCN, e reconhecida pela Resolução Consema nº2/2011.

É importante ressaltar que não foram encontrados dados da Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina – FATMA-referentes às espécies extintas e ameaçadas de extinção, que contemplassem somente os Vales da Uva Goethe.

Segundo o estudo citado, foi elaborada a Tabela 9 que apresenta a síntese das quantidades de espécies ameaçadas de extinção.

Tabela 9. Número de espécies ameaçadas em Santa Catarina distribuídas em grupos temáticos

Grupo (SC)	Categoria IUCN	Total
Anfíbios	CR	3
	EN	6
	VU	6
Aranhas	EN	1
	VU	6
Aves	CR	28
	EN	31
	VU	38
Cnidários	CR	5
	EN	1
	VU	1

Crustáceos	EN	1
	VU	3
Equinodermos	CR	1
	VU	15
Insetos	CR	7
	EN	7
	VU	11
Mamíferos	CR	10
	EN	6
	VU	17
Moluscos Marinhos	EN	1
	VU	3
Peixes Ósseos de Águas Continentais	CR	11
	EN	3
	VU	14
Peixes Cartilaginosos Marinhos e Estuarinos	CR	3
	EN	3
	VU	2
Peixes Ósseos Marinhos e Estuarinos	CR	1
	EN	1
	VU	2
Polychaeta	EN	1
Répteis	CR	2
	EN	6
	VU	4
Total Geral		261

Fonte: FATMA, 2010

Legenda:

CR: Criticamente em Perigo: Um táxon considera-se *Criticamente em Perigo* quando as melhores evidências disponíveis indicam que se cumpre qualquer um dos critérios A a E para *Criticamente em Perigo*, pelo que se considera como enfrentando um risco de extinção na natureza extremamente elevado.

EN: Em Perigo: Um táxon considera-se *Em Perigo* quando as melhores evidências disponíveis indicam que se cumpre qualquer um dos critérios A a E

para *Em Perigo*, pelo que se considera como enfrentando um risco de extinção na natureza muito elevado.

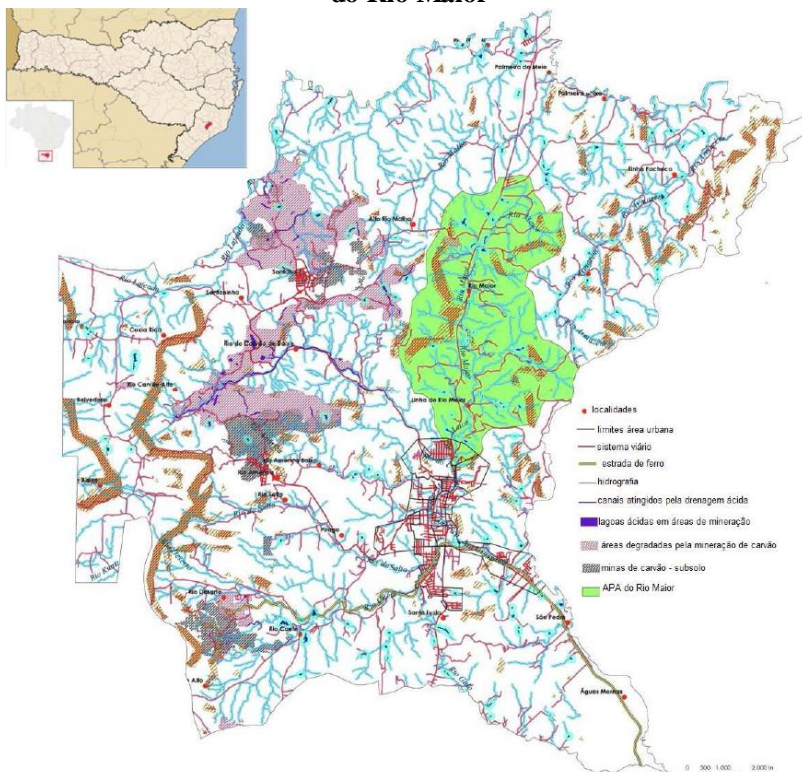
VU: Vulnerável: Um táxon considera-se *Vulnerável* quando as melhores evidências disponíveis indicam que se cumpre qualquer um dos critérios A a E para *Vulnerável*, pelo que se considera como enfrentando um risco de extinção na natureza elevado.

Observa-se, através da tabela 9, que existem atualmente em Santa Catarina cerca de 261 espécies ameaçadas de extinção. Dessa forma, visto que os Vales das Uvas Goethe estão contidos no bioma Mata Atlântica, considerado um hotspot mundial, a conservação da biodiversidade, via Indicação Geográfica, poderia servir para proteger o habitat desses espécies e, conseqüentemente colaborar para a diminuição do número de espécies extintas.

Áreas protegidas

Com relação às áreas protegidas situadas nos Vales das Uvas Goethe, encontra-se no município de Urussanga, pertencente ao território dos Vales da Uva Goethe, a Área de Proteção Ambiental – APA- do Rio Maior, com a área de 2.406,23 hectares.

Figura 5. Mapa Município de Urussanga com destaque para a APA do Rio Maior



Fonte: Prefeitura Municipal de Urussanga, 2008

A APA Rio Maior foi criada pela Lei municipal nº 1.665, de 27 de novembro de 1998. De acordo com o artigo 1º da referida lei, a APA Rio Maior possui o objetivo de “garantir a conservação de expressivos remanescentes de mata aluvial e dos recursos hídricos ali existentes; melhorar a qualidade de vida da população residente através da orientação e disciplina das atividades econômicas locais; fomentar o turismo ecológico, a educação ambiental e a pesquisa científica; preservar o patrimônio cultural e arquitetural do meio rural, além de proteger espécies ameaçadas de extinção”.

Aqui, pode-se notar o ponto chave desta APA no que se refere ao aspecto ambiental dos Vales da Uva Goethe, em seu sentido mais amplo. Além de contribuir para a conservação dos remanescentes florestais, também tem o papel de proteger os recursos hídricos da

região, assim como também o abastecimento de água do município. Além disso, contribui para a proteção das espécies ameaçadas, mencionadas no item anterior.

Esta área, como mencionado anteriormente, foi colonizada por imigrantes provenientes de Casso, na Itália, e eram considerados bons construtores. Este fato pode ser observado pelas construções presentes no local, como a Casa de Pedra Cancellier, citada anteriormente, e a igreja situada no local. O Rio Maior dá nome à localidade, e tem esse nome por ser o maior afluente do Rio Urussanga. A área rural possui 2.406,23 hectares, e vivem lá aproximadamente 360 pessoas (120 famílias) compostas por agricultores familiares (BURSZTYN; NASCIMENTO, 2012).

Voltando-nos para as origens da Comunidade Rio Maior, é importante lembrar que a mesma foi inicialmente colonizada por vinte famílias vindas de Casso, uma pequena aldeia da província de Udine, na região do Vêneto, Itália. Esta aldeia encontra-se localizada na encosta de uma montanha com aproximadamente mil metros de altitude, às margens do Rio Vayont, afluente do Rio Piave, próxima à Longarone, cidade que foi destruída em 1963 pelo transbordamento da represa do Vayont (CANCELLIER, 1989).

De acordo com Cancellier (1989), a comunidade de Casso era somente acessada a pé montanha acima, às vezes subindo por degraus escavados na rocha. Era formada, na época da vinda dos imigrantes, por cerca de 50 famílias, que moravam em casas construídas com pedras e cobertas com lajes, possuindo de dois até quatro andares, poucas janelas e porão que servia como estábulo na época do inverno. O terreno era praticamente todo estéril, rochoso e impróprio para a agricultura.

A estrada Urussanga-Pinditiba, passando por Rio Maior, foi inaugurada em 1909. A construção da igreja de Rio Maior, citada anteriormente, foi terminada no ano de 1912, tornando-se o centro de encontro para as manifestações religiosas e para o lazer dos imigrantes provenientes de Casso (CANCELLIER, 1989).



Figura 6. Casa da família Cancellier de 1899, sede da Associação de Descendentes e Imigrantes Friulanos

Fonte: Prefeitura Municipal de Urussanga, 2015

A criação da APA Rio Maior foi fruto de lutas da comunidade local, e tem enfrentado problemas com os impactos ambientais das atividades de mineração (basalto/diabásio) e britagem e usinagem de asfalto por parte de empresa instalada no local (BURSZTYN; NASCIMENTO, 2012).

De acordo com a Acrima (2009; apud BURSZTYN; NASCIMENTO, 2012), os principais impactos ambientais da localidade são: poluição atmosférica e sonora; movimento e rastejo; rachaduras progressivas nas edificações/ poluição e assoreamento das águas do rio; acidez nas águas subterrâneas; redução na vazão de água nas fontes naturais; e proliferação de mosquitos borrachudos.



Figura 7. Casarão da Família Mazzucco

Foto: Eliana Maccari

Fonte: Prefeitura Municipal de Urussanga, 2015

Espécies invasoras

Como já mencionado anteriormente, os Vales da Uva Goethe estão localizados no Bioma Mata Atlântica, Floresta Ombrófila Densa. Partindo desta informação, para este trabalho, foi levantada a lista das espécies invasoras desta área, tomando como referência a Resolução Consema nº 08 de 14 de setembro de 2012, que “reconhece a Lista Oficial de Espécies Exóticas Invasoras no Estado de Santa Catarina e dá outras providências”.

Esta resolução reconhece como espécies exóticas invasoras, no estado de Santa Catarina, as espécies de flora e fauna da Floresta Ombrófila Densa, as espécies citadas nas Tabelas 10 e 11.

As espécies exóticas, por sua vez, são compreendidas, no artigo 2º desta resolução como: “espécie, subespécie ou taxa inferiores, incluindo seus gametas, sementes, ovos ou propágulos, introduzidos fora da sua área de distribuição natural”; já a espécie exótica invasora, como: espécie exótica cuja introdução ameaça ecossistemas, ambientes ou outras espécies. E a espécie nativa: “espécie, subespécie ou taxon inferior ocorrente dentro de sua área de distribuição natural, presente ou passada”.

Tabela 10 Espécies Exóticas Invasoras no Estado de Santa Catarina, Floresta Ombrófila Densa: Reino Animalia

	Filo	Classe	Ordem	Família	Nome Científico	Nome popular	Ambiente com registro de bioinvasão	Categoria ⁶
Mamíferos	Chordata	Mammalia	Artiodactyla	Bovidae	Capra hircus	Cabra	Floresta Ombrófila Densa	2
	Chordata	Mammalia	Primates	Callithricidae	Callithrix geoffroy	Sagui	Floresta Ombrófila Densa	1
	Chordata	Mammalia	Primates	Callithricidae	Callithrix jacchus	mico-comum, saqui-do-tufo-branco	Floresta Ombrófila Densa	1
	Chordata	Mammalia	Primates	Callithricidae	Callithrix penicilata	sagui-do-tufo-prego	Floresta Ombrófila Densa	1

⁶ De acordo com o artigo 3º da resolução Consema 08/2012: Categoria 1: “espécies que não têm permitida a posse, o domínio, o transporte, o comércio, a aquisição, a soltura, a translocação, a propagação, o cultivo, a criação e a doação sob qualquer forma, bem como, a instalação de novos cultivos e criações. Categoria 2: “espécies cujo manejo, criação ou cultivo são permitidos sob condições controladas, estando sujeitas a normas e condições específicas para o comércio, a aquisição, o transporte, o cultivo, a distribuição, a propagação e a posse, estabelecidas no Programa Estadual de Espécies Exóticas Invasoras. As espécies da fauna enquadradas nesta categoria tem proibida sua soltura”.

	Chordata	Mammalia	Lagomorfa	Leporidae	Lepus europaeus	lebre europeia	Floresta Ombrófila Densa	1
	Chordata	Mammalia	Lagomorfa	Leporidae	Oryctolagus cuniculus	coelho	Floresta Ombrófila Densa	2
	Chordata	Mammalia	Rodentia	Muridae	Rattus rattus	rato-preto	Floresta Ombrófila Densa	1
	Chordata	Mammalia	Artiodactyla	Suidae	Sus scrofa	Javali	Floresta Ombrófila Densa	1
Répteis	Chordata	Reptilia	Testudines	Emydidae	Trachemys dorbigni	tigre d'água		2
	Chordata	Reptilia	Testudines	Emydidae	Trachemys scripta elegans	tigre d'água americano	Água-doce, Floresta Ombrófila Densa	1
Anfíbios	Chordata	Amphibia	Anura	Ranidae	Lithobates catesbeianus	rã-touro	Água-doce, Floresta Ombrófila Densa	2
Peixes	Chordata	Actinopterygii	Siluriformes	Clariidae	Clarias gariepinus	bagre-africano	água-doce e marinho	1
	Chordata	Actinopterygii	Cypriniformes	Cyprinidae	Cyprinus carpio	carpa	água-doce	2
	Chordata	Actinopterygii	Cypriniformes	Cyprinidae	Ctenopharyngodon idellus	carpa-capim	água-doce	2

	Chordata	Actinopterygii	Cypriniformes	Cyprinidae	Hypophthalmichthys molitrix	carpa-prateada	água-doce	2
	Chordata	Actinopterygii	Cypriniformes	Cyprinidae	Hypophthalmichthys nobilis	carpa-de-cabeça-grande	água-doce	2
	Chordata	Actinopterygii	Siluriformes	Ictaluridae	Ictalurus punctatus	bagre-do-canal	água-doce	2
	Chordata	Actinopterygii	Perciformes	Centrarchidae	Micropterus salmoides	black bass	água-doce	1
	Chordata	Actinopterygii	Salmoniformes	Salmonidae	Oncorhynchus mykiss	truta-arco-íris	água-doce	2
	Chordata	Actinopterygii	Perciformes	Cichlidae	Oreochromis niloticus	tilápia-do-nilo	água-doce	2
	Chordata	Actinopterygii	Characiformes	Characidae	Piaractus mesopotamicus	pacu, caranha	água-doce	2
	Chordata	Actinopterygii	Cyprinodontiformes	Poeciliidae	Poecilia reticulata	barriugidinho	água-doce	1
	Chordata	Actinopterygii	Perciformes	Cichlidae	Tilapia rendalli	tilápia	água-doce	2
invertebrados terrestres	Arthropoda	Insecta	Diptera	Drosophilidae	Zaprionus indianus	mosca, mosca-do-figo	Floresta Ombrófila Densa	1
	Arthropoda	Malacostraca	Isopoda	Tyidae	Tylus niveus	tatuzinho-de-jardim	Floresta Ombrófila Densa	1

Fonte: Elaborado pela autora com base na Resolução Consema n.08/2012

Tabela 11 Espécies Exóticas Invasoras no Estado de Santa Catarina, Floresta Ombrófila Densa: Reino Plantae

Família	Nome Científico	Nome popular	Ambiente com registro de bioinvasão	Categoria
Agavaceae	Furcraceae foetida	Piteira, pita	Floresta Ombrófila Densa	1
Areaceae	Archontophoenix cunninghamiana	Palmeira-real-da-australia	Floresta Ombrófila Densa	2
Balsaminaceae	Impatiens walleriana	Beijinho, maria-sem-vergonha	Floresta Ombrófila Densa	2
Bignoniaceae	Tecoma stans	Ipê-de-jardim, amarelinho	Floresta Ombrófila Densa	1
Bignoniaceae	Thunbergia grandiflora	Tumbérgia azul	Floresta Ombrófila Densa	1
Casuarinaceae	Casuarina equisetifolia	Casuarina	Floresta Ombrófila Densa	1
Commelinaceae	Tradescantia zebrina	Trapoeiraba roxa	Floresta Ombrófila Densa	1
Cucurbitaceae	Sechium edule	Chuchu	Floresta Ombrófila Densa	2
Euphorbiaceae	Aleurites mocuccana	Saboneteira	Floresta Ombrófila Densa	1
Fabaceae	Acacia podalyiifolia	Acácia mimosa	Floresta Ombrófila Densa	1
Fabaceae	Mimosa caesalpiniiifolia	Sansão do campo, sabiá	Floresta Ombrófila Densa	1
Magnoliaceae	Magnolia champaca	Magnólia amarela	Floresta Ombrófila Densa	1

Meliaceae	Melia azedarach	Cinamomo, santa bárbara	Floresta Ombrófila Densa	1
Moraceae	Artocarpus heterophyllus	Jaqueira	Floresta Ombrófila Densa	2
Musaceae	Musa rosacea	Banana flor	Floresta Ombrófila Densa	1
Myrtaceae	Psidium guajava	Goiabeira	Floresta Ombrófila Densa	2
Myrtaceae	Syzigium cumini	Jambolão	Floresta Ombrófila Densa	2
Pinaceae	Pinus elliotti	Pinus	Floresta Ombrófila Densa	2
Pinaceae	Pinus spp.	Pinus	Floresta Ombrófila Densa	2
Pinaceae	Pinus taeda	Pinus	Floresta Ombrófila Densa	2
Poaceae	Melinis minutiflora	capim gordura	Floresta Ombrófila Densa	1
Poaceae	Melinis repens	capim gafanhoto	Floresta Ombrófila Densa	1
Poaceae	Pennisetum purpureum	capim colônião	Floresta Ombrófila Densa	2
Poaceae	Urochloa maxima	Braquiária	Todos os ambientes terrestres	2
Poaceae	Urochloa sp.	Braquiária	Todos os ambientes terrestres	2
Rhamnaceae	Hovenia dulcis	Uva-do-japão	Floresta Ombrófila Densa	2
Rosaceae	Eriobotrya japonica	Nêspera, ameixa amarela	Floresta Ombrófila Densa	2

Fonte: Elaborado pela autora com base na Resolução Consema n.08/2012

Tabela 12 Espécies Exóticas Invasoras no Estado de Santa Catarina: Ambiente urbano e periurbano

Filo	Classe	Ordem	Família	Nome Científico	Nome popular
Arthropoda	Insecta	Diptera	Culicidae	<i>Aedes aegyptii</i>	mosquito da dengue
Arthropoda	Insecta	Diptera	Culicidae	<i>Aedes albopictus</i>	mosquito da dengue
Chordata	Aves	Columbuformes	Columbidae	<i>Columbia livia</i>	pombo domestico
Chordata	Aves	Passeriformes	Estrildidae	<i>Estrilda astrild</i>	bico-de-lacre
Chordata	Aves	Passeriformes	Passeridae	<i>Passer domesticus</i>	pardal
Chordata	Mammalia	Carnívora	Canidae	<i>Canis familiaris</i>	cachorro domestico
Chordata	Mammalia	Carnívora	Felidae	<i>Felis catus</i>	gato
Chordata	Mammalia	Rodentia	Muridae	<i>Rattus norvegicus</i>	rato-de-esgoto, ratazana
Chordata	Mammalia	Rodentia	Muridae	<i>Rattus rattus</i>	rato-preto
Chordata	Reptilia	Squamata	Gekkonidae	<i>Hemidactylus mabouia</i>	lagartixa
Mollusca	Gastropoda	Stylommatophora	Achatinidae	<i>Achatina fulica</i>	Caramujo gigante africano
Mollusca	Gastropoda	Stylommatophora	Helicidae	<i>Helix aspersa</i>	escargot

Fonte: Elaborado pela autora com base na Resolução Consema n.08/2012

Conforme observado nas tabelas anteriores (10, 11, 12), o Estado de Santa Catarina abriga diversas espécies invasoras da fauna e da flora. O conhecimento dessas espécies, assim também como o conhecimento de quais são as espécies nativas e ameaçadas de extinção, podem direcionar programas de conservação aliadas a atividade IG no território. Tais como programas de restauração florestal, parceria com ONG's, órgãos públicos e privados. Projetos neste sentido, além de contribuir com a qualidade ambiental e social da região, contribuindo para melhoria da qualidade de vida de seus moradores, também poderiam colaborar para a imagem positiva do território, atraindo turistas para a região e possibilitando o aumento da renda territorial.

4.1.4. Saneamento

Para este tópico, serão fornecidas informações referentes ao “saneamento” dos municípios dos Vales da Uva Goethe, utilizando-se os indicadores do documento “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Brasil, 2015”- IDS, do IBGE.

As informações que se seguem, sintetizadas na Tabela 8, foram coletadas da “Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento” – SNIS, disponibilizado pela Secretaria Nacional de Saneamento Básico-SNSA, do Ministério das Cidades.

Tabela 13 Saneamento nos Municípios dos Vales das Uvas Goethe, de Acordo com Indicadores de Sustentabilidade Ambiental Propostos pelo IBGE, ano de referencia 2013

Indicadores	Urussanga	Cocal do Sul	Treze de Maio	Pedras Grandes*	Içara	Orleans	Nova Veneza	Morro da Fumaça
Acesso a abastecimento de água/	92,08	89,53	34,86	47,67	93,36	92,94	75,34	90,62
Acesso a esgotamento sanitário/	14,59	-	-	-	0,5	81,05	-	-
Tratamento de esgoto/ % da quantidade coletada	100	-	-	-	100	100	-	-
Acesso a serviço de coleta de lixo doméstico/ Sim, Não	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim

Fonte: Elaborada pela autora com base em SNIS, 2013

*apenas foram encontrados dados para o ano de referência 2011

Além das informações mostradas na Tabela 13, outra informação relevante encontrada na Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, publicada pelo IBGE (2008), é que nenhum dos municípios integrantes dos Vales da Uva Goethe possuíam, até o ano de 2008, sistema de coleta seletiva.

Hoje, no entanto, o Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Sul - CISURES, criado em 2001, atende sete municípios do sul de Santa Catarina realizando a coleta seletiva. Dentre eles se encontram os municípios de Cocal do Sul, Morro da Fumaça, Orleans e Urussanga, quatro dos nove municípios integrantes dos Vales da Uva Goethe (CISURES, 2015).

Com relação à destinação final dos resíduos sólidos coletados pela CISURES, a mesma possui aterro sanitário no Bairro Rio Carvão, em Urussanga, e recebe cerca de 1.000 toneladas/mês de resíduos sólidos urbanos, gerados pelos sete municípios consorciados. A vida útil deste aterro de 14 anos, com encerramento previsto para 2017. Este aterro sanitário possui Licença Ambiental de Operação Fatma – nº 9478/2013 e Alvará Sanitário da Vigilância Sanitária nº 0294/2015. (CISURES, 2015).

Com relação ao abastecimento de água de Urussanga, foi criada em 1966, através da lei municipal nº 251, o Serviço Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, que atende 95% da população, nas áreas urbanas e rurais. Possui oito sistemas de abastecimentos de água, e engloba tratamentos convencionais, poços artesianos e filtros lentos. Entre as obras realizadas pela SAMAE, incluem-se a construção do sistema de tratamento de água de Rio Café, Rio Maior, Rio Carvão, Belvedere; a reforma e ampliação dos sistemas de água de Rio Salto e Santana; e a construção da primeira fase do esgotamento sanitário, lagoa de estabilização de esgoto e reservatório de distribuição, junto a Estação de Tratamento de Água -ETA.

Dentre os mananciais de captação que abastecem Urussanga, estão o do Rio Maior e do Rio Barro Vermelho, este último com a represa de captação denominada “Represa de Rancho dos Bugres”, a mais antiga, e está localizada no Município de Pedras Grandes – SC. Uma relevante informação, com relação aos mananciais de captação, é que o manancial do Rio Maior se destaca por ser o único que não sofreu degradação pela exploração do carvão (SAMAE, 2015).

A Bacia do Rio Urussanga, que compreende seis dos oito municípios integrantes dos Vales da Uva Goethe, além dos recursos hídricos superficiais, também conta com os recursos hídricos subterrâneos como fonte de abastecimento de água da região.

No município de Urussanga, por meio da lei nº 2515, de 29 de setembro de 2011, é instituída a Política Municipal de Saneamento Básico e também o Plano Municipal de Saneamento Básico.

Com relação aos responsáveis pelo saneamento dos Vales da Uva Goethe, a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina – AGESAN- contempla os municípios de Içara, Nova Veneza, Morro da Fumaça, Treze de Maio. Já o Serviço Autônomo Municipal de Água de Esgoto –SAMAÉ- é responsável pelo abastecimento de água dos municípios de Cocal do Sul, Pedras Grandes, Orleans e Urussanga. Há também, entre os municípios de Orleans, Urussanga, Cocal do Sul, Içara e Pedras Grandes, um consórcio chamado Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Sul (CISAM, 2015).

Este consórcio, por sua vez, além dos municípios citados anteriormente, inclui os municípios de Grão Pará, Imarui, Jacinto Machado, Santa Rosa do Sul, São Ludgero e Timbé do Sul. E tem, de acordo com o artigo 3º do estatuto social do referido Consórcio, tem como alguns de seus objetivos a solução de problemas de saneamento ambiental; administração, recuperação e expansão dos sistemas de água e esgoto; e desenvolvimento de planos, programas e projetos conjuntos destinados à conservação e melhoria das condições ambientais.

Além dos indicadores selecionados para “saneamento” pelo trabalho do IBGE “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável” –IDS, também podem ser observadas outras informações relevantes, conforme a Tabela 14.

Tabela 14 Saneamento nos Vales da Uva Goethe

MUNICÍPIO	ANO DE REFERENCIA	PRESTADORES	SERVIÇOS	Índice de coleta de esgoto (%)	Índice de tratamento de esgoto (%)	Índice de atendimento urbano de água (%)	Índice de atendimento o total de água (%)	População urbana atendida pelo serviço de coleta domiciliar direta, ou seja, porta-a-porta (hab)
Cocal do Sul	2013	SAMAE	Água; Res. Sólidos			98,2	89,53	0
	2012	SAMAE	Água; Res. Sólidos			99,8	90,4	0
Içara	2013	SAMAE	Água e Esgoto; Res. Sólidos	0,5	100	95,8	93,36	44.000
	2012	SAMAE	Água e Esgoto; Res. Sólidos	0,5	100	100	99,52	15.000
Morro da Fumaça	2013	CASAN	Água; Res. Sólidos			100	90,62	14.000
	2012	CASAN	Água			100	92,75	
Nova Veneza	2013	CASAN	Água			100	75,34	
	2012	CASAN	Água			100	75,3	
Orleans	2013	SAMAE/ Secretaria de transportes e obras - STO	Água e Esgoto; Res. Sólidos	81,05	100	96,5	92,94	10.000
	2012	SAMAE/ Secretaria de transportes e obras	Água e Esgoto; Res. Sólidos	80,77	100	99,1	89,59	16.239

		- STO						
Pedras Grandes	2011	Prefeitura Municipal	Água			99,8	47,67	
Treze de Maio	2013	CASAN/ Prefeitura Municipal	Água; Res. Sólidos			70,5	34,86	3.480
	2012	CASAN/ Prefeitura Municipal	Água; Res. Sólidos			69	34,13	2.087
Urussanga	2013	SAMAE/ CIRSURES	Água e Esgoto; Res. Sólidos	14,59	100	100	92,08	0
	2012	SAMAE/ CIRSURES	Água e Esgoto; Res. Sólidos	17,94	100	100	87,63	11.480

Fonte: Elaborada pela autora com base em SNIS, 2013

4.1.5. Terra

Para este item, serão utilizados e descritos os seguintes indicadores: 1) uso de fertilizantes; 2) uso de agrotóxicos; 3) terras em uso agrossilvipastoril; e 4) queimadas e incêndios florestais. As informações para este tópico foram coletadas, principalmente, nos seguintes órgãos Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina- CIDASC, Fundação do Meio Ambiente – FATMA, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, e Ministério da Agricultura, como será observado a seguir.

Uso de fertilizantes

Não foram encontradas informações específicas relacionadas à quantidade exata de fertilizantes utilizada nos Vales da Uva Goethe, uma vez que a CIDASC, órgão que fiscaliza a venda e uso de agrotóxico no estado de Santa Catarina, não faz o mesmo com relação aos fertilizantes. A fiscalização da produção e comércio destes últimos é de responsabilidade do Ministério da Agricultura, dificultando a obtenção dos dados, conforme disposto no artigo 2º da lei nº 6.894 de 16 de dezembro de 1980, regulamentada pelo Decreto nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004.

Para melhor compreensão, e de acordo com a lei 6894/1980, artigo 3º, considera-se: Fertilizante: substância mineral ou orgânica, natural ou sintética, fornecedora de um ou mais nutrientes vegetais; Estimulante ou biofertilizante: produto que contenha princípio ativo apto a melhorar, direta ou indiretamente, o desenvolvimento das plantas.

Uso de agrotóxicos

Como dito anteriormente, em Santa Catarina, a produção e a comercialização dos agrotóxicos é regulada pela CIDASC, de acordo com a legislação vigente para os agrotóxicos, a lei federal nº 7.802/1989⁷. Para o objetivo deste trabalho, que foca a produção da uva,

⁷ De acordo com o artigo 2º da referida lei, os agrotóxicos são definidos como produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos; e como também como “substâncias e produtos, empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento.

e sua conseqüente transformação em vinhos, serão somente analisados os agrotóxicos utilizados para a cultura da uva, todas as espécies, para uma posterior comparação com os agrotóxicos utilizados especificamente na uva Goethe.

É importante observar, no texto acima, o grifo realizado pela autora, que diz que o uso do agrotóxico tem como objetivo preservar a composição da flora ou da fauna da ação danosa de seres vivos considerados nocivos. No entanto, sabe-se que ao utilizar-se o agrotóxico o dano à flora e fauna nativa é imenso, devido o agrotóxico ser um agente que mata todos os organismos que não sejam a cultura que se está produzindo. Portanto falar que a função de um agrotóxico é a preservação de flora ou fauna soa um pouco tendencioso e até falso para a real capacidade de destruição do mesmo.

De acordo com o Censo Agropecuário (IBGE, 2006), podemos verificar o uso de agrotóxicos nos municípios integrantes dos Vales da Uva Goethe, como pode ser observado na Tabela 15:

Tabela 15. Uso de agrotóxicos nos estabelecimentos segundo o Município – 2006

Município	Total de estabelecimentos agrícolas	Uso de agrotóxicos nos estabelecimentos		
		Não utilizou	Utilizou	Usa mas não precisou utilizar em 2006
Orleans	1 647	681	921	45
Pedras Grandes	504	107	393	4
Treze de Maio	448	94	347	7
Cocal do Sul	245	141	98	6
Içara	1 287	306	964	17
Morro da Fumaça	259	101	155	3
Nova Veneza	494	137	356	1
Urussanga	1 079	644	427	8

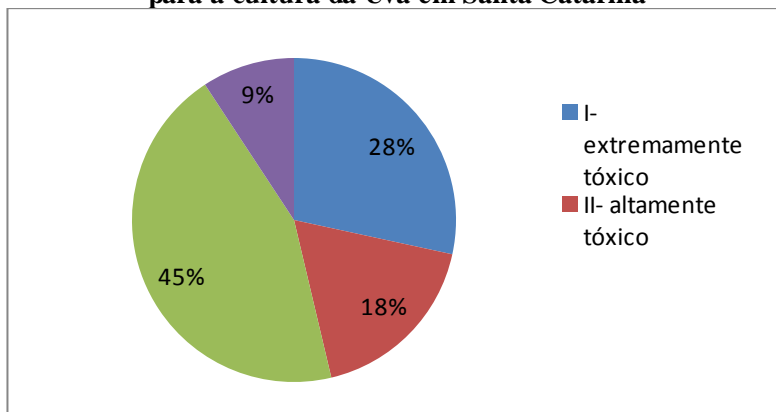
Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE, 2006

Através do site da CIDASC, é possível selecionar o tipo de cultura, e a partir daí pode ser gerada uma tabela com o nome de todos os agrotóxicos cadastrados e liberados para esta cultura. Para a cultura da uva foi gerado um arquivo com os nomes destes defensivos, assim

como também sua classificação toxicológica e ambiental, totalizando 162 tipos diferentes de agrotóxicos autorizados para serem utilizados no processo de produção da cultura da uva. Uma informação relevante e que será tratada posteriormente, é que a uva Goethe, por ter se adaptado bem à área dos municípios integrantes dos Vales da Uva Goethe, em Santa Catarina, acaba utilizando menos tipos e quantidades de agrotóxicos, se comparada a outras variedades de uva produzidas no mesmo território.

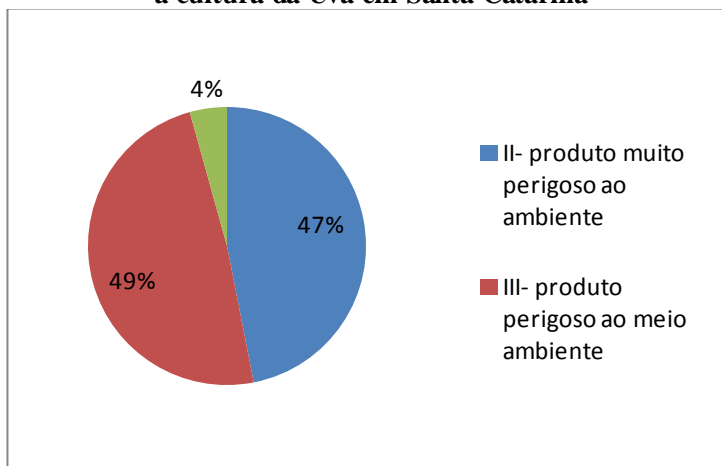
Para análise da questão ambiental, de maneira simplificada, foi gerado um gráfico com as porcentagens referentes às classificações toxicológicas e ambientais dos agrotóxicos, como pode ser observado nos gráficos 3 e 4.

Gráfico 3. Classificação Toxicológica dos defensivos autorizados para a cultura da Uva em Santa Catarina



Fonte: Elaborado pela autora com base em CIDASC, 2015

Gráfico 4. Classificação Ambiental dos defensivos autorizados para a cultura da Uva em Santa Catarina



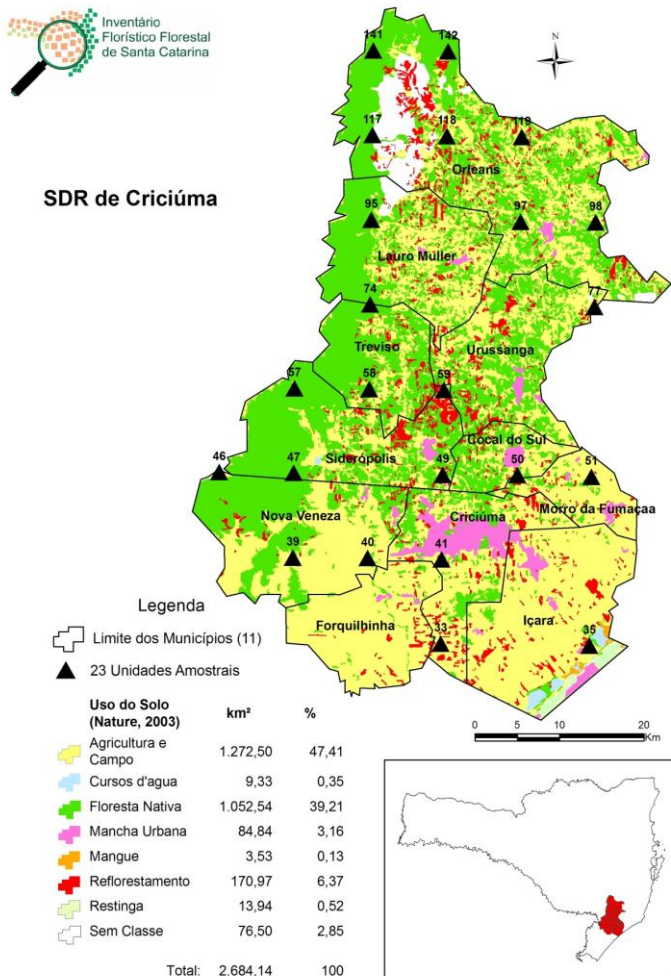
Fonte: Elaborado pela autora com base em CIDASC, 2015.

Terras em Uso Agrossilvipastoril

Para este tópico, serão apresentados mapas relativos ao uso do solo nos Vales da Uva Goethe, como os mapas produzidos para o Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina, que foi elaborado em conjunto com Epagri/Ciram, Fatma e outros parceiros. Também foram elaborados mapas, pela autora deste trabalho, utilizando-se o Sistema de Mapas para a Web do mesmo inventário.

Como mencionado anteriormente, os municípios dos Vales da Uva Goethe estão pertencem a duas Secretarias de Desenvolvimento Regional – SDR's, no estado de Santa Catarina, a SDR de Criciúma e a SDR de Tubarão. Dada esta informação, são apresentados dois mapas (Mapa 1 e Mapa 2), um de cada SDR, demonstrando o uso do solo de seus municípios.

Figura 8. Mapa de Uso do solo referente a SDR de Criciúma

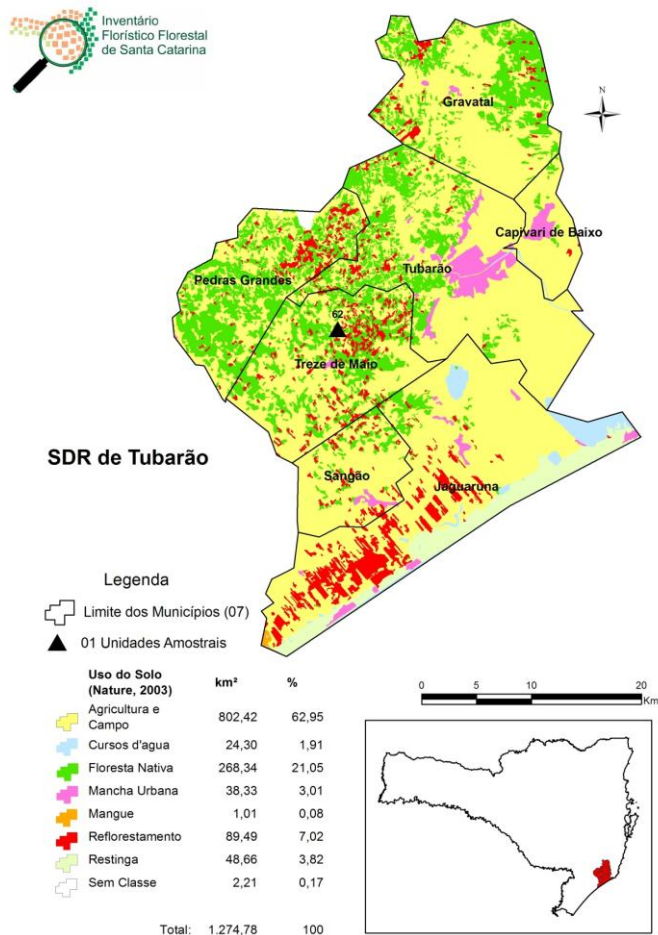


Fonte: FATMA, 2008

Como pôde ser observado na Figura 10, os municípios de Urussanga, Cocal do Sul e Orleans encontram-se bastante fragmentados, apresentando tanto áreas de agricultura e campo, quanto de floresta nativa, porém não apresenta uma grande área de vegetação protegida. Já os municípios de Içara e Morro da Fumaça apresentam pouca área de

floresta nativa, sobressaindo-se as áreas de agricultura e campo. O município de Nova Veneza apresenta uma característica diferente dos outros municípios, pois tem pouca fragmentação, porém, a área considerada floresta nativa encontra-se na serra, o que demonstra que a preservação da vegetação talvez tenha sido imposta e regida pela própria natureza e não por ação governamental.

Figura 9. Mapa de Uso do solo referente a SDR de Tubarão



Fonte: FATMA, 2008

Como pode ser observado na Figura 9, da SDR de Tubarão, os municípios de Pedras Grandes e Treze de Maio apresentam situação bastante semelhante, ambos possuem grande fragmentação, áreas de floresta nativa e agricultura, porém também podem ser observadas áreas de reflorestamento.

Para uma visão geral do uso do solo do território, foi elaborado o mapa “Vales da Uva Goethe_Uso e Cobertura do Solo” (Figura 10) utilizando-se a ferramenta disponibilizada pelo do Sistema de Mapas para a Web do Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina. Epagri/Ciram (SOUZA et al., 2012).

Figura 10. Mapa Vales da Uva Goethe, Uso e Cobertura do Solo

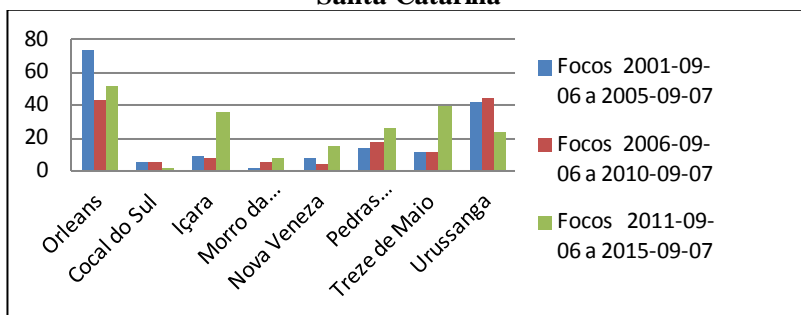


Fonte: Elaborado pela autora por meio do Sistema de Mapas para a Web do Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina. Epagri/Ciram, 2012

Queimadas e incêndios florestais

Para finalizar o tópico “Terra”, trataremos do indicador “Queimadas e Incêndios Florestais”. Para este indicador, foram utilizados dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, referentes às queimadas e incêndios florestais ocorridos nos Vales da Uva Goethe, no período entre os anos de 2001 a 2015, como pode ser observado no Gráfico 6.

Gráfico 5. Número de focos de queima nos Vales da Uva Goethe, Santa Catarina



Fonte: Elaborado pela autora com base em INPE, 2015

De acordo com esses dados, os municípios de Urussanga e Cocal apresentaram números menores de focos queima nos anos de 2011 a 2015, com relação aos anos de 2001 a 2010. E Orleans foi o município com maior número de focos de queimas na soma geral para os períodos, acompanhou também o apresentado pelo estado de Santa Catarina, que apresentou o total de 16.624 focos de queima no período de 06/set/2001 à 07/set/2005; apresentou uma queda no período de 06/set/2006 à 07/set/2010, com 7.448 focos de queima; e voltou a subir no período de 06/set/2011 à 07/set/2015, apresentando 10.402 focos de queima (INPE, 2015).

4.2. Escala da Propriedade Rural

Antes de se iniciar o tópico referente às propriedades rurais dos Vales da Uva Goethe e à sustentabilidade ambiental, é importante apresentar algumas informações sobre os estabelecimentos rurais dos municípios pertencentes aos Vales da Uva Goethe.

Como dito anteriormente, o TVUG é composto por oito municípios, a saber: Urussanga, Pedras Grandes, Cocal do Sul, Orleans, Içara, Nova Veneza, Treze de Maio e Morro da Fumaça. No entanto não é toda a área destes municípios que integra este território, fazendo com que este seja um dos motivos das diferenças de participação de cada município no TVUG.

Os Vales da Uva Goethe possuem 5.963 estabelecimentos agropecuários, sendo que 378 são estabelecimentos de produção de lavouras permanentes que ocupam a área de 3.838 hectares deste território (IBGE, 2006).

Estes 378 estabelecimentos, por sua vez, estão distribuídos nos oito municípios do TVUG, conforme a tabela a seguir:

Tabela 16 Produção de Lavouras Permanentes

Município	Estabelecimentos	Área (hec)
Orleans	154	1 713
Pedras Grandes	10	84
Treze de Maio	13	117
Cocal do Sul	23	223
Içara	32	240
Morro da Fumaça	10	48
Nova Veneza	9	81
Urussanga	127	1 332
Total	378	3838

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE, 2006

Dos 378 estabelecimentos mencionados, 69 são estabelecimentos com mais de 50 pés existentes de uva de mesa; e 50 correspondem a estabelecimentos com mais de 50 pés existentes de uva para vinho ou suco (IBGE, 2006).

De acordo com o Dossiê de Registro da IG TVUG (2012), a área total dos oito municípios, inserida nos Vales da uva Goethe, totaliza 46.000 hectares, e as áreas com vinhedos, 70 hectares, sendo que, na data deste registro, os Vales da Uva Goethe contavam com sete vinícolas associadas e 25 produtores de uvas associados. Atualmente, no ano de 2015, este número baixou para cinco vinícolas associadas e 8 produtores associados, sendo que destes, um não é produtor comercial e outro deixou de produzir a variedade Goethe.

Após a análise dos dados relacionados a importantes indicadores da qualidade ambiental da região, identifica-se que a mesma possui vários aspectos cujas fragilidades podem comprometer seu desempenho ambiental e mesmo a própria qualidade do produto foco da Indicação Geográfica Vales da Uva Goethe. Por ser premissa de uma IG contribuir para a sustentabilidade do território ao qual se origina sua especificidade estas questões deveriam compor as estratégias e ações tanto dos produtores pertencentes à Associação como da comunidade em geral da região.

Com a finalidade de obter maior informação sobre a produção da Uva Goethe e a sustentabilidade do TVUG foram, então, realizadas

entrevistas com os seis produtores de Uva Goethe associados da PROGOETHE, e também com cinco vinícolas associadas, que correspondem a totalidade de propriedades rurais e vinícolas associadas à PROGOETHE.

4.2.1. Características Principais das Propriedades Rurais Associadas da PROGOETHE

Conforme dito anteriormente, existem atualmente seis estabelecimentos agropecuários que produzem Uva Goethe e que são associados da PROGOETHE, sendo que todas são consideradas propriedades familiares.

De acordo com entrevistas realizadas no ano de 2015 com representantes destes estabelecimentos, pôde-se constatar as seguintes informações:

- Propriedade 1

Tamanho da propriedade: cerca de 90 hectares

Principais atividades econômicas: produção de uva (Goethe, Niágara branca e rosada, Bordô) e plantio de eucalipto (madeira).

Maior fonte de renda da propriedade: soma de todos os produtos vendidos, não tendo um específico.

Número de pessoas que trabalham na propriedade: duas (mãe e filho).

- Propriedade 2

Tamanho da propriedade: 100 hectares

Principais atividades econômicas: plantio de verduras e frutas (inclusive uva Goethe, Niágara e Bordô), milho (farinha de milho), produção de vinho colonial.

Maior fonte de renda da propriedade: no inverno, as verduras, no verão; as frutas.

Número de pessoas que trabalham na propriedade: sete

- Propriedade 3

Tamanho da propriedade: 40 hectares; sendo 15 hectares de plantação e pastagem.

Principais atividades econômicas: uva (Goethe, Niágara Rosa, Bordo), vinho colonial, pecuária

Maior fonte de renda da propriedade: pecuária

Número de pessoas que trabalham na propriedade: quatro (pai e três filhos).

- Propriedade 4

Tamanho da propriedade: 15 hectares

Principais atividades econômicas: plantio de legumes e verduras, como aipim, cebola, batata, tempero; frutas (inclusive uva Goethe, Niágara Branca e Bordô); produção de vinho colonial; pecuária; produção de queijo e leite; e artesanato

Maior fonte de renda da propriedade: soma da venda dos produtos e aposentadoria como complementação da renda.

Número de pessoas que trabalham na propriedade: quatro (mãe, pai e dois filhos)

- Propriedade 5

Tamanho da propriedade: 18 hectares

Principais atividades econômicas: produção de uva (Goethe, Bordô e Niágara) e vinho colonial; pecuária.

Maior fonte de renda da propriedade: vinho colonial

Número de pessoas que trabalham na propriedade: cinco pessoas na época de poda e colheita.

- Propriedade 6

Tamanho da propriedade: 300 hectares

Principais atividades econômicas: plantio de uva (Goethe e Niágara rosa), pêssego, ameixa, aviário, maçã

Maior fonte de renda da propriedade: Uva Niágara (mesa) e da maçã.

Número de pessoas que trabalham na propriedade: Dois irmãos e 20 funcionários fixos. Em épocas como a do raleio e colheita chega a cerca de 80 funcionários (terceirizados).

4.2.2. Agricultura Orgânica

Com relação à agricultura orgânica nos Vales da Uva Goethe, primeiramente de uma forma geral, dos 5.963 estabelecimentos agropecuários inseridos nos Vales da Uva Goethe, 111 fazem uso da agricultura orgânica em suas propriedades (IBGE, 2006).

Nas propriedades rurais associadas da PROGOETHE, notou-se, por meio das entrevistas, que somente a “propriedade 6” se aproxima de uma produção orgânica, porém ainda não possui o registro. O

representante da ‘propriedade 1’ alegou que já fez parceria com a EPAGRI para o experimento de produção de uva orgânica, porém o projeto não teve continuidade. O representante da “propriedade 2” mencionou que não utiliza agrotóxicos, mas utiliza fertilizantes químicos nas verduras. O representante da propriedade 3, afirma que tem o interesse de produzir alimentos orgânicos, porém ressalta o problema de que se somente ele aderir a esse tipo de agricultura e seus vizinhos não, ocorre o perigo de sua plantação ser contaminada de qualquer forma. Ao mesmo tempo citou o exemplo de um vizinho que trabalha com uva mais sensível e por isso utiliza muito defensivo.

O representante da propriedade 4 afirmou que tem interesse na agricultura orgânica, mas que nunca houve extensionista da Epagri falando e orientando sobre este tipo de agricultura. O produtor alega que pensa muito, mas que ainda não se decidiu pela transição para a agricultura orgânica por que tem alguns receios quanto à produtividade, à rentabilidade, etc.

Já o produtor 5 alega também ter interesse na agricultura orgânica, mas que nunca pensou em solicitar acompanhamento de extensionistas da Epagri.

4.2.3. Reserva Legal, Área de Preservação Permanente (APP) e Recursos Hídricos

Conforme pode ser observado na tabela abaixo, os municípios integrantes dos Vales da Uva Goethe possuem no total 12.784 hectares de Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal⁸; e 11.101 hectares de Matas e/ou florestas naturais (exclusive área de preservação permanente e as áreas em sistemas agroflorestais).

⁸ De acordo com o Código Florestal Brasileiro, Lei 12651/12, entende-se por “II-Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas; III-Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa”.

Tabela 17. Utilização das terras nos estabelecimentos: Matas e Florestas

Município	Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal		Matas e/ou florestas naturais (exclusive área de preservação permanente e as áreas em sistemas agroflorestais)	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Orleans	647	4 738	688	5 469
Pedras Grandes	239	1 493	127	863
Treze de Maio	145	712	108	330
Cocal do Sul	43	219	112	566
Içara	121	926	125	411
Morro da Fumaça	42	121	62	153
Nova Veneza	220	2 717	59	264
Urussanga	237	1 858	424	3 046
Total	1.694	12.784	1.705	11.101

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE, 2006

Já nas propriedades associadas da PROGOETHE, de acordo com as entrevistas realizadas, todas as propriedades possuem a reserva legal demarcada.

Com relação à área de preservação permanente, pode-se observar que a maioria dos municípios do TVUG possui mata protegendo suas nascentes de rios, porém no caso de rios ou riachos, a situação se inverte, como pode ser observado na Tabela 18.

Tabela 18. Recursos hídricos existentes nos estabelecimentos - 2006

Município	Total de estabelecimentos	Estabelecimentos com declaração de recursos hídricos	Tipo de recurso			
			Nascentes		Rios ou riachos	
			Protegida por matas	Sem proteção de matas	Protegido por matas	Sem proteção de matas
Orleans	1 647	1 426	1 111	129	638	450
Pedras Grandes	504	458	380	38	192	162
Treze de Maio	448	397	278	38	160	155

Cocal do Sul	245	231	127	36	80	65
Içara	1 287	1 125	337	241	255	266
Morro da Fumaça	259	236	73	54	47	99
Nova Veneza	494	444	131	38	126	155
Urussanga	1 079	894	600	108	329	254

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE, 2006

O representante da propriedade alega ter problemas com o desmatamento, porém no momento acha que não aceitaria participar de um projeto de restauração florestal porque algumas dessas áreas são áreas de pastagem e teria que colocar cerca para o gado, e no momento isso parece ser inviável.

Os representantes das propriedades 2, 3 e 4 alegam não ter problema com desmatamento nessas áreas. Já a propriedade 5 aceitaria desenvolver um projeto de restauração florestal dessas áreas. Por fim, a propriedade 6, menciona que sua propriedade não tem problema com desmatamento nas APP's, somente um caso específico de uma parte da propriedade que é área de pastagem.

4.2.4. Principais Problemas Ambientais

Com relação aos maiores problemas ambientais, que já foram tratados em “escala territorial” anterior, pode ser feitas algumas observações a partir das entrevistas feitas aos representantes das propriedades rurais associadas da PROGOETHE.

A pergunta feita aos produtores foi “Qual o maior problema ambiental que você identifica em sua propriedade e/ou na sua região? Exemplo: desmatamento, poluição dos rios, uso de agrotóxico (saúde do proprietário, solo, etc.)”.

O produtor 1 cita a poeira da estrada que chega à sua propriedade, podendo esta ser considerada como fonte de emissão de material particulado. Cita que no passado teve problemas com a propriedade vizinha que produzia mandioca e produzia efluente poluído que chegava à sua propriedade, mas que hoje este problema foi solucionado graças a construção de uma lagoa de tratamento desse efluente.

O produtor 2, alega que o maior problema é a poluição do Rio Urussanga, e o riacho poluído que vêm do seu vizinho.

O produtor 3 diz que o Rio Urussanga não chega poluído à sua propriedade. Cita também o “Projeto Micro Bacias” que ocorreu há cerca de 5 anos que despoluiu os cursos de água próximos.

O produtor 4 diz que o Rio Urussanga chega poluído em sua propriedade, e a água para o gado vem de poços e açudes de sua propriedade.

O produtor 5 também citou a poluição dos rios em decorrência da extração de carvão na região.

Já o produtor 6 alega que o Rio Urussanga não passa dentro de sua propriedade, sendo seus recursos hídricos de boa qualidade. O problema, para este produtor, é a poluição do solo de parte de sua propriedade ocasionada pela atividade carbonífera de seu vizinho que levava o rejeito (pirita) para sua propriedade, porém isso ocorreu há mais de 15 anos e hoje este proprietário planta eucalipto na área com o objetivo de melhorar a qualidade do solo, dentre outras ações.

4.2.5. Resíduos sólidos

Com relação ao resíduo sólido orgânico, todos os produtores alegam utilizá-lo como adubo (produção de composto orgânico) e como alimento para animais da propriedade. Já as embalagens de agrotóxicos de todas as propriedades são encaminhadas para a casa agropecuária onde foram comprados, conforme pede a legislação.

4.2.6. Uso de agrotóxicos

Para este indicador, os dados apresentados abaixo foram coletados através de contato com o órgão público relacionado.

Como mencionado anteriormente, na escala territorial, os agrotóxicos liberados para o uso na cultura da uva chegam a 162 tipos. No entanto, não são todos os tipos de agrotóxicos que não utilizados. Nos Vales das Uvas Goethe, o tipo e quantidade de agrotóxicos utilizados na produção da uva se distinguem para a variedade Goethe e para as demais variedades de uvas.

De acordo com as entrevistas realizadas com os produtores de uva Goethe (associados Progoethe), todos confirmaram usar os produtos listados acima como defensivos agrícolas para a uva Goethe.

Encontram-se na seguinte ordem de uso (do mais utilizado para o menos utilizado): Sulfato de Cobre, Cerconil e Dithane. Ressaltando-

se que o sulfato de cobre, conhecido também como calda bordalesa, possui menor toxicidade dentre os demais⁹.

Como pode ser observado, a variedade Goethe, que conforme seu histórico apresentado neste trabalho, adaptou-se muito bem à área dos Vales da Uva Goethe, não necessita do mesmo tipo e quantidades de agrotóxicos que as demais variedades de uva cultivadas na região. Enquanto a uva Goethe utiliza comumente três tipos diferentes de agrotóxicos, os demais cultivares de uvas utilizam em média oito tipos diferentes de agrotóxicos em maior quantidade, e outros em menor.

Pode-se assim, quando pensamos o aspecto ambiental do desenvolvimento sustentável dos Vales da Uva Goethe, observar como um ponto positivo a adaptação da variedade de uva Goethe ao território, uma vez que a mesma não necessita de grande variedade de agrotóxicos. Assim, quanto menos agrotóxico, menos impactos negativos para o meio ambiente, como poluição de cursos d'água, do solo, da atmosfera, etc.

Conclusão do Capítulo e Quadro Síntese

No capítulo “Caracterização da Sustentabilidade Ambiental nos Vales da uva Goethe” do presente trabalho, foram utilizados os indicadores de desenvolvimento sustentável -IDS- como uma base para a avaliação do desenvolvimento sustentável, no aspecto ambiental, dos Vales da Uva Goethe. Assim, partiremos para a discussão sobre as principais observações sobre o aspecto ambiental dos Vales da Uva Goethe no contexto das indicações geográficas.

É importante retomar, primeiramente, algumas definições sobre território e desenvolvimento, que por sua vez incorporam o aspecto ambiental.

De acordo com Albagli (2004), o território possui quatro dimensões: a física, a política/organizacional, a simbólica/cultural e a econômica, enquanto a dimensão física está relacionada à materialidade do território, onde os elementos naturais de um território são transformados em potencialidades quando a sociedade reconhece a sua importância, transformando-o em recurso e o incluindo em atividades de seus territórios, podendo ser predatórias ou sustentáveis para o ambiente.

⁹ Segundo o funcionário do órgão mencionado, a variedade de uva Goethe utiliza: 2x Dithane; 3x Sulfato de cobre; 2x Cerconil. Já as demais variedades de uva utilizam: Score (32l); Folicur (200l); Dithane (1000kg); Cobre (2000kg); Fosfito (1000l); Karatê (60l); Cerconil (400kg); Ridomil (250kg); e outros produtos usados em menor quantidade.

O território é natureza e sociedade, não havendo separação entre eles. Para o autor, o território é “economia, política e cultura; edificações e relações sociais; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental, etc.” (SAQUET, 2006, p.82). Para Cazella e Carrière (2006), o território é resultado da confrontação dos espaços individuais dos atores nas suas dimensões econômicas, socioculturais e ambientais.

Como já mencionado, o desenvolvimento territorial se difere do crescimento econômico por justamente incorporar a dimensão ambiental, que é baseada na solidariedade com as gerações futuras. Porém, na maioria dos estudos sobre indicações geográficas e desenvolvimento territorial, esta dimensão é a menos considerada, existindo poucos trabalhos que tratam o tema de forma mais ampla.

Por sua vez, a dimensão ambiental inclui outras duas dimensões: os sistemas de sustentação da vida como provedor de recursos, e como “recipientes” para a disposição de resíduos (SACHS, 2004).

Iniciando com observações sobre a fase de elaboração do documento necessário para registro das indicações geográficas, em conversas com representantes de órgãos públicos, professores e integrantes da associação Progoethe, todos foram enfáticos em dizer que a questão ambiental não foi considerada no processo. Não porque não acreditassem na sua importância, mas porque ela simplesmente não foi sequer pensada. Aqui, talvez, seja importante lembrarmos a falta da abrangência desta questão dentro da legislação referente às indicações geográficas, no que diz respeito ao norteamento para a elaboração do dossiê, tanto na LPI, quanto no Manual para Registro de Indicações Geográficas Agropecuárias elaborado pelo MAPA.

Assim, apesar da questão ambiental estar presente e ser condição necessária para o desenvolvimento territorial sustentável, com já mencionado, ainda parece permanecer uma forte associação do desenvolvimento sustentável com o crescimento econômico.

No dossiê de registro, a questão da associação da qualidade do produto com a agregação de valor foi pensada, mas não foi pensada a questão da qualidade ambiental como forma, também, de agregação de valor ao produto, seja pela qualidade ambiental em si, quanto da imagem positiva que o produto ambientalmente correto traz. Pensando na tríade: ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável.

Quando considerada a Indicação Geográfica, principalmente nas denominações de origem, a relação com o território (solo, ar, água,

vegetação, etc.) é exigida. Mas é importante ressaltar, que não basta que o produto tenha certa característica devido ao clima, solo, bioma específico, é necessário que este ambiente esteja saudável.

Isso é tão importante para a qualidade do produto em si, interferindo em seu gosto, aparência, etc, quanto para a imagem que este produto terá no mercado.

Sabendo-se, por exemplo, que um produto com Indicação Geográfica pode ser vendido a um preço superior à um produto de mesma qualidade sem IG, é importante entender que não é somente um produto com boa qualidade que está sendo vendido, é também a imagem deste produto e seu território que agregam valor a este produto¹⁰.

No Quadro 6, segue a síntese das principais características da sustentabilidade ambiental encontrada nos Vales da Uva Goethe.

Quadro 4. Indicadores do desenvolvimento Sustentável (dimensão ambiental) e os Vales da Uva Goethe

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (Sustentabilidade Ambiental)		Vales da Uva Goethe
Escala Território	<i>Saneamento</i>	Maioria dos municípios possuem a bastecimento de água, mas sem tratamento de esgoto, podendo ser prejudicial para a imagem do território e qualidade das águas e solo.
	<i>Atmosfera</i>	Problemas atuais de poluição com foco em atividades industriais que não vitivinícola.
	<i>Água</i>	Problemas de poluição de rios pela atividade carbonífera podem ser prejudiciais as propriedades .
	<i>Terra</i>	Uso de agrotóxicos ainda é alta, poucas atividade de agricultura orgânica e/ou agroecológica.
	<i>Biodiversidade</i>	Indústria carbonífera gerou passivos ambientais; possui várias espécies ameaçadas em seu

¹⁰ É importante ressaltar que, apesar do enfoque deste trabalho estar sobre a sustentabilidade ambiental, na visão do desenvolvimento sustentável e deste trabalho, é necessário que os pilares ambiental, social e econômico (pilares mais gerais) estejam em equilíbrio. Portanto, aqui são apresentadas alternativas para o equilíbrio entre estes três pilares, não sendo de forma alguma visto o pilar econômico como orientador do pilar ambiental de forma exclusiva.

		território; desmatamento diminui
Escala Propriedade Rural – IG Goethe	<i>Reserva Legal, APP's e Recursos Hídricos</i>	Algumas propriedades não respeitam APP's devido a dada de aquisição da propriedade ser anterior ao código florestal
	<i>Resíduo sólido</i>	Propriedades utilizam o resíduo orgânico (bagaço das uvas) como adubo; direcionam as embalagens de agrotóxico para a casa agropecuária.
	<i>Uso de agrotóxicos</i>	Utiliza menos agrotóxico que demais variedades de uva, possui maior adaptação ao solo

Fonte: Elaborado pela autora, 2015

Neste sentido, a caracterização da sustentabilidade ambiental atual dos Vales da Uva Goethe é importante, para que possa ser utilizada como, por exemplo, um ponto de referência para futuros trabalhos da região que abordem o tema. Visto que a medição da sustentabilidade deve partir de um ponto, para que a partir dele se possa perceber se a houve um avanço ou retrocesso na qualidade ambiental do território, e por consequência no desenvolvimento deste território.

Ainda sobre a reflexão sobre a sustentabilidade ambiental como integrante do desenvolvimento sustentável, é importante eliminar o pensamento de que o produtor deve se preocupar primeiro com o 'dinheiro' e depois com o meio ambiente, podendo primeiro devastar o ambiente, e após ter recursos financeiros, recuperá-lo. Esta ideia deve ser abolida porque a premissa não está correta.

O pensamento que deve começar a ser incorporado é que a preocupação com o meio ambiente, ao mesmo tempo em que está focada em si mesma, pode sim contribuir para os aspectos econômicos e sociais. Com o ambiente saudável, o produtor terá um solo, água, ar, vegetação de qualidade e assim terá maior produtividade, e seu produto, por consequência, será de melhor qualidade. É importante pensar que ao manter a vegetação das áreas de APP's de rios, por exemplo, ele estará protegendo o recurso hídrico, garantindo que haja água e que ela seja de melhor qualidade. E com o ambiente saudável, o produtor, e todos os moradores do território de forma geral, terão uma melhor qualidade de vida.

São inúmeras as relações entre qualidade do ambiente e relação com a maior rentabilidade de um produtor agropecuário, e também de um território. Por exemplo, um território com um ambiente saudável,

rios, cachoeiras, vegetação, paisagem, atrairá muito mais turistas para seu território, e isso incorporará a renda do território como um todo, como será discutido, posteriormente no presente trabalho.

Nota-se que o proprietário, agricultor, deixa de realizar algumas ações que visam a melhora do ambiente, por terem a ideia enraizada de que perderá dinheiro, ou terá algum gasto que no momento não podem arcar. Mas ao mesmo tempo, este mesmo produtor vê, dia a dia, como um meio ambiente saudável contribui para a melhora de sua produção, que um solo fértil e água não poluída, garantem uma melhor safra. O que acontece é que esses produtores, em alguns momentos, não sabem como agir em um sistema capitalista em que uma decisão precipitada, e tomada sem o conhecimento adequado, pode gerar perda de dinheiro para eles. Daí o papel de órgãos, como a EPAGRI, em repassar o conhecimento para o produtor, de como fazer e também do porque fazer, para atingir tanto o objetivo de um ambiente saudável, quando de retorno financeiro para o produtor.

Algo importante a ser mencionado, também, é que durante as visitas a campo e entrevistas, os representantes das vinícolas demonstraram interesse em, por exemplo, terem experimentos de cultivos orgânicos em suas propriedades, mas por não terem o conhecimento técnico, não aprofundam a questão, seja por seu tempo limitado, seja pelos custos, e receio de investir em algo que não tem confiança que trará retornos financeiros. Uma atuação mais efetiva de instituições de pesquisa e extensão que estimulem a prática da agricultura orgânica, como o cultivo da uva no caso dos Vales da uva Goethe, poderia trazer retornos financeiros consideráveis para o agricultor, e ao mesmo tempo estaria contribuindo com a sustentabilidade ambiental do território, com o não uso de defensivos agrícolas, etc. O produtor, assim, estaria mais preparado para um mercado consumidor que se torna mais exigente com a questão de produto saudável, livre de agrotóxicos, etc. E isso também seria importante para a imagem do território e formas de assimilação com sua paisagem e cultura.

Outro ponto importante observado e relatado por atores públicos, é que as áreas de preservação permanente das propriedades, as APP's de cursos d'água, não são respeitadas pelos agricultores. Esta informação, ao mesmo tempo em que é crítica também deve ser observada como um potencial de aplicação da sustentabilidade ambiental. Os produtores, muitas vezes creem que estarão perdendo terreno útil ao preservarem as APP's, e o receio de deixar a área improdutiva,

produzindo menos, leva o agricultor a não se preocupar com a conservação da área.

Ao mesmo tempo, muitos produtores não assimilam as questões ambientais decorrentes dessa ação, não sabem que, por exemplo, mantendo a vegetação estarão protegendo os recursos hídricos, aumentando a permeabilidade desse solo e conseqüentemente a quantidade de água retida pelo solo, através das raízes das plantas. Porém, em outros casos, os produtores demonstraram interesse em recuperar essas áreas, pois talvez já tenham conhecimento claro sobre estas questões e apenas não sabem como realizar a recuperação destas áreas sem que isso gere custos financeiros que os mesmos não consigam arcar.

Nesse caso específico das APP's, seria interessante que houvesse projetos de restauração ecológica, em parceria com a Fundação do Meio Ambiente dos Municípios, com ONG's, com a FATMA, EPAGRI, Universidades, etc. Uma restauração que incluísse o produtor como ator durante o processo, na escolha das espécies, que poderiam ser frutíferas, por exemplo, para que a vegetação, além de seu valor intrínseco e funcional na questão ecológica, também tivesse a função de prover alimento para o produtor.

Outra informação importante obtida com os órgãos públicos e vinícolas é referente à gestão de resíduo sólido da propriedade. A sugestão para a elaboração e aplicação de uma gestão dos resíduos sólidos das propriedades foi proposta aos agricultores por um representante da Estação Experimental da Epagri de Urussanga, porém não teve boa aceitação. Os representantes das vinícolas, por sua vez, alegam que não se propuseram a realizar a gestão desses resíduos por acreditarem que com isso teriam seus custos aumentados. A gestão dos resíduos, aqui, incluiria os resíduos da uva durante a produção do vinho e dos materiais utilizados, como os galões, por exemplo. Aqui pode ser observada uma carência de entendimento entre os atores do território, uma vez que a demonstração dos anseios dos agricultores poderia ter sido encontrada e resolvida com a melhora da comunicação entre esses atores.

Pontos positivos com relação à sustentabilidade ambiental podem ser encontrados nos Vales das Uvas Goethe como, por exemplo, o menor uso de agrotóxico pela variedade Goethe se comparada com as outras variedades cultivadas no território, como pôde se observar no tópico "Terra" do presente trabalho.

Uma informação importante a ser mencionada com relação ao cultivo da uva Goethe é que sua forma de produção foi pouco alterada,

justamente por ser uma característica da Indicação Geográfica preservar o aspecto cultural da produção, que nesse caso representa a forma com que a uva Goethe era plantada inicialmente pelos descendentes dos imigrantes italianos. De acordo com representante da Progoethe, houve pouca ou quase nenhuma mudança na forma do plantio, apenas a introdução da técnica de raleio, que consta no registro da IG perante o INPI, para a manutenção da qualidade das uvas. Esta ação, no entanto, pode ser considerada positiva com relação ao aspecto ambiental, pois prevê menor quantidade de parreiras plantadas por área, garantindo assim um menor impacto sobre a qualidade do solo, por exemplo.

O fato da atividade agrícola, se comparada às outras atividades mais encontradas na região, ser menos impactante para o ambiente, também é uma característica positiva para a região. É fato que a agricultura, quando não praticada de forma sustentável, traz impactos ao solo, água e ar, porém, quando comparada com as atividades carbonífera e da indústria cerâmica, seus efeitos são menores e mais fáceis de serem mitigados, quando feitas nível da pequena propriedade rural familiar, como nos Vales da Uva Goethe.

Observa-se, no entanto, que os Vales da Uva Goethe, como visto no tópico “Histórico”, sofre as consequências de atividades de alto impacto ambiental praticadas por seus municípios vizinhos, e como resultado tem seus rios poluídos, e conseqüentemente a diminuição da qualidade ambiental e de vida dos moradores. Como exemplo, podemos citar a poluição gerada dentro da área compreendida pelos Vales das Uvas Goethe decorrente da indústria carbonífera de Criciúma, que hoje tenta reverter os impactos gerados pela mesma.

Este fato, poluição gerada pelos municípios vizinhos, interfere também na paisagem do local, que é peça importante quando pensamos a abordagem da cesta de bens e serviços, como forma de geração de renda para o território.

Um aspecto importante observado tanto nas entrevistas como nas visitas *in loco* é que o envolvimento da comunidade no processo de implementação da IG, bem como nos benefícios por ventura dela decorrentes é pouco expressivo. Se pensarmos que as demarcações territoriais teriam como principal objetivo desencadear processos de desenvolvimento, além da restrição em relação aos aspectos ambientais, restringir as ações de fortalecimento do território a um único ativo territorial, restringe em igual proporção as chances de obtenção um processo abrangente, inclusivo e sustentável.

Desta forma, a seguir será apresentada argumentação sobre a potencialidade de tratar em conjunto com o produto principal do

território (demarcado pela IG) uma cesta de bens e serviços territorializados para os Vales da Uva Goethe, na direção do proposto por Paccqueur (2006). Ao pensar a IG a partir desta cesta de bens e serviços as políticas públicas bem como a ação dos atores da esfera privada passariam a incorporar aspectos gerais do território garantido maior sustentabilidade ambiental e social e não somente os requisitos intra-propriedades exigidos para registro da IG.

4.3. Gestão ambiental e a governança nos Vales da Uva Goethe

Apesar da movimentação iniciada em 2005, de todo o processo de articulação entre os diferentes atores na busca do registro de IG Vales da uva Goethe, que culminou com a aprovação da indicação de procedência em 2012, após o registro a participação dos atores na Associação Progoethe foi diminuindo pouco a pouco. Hoje nota-se que o grupo que iniciou o processo está desarticulado e sem uma governança própria para manutenção e aprimoramento da indicação de procedência ou até mesmo a busca pela indicação de origem.

Conforme relatos de associados da Progoethe, isso se deve muito ao fato de as instituições governamentais, após a aprovação do registro, não terem mais dado o suporte para que esses atores continuassem evoluindo tanto seus processos produtivos, quanto em sua governança, ou ações que promovessem a busca pelo desenvolvimento territorial como um todo, incluindo às ações referentes à sustentabilidade ambiental, tanto do território quanto da própria atividade agrícola.

Por outro lado, alguns representantes destas instituições públicas crêem que o papel das mesmas é justamente dar esse suporte inicial aos requerentes da IG, para que após o registro, estes requerentes possam seguir sozinhos. Talvez esteja aí um dos pontos sensíveis de algumas Indicações Geográficas, durante seu processo de elaboração do dossiê para pedido do registro: as instituições públicas, como centros de pesquisas, universidades, etc., dão o suporte inicial para os requerentes da IG, porém não conseguem preencher o vazio de conhecimento entre eles (enquanto portadores do conhecimento científico e burocrático necessário para o registro no INPI) e os produtores agrícolas (no caso dos Vales da Uva Goethe) e demais associados da associação formada (Progoethe).

Para que esses produtores e associados possam caminhar sozinhos e utilizar o conhecimento que foi repassado para eles, é necessário que as instituições citadas formulem técnicas específicas para cada caso de IG. Como já observado por Velloso (2008) em sua pesquisa durante a fase de elaboração do dossiê para pedido do registro da IG Vales da Uva Goethe. A autora menciona:

A frequência das reuniões pode ter as tomado cansativas em alguns momentos, principalmente quando os atores, mesmo presentes nas reuniões, praticamente não participavam, seja por inibição, pouco interesse no assunto ou pouco entendimento sobre o assunto (VELLOSO, 2008, p. 114).

Outra questão evidenciada pela autora foi a necessidade de fortalecer o associativismo desses atores, e para que isso ocorresse

Seria preciso identificar os interesses entre os produtores de uva e vinho e associados, ponto que parece ter sido negligenciado ao se formar a Associação [...] A fundação da associação teve início por incentivo de produtores de vinho (vinícolas) e atores institucionais já na perspectiva de uma Indicação Geográfica. Talvez ainda antes da formação da Associação, dever-se-ia ter avaliado e identificado os interesses dos atores envolvidos, sobretudo os produtores da uva e do vinho Goethe, que hoje a compõem (VELLOSO, 2008, p. 93).

Assim, foi criado um ciclo vicioso onde os representantes das vinícolas participaram mais das reuniões e as estratégias da Associação Progoethe era mais direcionada a esses atores. A autora menciona que não identificar os interesses dos associados de forma geral foi um dos pontos falhos durante a construção da própria Progoethe (VELLOSO, 2008).

De acordo com Velloso (2008), é comum existirem, por exemplo, diferentes pontos de vista do significado de desenvolvimento, e mesmo que haja tendência de se convergirem valores compartilhados, que neste caso é representado pelo produto típico como um elemento de identidade da cultura local. A autora salienta que mesmo alguns produtores de uva e vinho artesanal não identificavam o benefício próprio no trabalho da Progoethe e obtenção da IG, participavam como associados por verem benefícios para região de forma geral em longo

prazo, porém esses atores eram menos atuantes nas ações da associação que os donos das vinícolas.

De acordo com o exposto, parece ser precipitado, por parte destas instituições, crerem que sua participação como ator da construção da IG limita-se a passar o conhecimento, sem observar se o mesmo foi apreendido pelos atores do território.

A partir das visitas realizadas aos Vales da Uva Goethe e conversas com representantes de órgãos públicos, pode-se observar os seguintes atores dos Vales da Uva Goethe relacionados à sustentabilidade ambiental deste território, mas que atualmente não possuem, necessariamente, atuação efetiva e direta nas questões ambientais relativas às indicações geográficas:

Atuação em nível local:

- Fundação do Meio Ambiente, Secretaria de Turismo e Secretaria da Agricultura dos Municípios;
- Companhias de Saneamento;
- Comitê de Bacia do Rio Urussanga e Comitê de Bacia do Rio Tubarão;
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI Estação Experimental Urussanga;
- Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC Criciúma;
- Centro Tecnológico de Carvão Limpo (CTCL) mantido pela Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina - SATC
- Representantes da Área de Proteção Ambiental Rio Maior (APA Rio Maior);
- Associação dos Produtores da Uva e do Vinho Goethe de Urussanga - PROGOETHE.

Atuação em nível Estadual:

- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina- EPAGRI Florianópolis;
- FIESC;
- SDS;
- Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina - FATMA;

Universidades

- Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC;
- UNESC

Articulação dos atores (Quadro Síntese)

Com relação aos atores dos Vales das Uvas Goethe, quando consideradas as dimensão ambiental e a Indicação Geográfica vinho Goethe, foram realizadas entrevistas com o intuito de verificar a articulação entre os mesmos.

Estes dados foram apresentados anteriormente no item “Caracterização da Sustentabilidade dos Vales da Uva Goethe”, em cada subitem relacionado. No entanto, para este tópico, será apresentado um quadro-resumo com as principais informações coletadas durante estas entrevistas, conforme Quadro 5:

Quadro 5. Características da Gestão Ambiental dos Vales da Uva Goethe

Alguns Principais Atores do Território (foco: dimensão ambiental e Indicação Geográfica)	Área de atuação	Leis relacionadas	Instrumentos de Gestão	Articulação com outros órgãos relacionados ao aspecto ambiental	Articulação com a Associação PROGOETHE
FATMA - Criciúma	Órgão estadual de meio ambiente;	Resolução Consema nº 08/2012 (Lista de Espécies Exóticas Invasoras); etc	Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina;	Fiscalização ambiental das propriedades rurais	Não se articula
Comitês de Bacia Hidrográfica (Rio Urussanga e Rio Tubarão) Regiões hidrográficas Sul Catarinense (RH9) e extremo Sul Catarinense (RH10).	Recursos Hídricos	Política Nacional de Recursos Hídricos; Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei 9.748/94; Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO(Decreto 2.648/98); resoluções CONAMA (classes de água) ...	Política Estadual de Recursos Hídricos. Não possuem Plano de Bacia FEHIDRO(recursos de compensação ambiental); Possuem Conselho Gestor.	Tem pouca articulação com outros órgãos públicos relacionados ao meio ambiente e Indicação Geográfica. Fundação do Meio ambiente tem cadeira no conselho gestor, Progoethe não possui cadeira.	Não se articula
Prefeitura de Urussanga	-	-	-	Possui a Fundação de Meio Ambiente, que não se articula diretamente com a Indicação Geográfica; Não possui Secretaria de Turismo	Gestão anterior fornecia incentivos à PROGOETHE, a atual não.

Fundação de Meio Ambiente de Urussanga	Órgão Municipal de meio Ambiente	-	Conselho Gestor	Possui cadeira no Conselho Gestor do Comitê de Bacia Hidrográfica de Urussanga	Não se articula
Estação Experimental Urussanga - EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC	-	-	-	Realiza extensão rural nas propriedades agropecuárias. Possui enólogo.
Área de Proteção Ambiental Rio Maior (APA Rio Maior)	Proteger remanescentes vegetais, nascentes...	Lei nº 1.665, de 27 de novembro de 1998.	Não possui Plano d e Manejo	Pouca articulação com	Não se articula
PROGOETHE	Associação dos Produtores da Uva e do Vinho Goethe	-	Estatuto da associação	Atualmente não se articula com a finalidade de preservação ambiental	-

Fonte: Elaborado pela autora, 2015

5. POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS VALES DA UVA GOETHE: A CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIALIZADOS

Como visto anteriormente, nas conclusões feitas com base no levantamento de dados disponíveis sobre a sustentabilidade ambiental dos Vales da Uva Goethe, ainda é impreciso quantificar o nível de influência exato da atividade econômica atrelada à Indicação Geográfica (agrícola, cultivo da uva; industrial, fabricação do vinho) sobre o desenvolvimento sustentável do território.

Nota-se que, ao pensarmos, por um instante, o aspecto ambiental e o desenvolvimento sustentável como um todo, existe muita coisa a ser feita e melhorada nos territórios dos Vales da Uva Goethe. Com base na proposta apresentada por Paccqueur (2006), em sua abordagem da “cesta de bens e serviços”, podemos pensar em alguns bens e serviços relacionados ao aspecto ambiental que poderiam incrementar o desenvolvimento do território.

Assim, este item procurará demonstrar algumas questões relacionadas à sustentabilidade ambiental que, ao mesmo tempo em que coopera para o aspecto ambiental do território, também coopera para o desenvolvimento sustentável do território, o qual abrange também, simplificadamente, os aspectos sociais e econômicos.

Os itens apresentados aqui, a seguir, foram escolhidos com base nas entrevistas realizadas com representantes de órgãos públicos, proprietários de vinícolas e produtores de uva, e também na observação e leitura sobre os Vales da Uva Goethe, buscando captar suas potencialidades. Os itens selecionados foram: recursos naturais, patrimônio cultural, produtos coloniais, a Área de Proteção Ambiental – APA- Rio Maior, paisagem, e o turismo.

5.1 PRODUTOS E SERVIÇOS POTENCIAIS RELACIONADOS À SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

5.1.1. Recursos naturais

Biodiversidade

Um dos mais importantes recursos naturais que podem estar incluídos na cesta de bens e serviços é a diversidade biológica dos Vales da Uva Goethe. Esta biodiversidade pode ser representada pela

diversidade de fauna e flora presentes nos Vales, o que inclui diversidade de espécies de árvores nativas da Mata Atlântica, diversidade de animais silvestres habitantes dessas áreas, como já apresentado no item “Biodiversidade” do capítulo “Caracterização da Sustentabilidade Ambiental dos Vales da Uva Goethe”.

A importância deste item na cesta de bens e serviços se dá pela própria manutenção e sustentabilidade ambiental do bioma Mata Atlântica. Este bioma é considerado patrimônio nacional pela Constituição Federal Brasileira¹¹, e também é considerado hotspot mundial de conservação pela *International Union for Conservation of Nature*- IUCN . Ou seja, é um dos biomas mundiais ameaçados e com prioridade para conservação biológica.

Este item também pode ser incluído no item paisagem e turismo, atraindo turistas para a área, e agregando valor à cesta de bens e serviços.

Água

O mesmo pode ser dito da água enquanto recurso natural. Os rios, cachoeiras, lagos e lagoas presentes no vale, ao terem sua uma boa qualidade, além de servirem como fonte de abastecimento de água para moradores e turistas, para irrigação na agricultura, para dessedentação de animais, também estão inclusos no item paisagem e turismo. Porém, como observado no capítulo “Caracterização da Sustentabilidade Ambiental dos Vales da Uva Goethe”, os recursos hídricos, ainda encontram-se com problemas de poluição na região, destacando-se o Rio Urussanga e o Rio Carvão, que ainda refletem as consequências de anos da atividade carbonífera na região. Como foi salientado pelos produtores, neste mesmo capítulo citado, um dos principais problemas ambientais da região é justamente a poluição dos rios, que muitas vezes já chegam poluídos em sua propriedade.

No entanto, quanto questionados, os produtores entrevistados citaram as cachoeiras de suas propriedades e de propriedades vizinhas como um dos principais potenciais atrativos turísticos da região,

¹¹ Constituição Federal de 1988, § 4 do artigo 225º: “A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”.

ressaltando a importância da preocupação e recuperação dos recursos hídricos da região.

5.1.2. Produtos coloniais

Apesar de os produtos coloniais não terem relação direta tão clara com o aspecto ambiental, é importante, ao menos, citar sua importância dentro da cesta de bens e serviços. Estes produtos são extremamente ligados à cultura italiana, e também possuem estreita relação com os recursos naturais da região, como solo, água, biodiversidade.

Mariot (2002) dez anos antes da obtenção do registro de Indicação de Procedência Vales da Uva Goethe, em seu estudo “Produtos Agroalimentares Típicos (coloniais): situação e perspectivas de valorização do município de Urussanga, SC” elencou os principais produtos coloniais de Urussanga, ligados à cultura italiana. Seu estudo foi baseado em grande parte em pesquisa com a comunidade local, na busca pela identificação desses produtos e assimilação pelos moradores como integrantes de sua própria cultura.

O trabalho de Mariot (2002) que surgiu como alavanca para o processo de registro da Indicação Geográfica Vales da Uva Goethe, ao identificar o vinho Goethe como um produto típico da região, um produto de qualidade, tipicidade e com notável reconhecimento na região.

Voltando, então, para os produtos coloniais, Mariot (2002), realizou um levantamento sistemático dos produtos com maior importância, em termos culturais e econômicos em Urussanga. Os produtos encontrados foram: vinho, salame, queijo, cachaça, suco de uva e vinagre. O principal produto, citado por todos os entrevistados em sua pesquisa, foi o vinho. Segundo o autor, a existência nessa lista de três produtos derivados de uva (vinho, suco e vinagre) sinalizava a importância econômica da viticultura para o município. Outra observação importante feita pelo autor foi a forte influência italiana na região, pelo fato de terem sido encontrados cinco produtos ligados à cultura italiana, dentre os seis produtos mais importantes encontrados.

Partindo agora para as informações coletadas pelo presente estudo, por meio de entrevistas feitas aos produtores de uvas associados da PROGOETHE, e às vinícolas detentoras do selo IG Vales da Uva Goethe, buscou-se elencar os principais produtos coloniais de Urussanga. Através das entrevistas realizadas, os principais produtos citados pelos entrevistados foram: o queijo, o salame, o vinho colonial e a farinha de milho. Observa-se aqui, semelhança entre os itens

encontrados pelo presente trabalho e pela pesquisa realizada por Mariot (2002). O item “farinha de milho” foi o único produto adicionado à lista anterior feita por Mariot, já a cachaça e o vinagre foram pouco citados pelos entrevistados no presente trabalho.

Ao retomarmos algumas informações contidas no item “Histórico dos Vales da Uva Goethe” do presente trabalho, podemos observar a presença de alguns produtos nos primeiros anos de colonização italiana na região de Urussanga.

De acordo com registros de um morador, em 1917 o município de Urussanga exportava farinha de mandioca, carne de porco industrializada, vinhos, madeira, produtos apícolas e carvão mineral (MAESTRELLI, 2011).

Já na Colônia Nova Veneza, no ano de 1892, formou-se comissão para organizar a região sul catarinense para a exposição Agropecuária de Chicago, onde foi discutido sobre os produtos agrícolas: milho, para a apreciada polenta, feijão, arroz, trigo, fumo, cana de açúcar, e a aguardente (MAESTRELLI, 2011).

5.1.3. APA Rio Maior

Outro item observado, que poderia ser incluído na cesta de bens e serviços, é a Área de Proteção Ambiental Rio Maior, localizada na comunidade Rio Maior, área com atividades de agricultura familiar e turismo rural (BURSZTYN; NASCIMENTO, 2012).

Um ponto importante referente à APA Rio Maior é que, de acordo com representantes do Comitê de Bacia do Rio Urussanga, neste local são encontradas importantes áreas de nascentes (cerca de 251) que são responsáveis pelo abastecimento de água de grande parte do município de Urussanga. Também pode ser considerado o alto potencial paisagístico da área, ao reuniras aspectos ambientais, culturais, de patrimônio cultural, etc.

De acordo com Bursztyn e Nascimento, (2012), existem cinco casarios centenários tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Santa Catarina (Iphan, SC), sendo que dois deles são tombados pelo Patrimônio Histórico Nacional. Segundo os autores, a localidade conta com atrativos turísticos e naturais, como remanescentes de Mata Atlântica, cachoeiras, trilhas, restaurantes, lanchonetes e quiosques com venda de produtos coloniais e vinhos da região, sorveterias típicas italianas e pousadas. De acordo com os autores, com relação às atividades econômicas da localidade, encontram-se o turismo e a gastronomia; agricultura familiar; avicultura; suinocultura; fabrica de

móveis planejados; mineração de diabásio/basalto (Setep) e argila (Colorminas), além de indústria de descartáveis plásticos (Thermovac).

5.1.4. Patrimônio cultural

Quando pensamos na relação do patrimônio cultural¹² dos Vales da Uva Goethe, que ao mesmo tempo está relacionado ao aspecto ambiental do desenvolvimento e pode ser incluído na cesta de bens e serviços, pensamos na integração do patrimônio cultural, construído e as paisagens da região, que por sua vez tem alto potencial de atrair turistas para a região.

Neste sentido, podem ser citados alguns exemplos na região de Urussanga, como:

- Casa de Pedra Cancelier;
- Estrutura física das Vinícolas (casas construídas com pedras pelos imigrantes italianos);
- Os casarões do centro da cidade;
- As igrejas (centro e comunidade Rio Maior);
- As casas localizadas na comunidade Rio Maior.
- Festas ligadas à cultura italiana e do vinho (Vindima Goethe, Festa do Vinho, etc.)
- Paisagens dos Parreirais¹³

Além do patrimônio cultural construído, é importante citar a importância das tradições italianas como bens culturais imateriais.

¹² De acordo com o Artigo nº 216 da Constituição Federal, são considerados como patrimônio cultural os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Nesta definição são incluídas as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico

¹³ Cirvini e Manzini (2012) tratam da questão da paisagem vitivinícola como patrimônio cultural. Os autores incluem as paisagens vitivinícolas dentro de umas 3 categorias de paisagem cultural definida pela Convenção do Patrimônio Mundial, a saber: as paisagens evolutivas, que se caracterizam por serem transformadas pela ação coletiva, mantendo recordações do passado em sua intervenção sobre o território, manifestando seu aspecto dinâmico característico. Dentro desta categoria, há as paisagens vestígio e as ativas, nesta última encontram-se as paisagens vinícolas. A paisagem ativa mantém a atividade e sofre evolução contínua devido às ações de seus habitantes em suas formas de vida tradicional.

5.1.6. Paisagem

Considerada, resumidamente, como o conjunto do ambiente natural e das interações humanas, a paisagem pode ser considerada um dos principais itens da cesta de bens e serviços dos Vales da Uva Goethe, lembrando que o principal produto da cesta é o vinho Goethe com a sua respectiva indicação de procedência.

Assim como o turismo, que será tratado a seguir, a paisagem também é um elemento integrador dos produtos da cesta, ao passo que em uma só paisagem pode estar incluídos vários elementos da cesta, como por exemplo a própria paisagem da APA Rio Maior, com remanescentes florestais, construções históricas, cachoeiras, etc.

Ainda pouco explorada nos Vales da Uva Goethe como elemento integrante da cesta de bens e serviços, possui função tanto de agregar valor ao próprio produto principal da cesta, quanto atrair turistas para a região e aumentar a renda local.

No contexto deste trabalho, pode-se observar a paisagem como um elemento potencial a ser integrado na cesta de bens e serviços proposta. Um dos motivos encontrados se refere ao fato da Indicação Geográfica Vales da Uva Goethe estar relacionada com seu ambiente geográfico. Como consequência, o território possui uma paisagem específica, que além de suas características naturais, possui uma história de modificações e interferências humanas, que se relacionam com o uso e ocupação do território em questão.

Com maior tempo de experiência no campo das indicações geográficas, a Europa está cheia de exemplos e estudos que abordam a questão, inclusive na abordagem da temática do produto com origem geográfica e a sua respectiva paisagem. Fato este que se dá, por exemplo, por a Europa ter sido um dos polos originários das IG's.

A distância de conhecimento e estudo entre a Europa e o Brasil, nesta questão, pode ser observada, por exemplo, no fato de que enquanto o Brasil possui 6 indicações geográficas de vinhos (Vale dos Vinhedos - RS, Altos Montes - RS, Monte Belo-RS, Pinto Bandeira-RS, Vale dos Vinhedos – RS, Vales da Uva Goethe – SC), a França, de acordo com o Ministério da Agricultura Francês (2015), possui cerca de 500 vinhos com selo AOC (appellation d'origine contrôlée).

É importante relembrar que a noção da relação entre a paisagem com território pode ser confirmada simplesmente com a própria leitura do nome do território “Vales da Uva Goethe”. Por definição e de acordo com o contexto apresentado, a palavra *vale* pode significar: 1) Depressão do terreno entre dois espigões

adjacentes. 2) Várzea ou planície à beira de um rio (MICHAELIS, 2011). Conforme mencionado anteriormente, na caracterização dos Vales da Uva Goethe, sabe-se que este território está localizado entre os divisores de água das Bacias do Rio Urussanga e Tubarão.

Dadas estas informações, percebe-se que a figura da Indicação Geográfica poderia se aproveitar de sua definição e localização para fixar a imagem desta paisagem na mente dos consumidores dos produtos da IG. Possibilitando uma rápida associação da imagem da paisagem do território com o produto. Seja por meio de desenhos nos rótulos, roteiros turísticos ou menção e maior divulgação desta paisagem que poderia ser realizada através do turismo de paisagem.

É importante haver o estabelecimento da clara relação entre o produto e o ambiente natural e/ ou construído, representado pelas paisagens que incluem as parreiras e as que incluem as construções com pedras que abrigavam/abrigam vinícolas. Ao assimilar um produto à um território com boa qualidade ambiental, pode fazer com que este produto tenha uma melhor aceitação no mercado. Diferentemente de que se o produto tiver sua imagem assimilada a um território com problemas ambientais, como poluição e desmatamento, isso pode acarretar em uma má imagem do produto e menor aceitação pelo mercado consumidor que hoje procura por produtos mais “sustentáveis” e saudáveis.

5.1.7. Turismo: elemento integrador da cesta de bens e serviços

O turismo, como atividade econômica, tem seu sucesso intimamente ligado à situação dos itens anteriores, e neste sentido, pode agregar os demais produtos da cesta na promoção do turismo e gerador de renda para a comunidade local.

Como exemplos de tipos de turismo que podem ser melhor explorados nos Vales das Uvas Goethe, podemos citar o turismo cultural, representado pelas festas de vinho e cultura italiana; o ecoturismo, que poderia ser realizado nas áreas rurais mais preservadas ambientalmente; o enoturismo, que busca atrair os turistas que tem interesse pela cultura do vinho e também apreciação da paisagem relacionada; turismo rural nas propriedades (por exemplo, o projeto Acolhida na Colônia).

Em entrevistas com os representantes das vinícolas associadas PROGOETHE, somente uma vinícola tem trabalhando com o turismo, sendo que esta ao mesmo tempo é pousada e trabalha com eventos diversos na propriedade. As demais vinícolas alegam receber turistas esporadicamente, por meio de agendamento, quando solicitado, mas que não é uma atividade formal de sua propriedade. Nestas visitas

apresentam sua propriedade ao turista e o mesmo faz degustação de vinhos em sua propriedade, mas não paga a mais por isso.

Neste sentido, poderia ser pensada uma forma de formalizar o turismo nessas propriedades e nos demais produtores que poderiam compor a cesta de bens e serviços, tanto como forma de organizar e gerir melhor o turismo, quanto como forma de agregação de renda na cesta de bens e serviços. Uma forma de fazer isso, como já ocorre em locais com histórico antigo na cultura vitivinícola, como na França, no Chile e Argentina, seria o desenvolvimento de um planejamento turístico que envolvesse o governo local.

Para os Vales da Uva Goethe, um exemplo para o caso seria a elaboração de um roteiro enoturístico. Em tese, este roteiro já existe (conforme apresentado anteriormente no item “Roteiro Turístico Vales da Uva Goethe”), porém o mesmo ainda não conta com infraestrutura, planejamento e investimentos governamentais apropriados para tal atividade. Uma sugestão, também, seria aliar o enoturismo às atividades cicloturísticas, onde o turista poderia visitar as propriedades por um caminho bem delimitado, com infraestrutura para bicicletas e que aproveitasse a paisagem do local.

Outro exemplo seria a elaboração de um roteiro que ligasse os principais pontos turísticos da região e que relacionasse ao mesmo tempo o patrimônio cultural, os vinhos, os restaurantes, etc., mas que contasse, também, com infraestrutura para tal. Este fator seria importante tanto para facilitar o deslocamento dos turistas de um local para o outro, como para garantir que o turismo fosse realizado de forma sustentável, de forma a não trazer danos ao meio ambiente.

Em conversa com representantes do departamento ligado ao Turismo de Urussanga (uma vez que o município ainda não conta com secretaria específica), foi pensada uma proposta de roteiro turístico que abrangesse os seguintes atrativos:

- 1) Roteiro Turístico Vale Rio Maior
 - a) Casa de Pedra;
 - b) Igreja (frente queda d’água);
 - c) Restaurante – museu e restaurante;
 - d) Equitação e sítios no local;
 - e) Utilização da estrada antiga, sinuosa, para roteiro (a mais nova é reta);
 - f) Mirante próximo à queda d’água/igreja;
 - g) Paisagem preservada;
 - h) Vinícola Mazuco (não possui indicação de procedência (IP), mas a vinícola é de grande porte)

2) Sorvete – gelatto (Urussanga é co-irmã da cidade de Longanoli na Itália, que é considerada a capital do Gelato). De acordo com Bursztyn e Nascimento (2012), uma característica recente no município de Urussanga, especialmente em Rio Maior, é o fato de que muitos jovens trabalhem na Alemanha em sorveterias de proprietários italianos, pois muitos moradores possuem dupla cidadania ítalo-brasileira, fazendo com que exista um fluxo de investimentos movimentando a economia da cidade.

3) Arquitetura local

4) Parque Municipal de Urussanga: era fazenda até anos 80; ex dono era proprietário de minas de carvão em Urussanga. Foi criada para sediar a festa do vinho, e é sede da diretoria da cultura: poderia ser mais utilizado para atrair turistas e comunidade.

5) Áreas dentro de propriedades com atividade turística (semelhante a parques com cachoeiras). Ex.: Vale dos Figos – Pousada, cachoeira, etc.

6) Estação Experimental Urussanga: O prédio mais antigo da propriedade é da época de Getúlio Vargas. Construção de pedra (estilo arquitetônico)

Conclusão do Capítulo e Quadro Síntese

Como mencionado no início deste trabalho, somente a Indicação Geográfica de vinho Goethe não poderia sozinha fomentar o desenvolvimento de seu respectivo território, tanto no aspecto ambiental, que é foco deste trabalho, como no econômico e social.

A proposta da cesta apresenta, enquanto uma possibilidade de contribuição para o desenvolvimento da região, procurou elencar produtos e/ou serviços, públicos ou privados, que tivessem forte relação com a dimensão ambiental do desenvolvimento. Buscou-se, assim, demonstrar a importância desta dimensão no desenvolvimento de um território. Esta importância, por sua vez, vai desde a manutenção da vida e do solo (para a produção da uva), até a transformação de elementos da dimensão ambiental incorporados à cesta de bens e serviços, gerando renda local, como a paisagem, recursos naturais, patrimônio cultural, etc.

O Quadro 7 sintetiza as principais relações entre a sustentabilidade ambiental e a cesta de bens e serviços propostas por este trabalho.

Quadro 6. Principais relações entre os itens da cesta de bens e serviços e os indicadores de desenvolvimento sustentável (Sustentabilidade Ambiental)

Itens da Cesta	Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (Sustentabilidade Ambiental)					
	Atmosfera	Terra	Biodiversidade	Saneamento	Água doce	Gestão Ambiental
Paisagem	Elemento integrante da paisagem	Elemento integrante da paisagem	Influência na qualidade da paisagem	Influência na qualidade da paisagem	Elemento integrante da paisagem	
Turismo	Má qualidade do ar pode afastar turistas	Turismo rural, Acolhida na colônia, ligação com produção agrícola	Turismo ecológico	Imagem do município	Turismo ecológico, cachoeiras	Atualmente não existe secretaria de turismo
APA Rio Maior	Indústrias carboníferas impactaram a qualidade do ar	Indústrias carboníferas impactaram o solo	É área de proteção ambiental, contribui para a conservação da biodiversidade.	Necessidade de tratamento de água e esgoto;	É área de nascentes de abastecimento de água	Possui conselho gestor
Recursos Naturais		Boa qualidade do solo é importante	Item da cesta, necessita de conservação	Falta de saneamento pode comprometer os recursos naturais existentes (água e solo)	Item da cesta, necessita de boa qualidade	
Patrimônio	Atividades industriais poluidoras podem causar impactos		Paisagem cultural		Integrante da paisagem cultural	Pouca integração entre meio ambiente e patrimônio nos níveis de gestão
Produtos Coloniais		Necessita de boa qualidade do solo			Necessita de boa qualidade da água	

Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

A ideia principal da cesta de bens e serviços, como já mencionada anteriormente, parte da observação de que o consumidor adquire o produto em seu contexto. Que este consumidor, após adquirir um produto territorial, descobrirá a especificidade de outros produtos ou serviços locais, determinando a utilizada do mesmo a partir do conjunto de produtos e serviços oferecidos (a cesta). Assim, produto principal da cesta (o produto IG) teria a função de atrair consumidores que valorizam a qualidade de outros produtos desta cesta, reforçando a qualidade global do território (PECQUEUR, 2006).

Neste sentido, a criação da cesta de bens e serviços, ao mesmo tempo em que possibilita que outros produtos e serviços sejam beneficiados pela imagem do produto com Indicação Geográfica, também possibilita o fortalecimento da imagem e reconhecimento do mesmo.

É importante lembrar e ressaltar, no contexto do presente trabalho, que o consumo pode estar ligado aos bens privados, mas também pode estar relacionado ao prazer gerado por diversas amenidades sociais ou ambientais. A cesta de bens combina bens privados e públicos, e podem corresponder às amenidades ambientais, como as paisagens, o clima, e também investimentos públicos (PECQUEUR, 2006). Este fato pôde ser observado no item “paisagem”, por exemplo. Ao mesmo tempo em que integra diferentes produtos, a cesta de bens possibilita a melhor distribuição da renda dentro do território.

Como dito anteriormente, Pecqueur (2006), considera a “renda de qualidade territorial” a renda organizacional que reflete a capacidade dos atores locais de captarem a disposição dos consumidores para pagar por aspectos relacionados ao ambiente do produto, por meio de dispositivos institucionais. Este renda, no entanto, é resultado de uma estratégia territorial de longo prazo e que conta com a participação de diversos atores do território, como produtores, associações, prefeituras, etc.

É importante lembrar que existem cinco vinícolas associadas à Progoethe, e seis produtores de uva (atualmente) também associados, chegando a 11 propriedades, e conseqüentemente 11 famílias. Mesmo considerando que estas propriedades, para sua própria manutenção, compram produtos e serviços externos, ainda é pequeno o círculo onde se gira a renda gerada pela atividade vitivinícola.

Dessa forma, com a inclusão de outros bens e serviços na cesta, também serão incluídos outros atores que deverão ser beneficiados pela imagem do produto e conseqüente renda territorial, aumentando assim, o círculo onde se gira esta renda, ampliando de uma escala mais específica

(produtores de uvas e vinhos), para outros setores como o turismo, produtores de produtos coloniais, donos de pousadas e restaurantes, donos de propriedades rurais com uso turístico, participantes efetivos das festas que ocorrem na região, etc.

Como aponta Pecqueur (2006), mesmo que a renda gerada pelo efeito da cesta de bens e serviços seja primeiramente apossada pelos produtores do produto principal, que no caso do presente trabalho seria as vinícolas, seria também apossada pelos atores que contribuíram para a construção desta cesta e que têm interesse em beneficiar-se da renda gerada.

Para a construção desta cesta, no entanto, observa-se que a atuação conjunta de diferentes atores do território é fundamental. Para tanto, é necessário que a articulação entre os atores visem a proposição, execução e manutenção de um projeto único de desenvolvimento do território. No entanto, este fato, a articulação entre os atores, tem se demonstrado extremamente frágil, atualmente, nos Vales da Uva Goethe, como já observado no decorrer deste trabalho.

Conclusão do Capítulo

Para finalizar este tópico, é importante enfatizar a importância da governança e gestão ambiental dos Vales da Uva Goethe para que seja promovido o desenvolvimento deste território.

Como mencionado em capítulo anterior¹⁴, o território é a apropriação e domínio de um espaço socialmente compartilhado, sendo uma construção histórica, social, partindo de relações de poder que incluem sociedade e espaço geográfico (HAESBAERT; LIMONAD, 2007).

Para Bonnal et. al. (2014), o desenvolvimento territorial se trata de uma metodologia, uma forma de pensar e de fazer o desenvolvimento, é um processo de articulação entre os atores sociais e setores relacionados à perspectiva da descentralização.

Por sua vez, a governança é considerada por Sachs (2004) parte integrante do desenvolvimento sustentável. Esta é incluída na dimensão política do desenvolvimento. Segundo o autor a governança democrática é valor fundador e instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz toda a diferença (SACHS, 2004).

Já para Pecquer (2006), a governança territorial é um processo dinâmico e tem por objetivo a formulação e solução de problemas

¹⁴ No referencial teórico desta dissertação, capítulos: “O território e o desenvolvimento sustentável”; e “A cesta de bens e serviços territorializados”.

produtivos, quase sempre inéditos. Esta coordenação conecta os diferentes atores e possibilita a descoberta de recursos com potencial de utilização, e cria valor representado pela renda de qualidade territorial. Operação esta que implica na existência de um compromisso institucional.

Já Sen (2000), ao apontar a liberdade como ideia central do desenvolvimento, cita que as discussões e os debates públicos desempenham papel importante na formação de valores, promovendo identificação de oportunidades influenciada pela essência da participação e diálogo público.

Diante da retomada dessas considerações, é importante enfatizar a necessidade de uma melhor articulação dos atores do território para a promoção do desenvolvimento. Neste sentido, a criação da cesta, possibilitada por esta articulação, podendo proporcionar um aumento na renda territorial.

Por fim, é importante que os diferentes atores, de diversos setores da sociedade e com diferentes interesses, se articulem com o objetivo de criar um projeto de desenvolvimento que tenha um ponto em comum para todos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a apresentação dos dados, análise e conclusões específicas de cada capítulo, é importante sinalizar alguns pontos principais dos quais tratou este trabalho. Será apresentada aqui, de forma sintetizada, como as questões da sustentabilidade ambiental, cesta de bens e serviços e a governança se entrelaçam para promoção do desenvolvimento territorial sustentável nos Vales da Uva Goethe.

Os pontos principais identificados no decorrer deste trabalho foram a importância da sustentabilidade ambiental para o desenvolvimento, a necessidade de um projeto de desenvolvimento para o respectivo território da Indicação Geográfica e, por fim, a necessidade de uma melhor articulação entre os atores do território na promoção deste projeto de desenvolvimento sustentável.

A apresentação e caracterização da sustentabilidade ambiental do território dos Vales da Uva Goethe se faz necessária à medida que possibilita o reconhecimento dos principais problemas ambientais encontrados nos oito municípios integrantes deste território. O reconhecimento destes problemas, por sua vez, possibilita que os mesmos sejam relacionados com a atividade IG neste território.

Notou-se que alguns problemas ambientais do território não foram causados pela atividade IG, mas a prejudica, como por exemplo, a poluição dos rios causada pela atividade carbonífera. Em outro caso, pôde-se observar que a atividade IG impacta o meio ambiente, como por exemplo, os casos em que alguns proprietários não respeitam a área de preservação ambiental em torno dos rios, pois adquiriram as terras em momento anterior à promulgação do código florestal.

Esta caracterização também é importante para identificar áreas com alto potencial turístico, áreas com qualidade ambiental, que possuem alto índice de preservação e de biodiversidade puderam ser inseridas na cesta de bens e serviços proposta por este trabalho, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento territorial, através do incremento da renda local.

É importante citar que a qualidade ambiental beneficia tanto os organismos silvestres, quanto colabora para o aumento da qualidade de vida da população local. Tanto em aspectos de saúde ambiental, com boa qualidade do ar, solo, água, vegetação, quanto nos aspectos mais sutis de prazer contemplativo da natureza.

Porém, apesar de serem identificados diversos potenciais relacionados à dimensão ambiental do desenvolvimento, o mesmo terá muita dificuldade de ser alcançado se não contar com a articulação dos

atores locais. Neste ponto, observa-se a necessidade de um projeto de desenvolvimento da Indicação Geográfica e do território que abarque estes diversos atores do território e que seja elaborado e executado pelos mesmos.

Neste sentido, é importante relembrar o apresentado no referencial teórico deste trabalho. De acordo com Bonnal et. al (2008) o desenvolvimento territorial, passa pelo inventário dos recursos locais e também pela transformação de aspectos negativos em novos projetos de desenvolvimento, onde os valores simbólicos passam a desempenhar papel de recursos socioeconômicos.

Porém, há necessidade da existência de estruturas de trocas entre pesquisadores, associações civis, empresas privadas, órgãos públicos para a estimulação de uma reflexão para estes novos projetos. Dessa forma, o desenvolvimento deriva das negociações entre atores do território, que mesmo que não tenham os mesmos interesses, encontrem um ponto em comum em novos projetos (BONNAL et. al., 2008).

Nesse contexto, de desenvolvimento territorial e indicações geográficas, podem ser identificadas algumas ações dos atores na busca da sustentabilidade ambiental do território. Estas podem ser divididas em duas, as relacionadas à produção do vinho Goethe, e as relacionadas com a articulação entre os atores no território.

Com relação à forma de produção do vinho Goethe, podemos citar a contínua melhora no processo de produção em seu aspecto ambiental. Como mencionado neste trabalho, poderiam ser desenvolvidas pesquisas para viabilizar a produção orgânica da uva. Também poderiam ser desenvolvidos novos projetos e pesquisas para aproveitamento dos resíduos gerados pela produção da uva, lembrando que atualmente o resíduo da uva é destinado para o adubo das plantas. Outro ponto seria a inserção de novos projetos de restauração da mata ciliar das propriedades, que poderiam ser custeados com recursos do Fehidro-SC, por exemplo, em articulação com os Comitês de Bacia Hidrográfica.

Com relação à articulação entre os atores do território, pode ser citada a necessidade de uma melhor articulação da PROGOETHE com os órgãos ambientais, como a Fundação de Meio Ambiente de Urussanga, os Comitês de Bacia Hidrográfica, o Instituto de Pesquisas Ambientais da UNESC Criciúma, e também empresas privadas.

A atuação da PROGOETHE, neste sentido, poderia pressionar o governo para a melhora da qualidade ambiental do território, para

cumprimento do artigo nº 225 da legislação federal¹⁵. Também poderiam ser realizadas articulações estratégicas entre a PROGOETHE e empresas privadas, a fim de arrecadar fundos para projetos, podendo favorecer a sustentabilidade ambiental do território, e conseqüentemente melhorando a imagem deste território. Esta ação possibilitaria tanto atrair consumidores do vinho Goethe com a indicação de procedência, como atrair turistas para o território.

Com relação à multifuncionalidade da agricultura, na função “Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural” proposta por Bonnal et al. (2008), foram observados conflitos entre o uso sustentável dos recursos naturais, a prática da agricultura nas unidades agrícolas familiares e aspectos da legislação ambiental; e a preservação da paisagem ser uma questão pouco tratada no Brasil, notando-se um menor grau de percepção referente à paisagem rural.

Observou-se, no presente trabalho, que o turismo como elemento da cesta de bens e serviços tem o potencial de unificar outros bens e serviços integrantes desta cesta e, portanto, é identificado como um elemento de extrema importância no contexto do desenvolvimento deste território. Como demonstrado anteriormente, estabelecimentos relacionados ao turismo, como agências de viagens, hotéis, pousadas e restaurantes, são membros da associação PROGOETHE.

Porém, a articulação mencionada parece estar somente no papel, havendo pouca integração entre o elemento “vinho Goethe” e o turismo, que se resume muitas vezes na venda do produto nestas propriedades, e no roteiro turístico que carece de maiores investimentos financeiros, parcerias, e planejamento. Apenas uma propriedade parece ter relacionado bem o elemento turismo ao vinho Goethe, a vinícola e pousada Mazon.

Dada as características culturais, ambientais e econômicas, dos municípios dos Vales da Uva Goethe, observa-se que a articulação entre eles é de extrema importância para a promoção do turismo cultural, ecológico e vitivinícola, contribuindo assim para o aumento da renda local e conseqüente desenvolvimento territorial.

Por fim, ressalta-se que este turismo deve ser planejado, articulando os vários atores do território. Além de planejamento, deve

¹⁵Artigo 225 da Constituição Federal: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

haver investimentos para a elaboração de roteiros, e melhora na infraestrutura destes roteiros. É importante também que haja participação de profissionais de diversas áreas do conhecimento, para que sejam respeitadas e incluídas a cultura, o meio ambiente e a população local neste processo.

REFERÊNCIAS

ACP DO CARVÃO. **Diagnóstico socioambiental de áreas degradadas pela mineração de carvão para a gestão integrada das bacias hidrográficas e unidades de conservação**: aplicação na interface formada pela Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca e a Bacia Hidrográfica do Rio Urussanga. Relatório Final. 2010. Ação Civil Pública nº 93.8000533-4. Disponível em: <<https://www.jfsc.jus.br/acpdocarvao/2011/GTA-Estudo-do-Papel-dos-Sedimentos/GTA-Estudo-do-Papel-dos-Sedimentos-pdf-Relatorio-Final-MPF.htm#5>>. Acesso em: 10 jul 2015

ACP DO CARVÃO. **Sétimo relatório de monitoramento de indicadores ambientais**. Grupo Técnico de Assessoramento. 2013. Disponível em: <https://www.jfsc.jus.br/acpdocarvao/2013/7gta/GTA_7_2013_10_Analise_Integrada.htm>. Acesso em: 10 jul 2015

ALBAGLI, S. Territórios e territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: Relume Dumará, 2004. p.23-70

ALEXANDRE, N.Z. et al. **Fontes de poluição no município de Criciúma - SC**. Porto Alegre: CPRM, 1995. 60 p. Disponível em: <<http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/handle/doc/8443>>. Acesso em: 01 jul 2015.

BARBOSA, P. M. S. Marcas Coletivas e Marcas de Certificação: marcas de uso coletivo. In: Pimentel, L. O. e Silva, A. L. (Org). **Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio**: módulo II, Indicação Geográfica/ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 3ª.ed. Florianópolis, MAPA, Florianópolis: FUNJAB, 2013. Cap. 8, p. 269-292.

BARBOSA, P. M. S., PERALTA, P. P. e FERNANDES, L. R. R. M. V. Encontros e desencontros entre indicações geográficas, marcas de certificação e marcas coletivas. In: LAGE, C. L., WINTER, E. e BARBOSA, P. M. S. (Org.) **As diversas faces da propriedade intelectual**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p.141-173.

BÉRARD, L.; MARCHENAY, P. **Geographical indications, a contribution to maintaining biodiversity?** In: Making the relationship Man and nature last. 2008. Biosphere reserves: technical notes. v.3, p.128-132. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001584/158417e.pdf>>. Acesso em 9 mar. 2015.

BURSZTYN, M. A. A.; NASCIMENTO, D. T. **Análise de conflitos socioambientais: o caso da comunidade rural de Rio Maior, município de Urussanga, Santa Catarina.** R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.9, n.2, p.157-190, Jul./Dez. 2012

BONNAL, P.; CAZELLA, A. A.; MALUF, R. S. **Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjunção de enfoques.** 2008. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/302/298>>. Acesso em: 10 de jul 2015.

BRASIL. **Biomass brasileiros.** 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2012/10/biomass-brasileiros/view>. Acesso em: 07 mar. 2015

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio: Módulo II, Indicação Geográfica / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; organização Luiz Otávio Pimentel – 4ª ed. – Florianópolis: MAPA, Florianópolis: FUNJAB, 2014a.**

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Produtos potenciais, nacionais e agropecuários, para a obtenção da Indicação Geográfica.** 2014. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/indicacao-geografica/produtos-potenciais>>. Acesso em 5 abr. 2014b.

BRASIL. Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012. **Código Florestal Brasileiro.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 01 jul 2015.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Guia para solicitação de registro de Indicação Geográfica para produtos agropecuários.** 2008. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Produ%C3%A7%C3%A3o%20Integrada/Guia_indicacao_geografica.pdf. Acesso em 26 out 2014.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. **Política Nacional de Recursos Hídricos.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9433.htm>. Acesso em: 10 abr 2015

BRASIL. **Lei federal nº 9.279, de 14.05.1996.** Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm>. Acesso em: 01 abr. 2014.

BRASIL. **Lei federal nº 8.918, de 14 de julho de 1994.** Dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação da Comissão Intersetorial de Bebidas e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8918.htm>. Acesso em 25 mar. 2014.

BRASIL. **Lei nº 6.894 de 16 de dezembro de 1980.** Dispõe sobre a inspeção e a fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, remineralizadores e substratos para plantas, destinados à agricultura, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L6894.htm>. Acesso em: 15 jul 2015.

BRASIL. **Decreto nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004.** Regulamento da Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d4954.htm>. Acesso em: 06 ago 2015

BRASIL. **Lei federal nº 7.802/1989.** Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e

embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7802.htm>. Acesso em: 01 jul 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 01 nov 2015.

CAMINOS DEL VINO. Prensa. Disponível em: <<http://www.caminosdelvino.org.ar/prensa/>>. Acesso em: 10 nov 2015.

CANCELLIER, O. L. **Rio Maior.** In: MARUZANA, V. (org). Rio Maior: traços culturais e transformações de um grupo de imigrantes italianos do Sul de Santa Catarina. Orleans: Elo, 1989. 138p.

CAZELLA, A.; CARRIÈRE, J. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. In: **Desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teóricos-metodológicos.** Revista Eisforia, ano 4, v. 4. Dez. 2006. Florianópolis, Brasil.

CERDAN, C. **Valorização dos produtos de origem e do patrimônio dos territórios rurais no sul do Brasil:** Contribuição para o desenvolvimento territorial sustentável. Política e Sociedade, Florianópolis, n. 14, p 277-299, abril 2009 Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n14p277>. Acesso em: 07 mar. 2015.

CISAM. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL. **Estatuto Social. 2005.** Disponível em: <<http://cisam-sul.sc.gov.br/historico.htm>>. Acesso em: 01 ago 2015

CISURES. Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Sul. **Coleta Seletiva.** 2015. Disponível em: <<http://www.cirsures.sc.gov.br/coleta-seletiva>>. Acesso em: 01 ago 2015

CIRVINI, S.A.; MANZINI, L. **El paisaje vitivinícola**: Identificación y caracterización, Mendoza, Argentina. Revista de história americana e argentina, vol.47 n.1, Mendoza, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2314-15492012000100004>. Acesso em 10 nov 2015.

COCAL DO SUL. Prefeitura. Disponível em: <<http://www.cocaldosul.sc.gov.br/conteudo/?item=18306&fa=2815&PHPSESSID=f4fro9c1b72ro3q2b9cmofv630>>. Acesso em 01 set 2014.

CONSERVATION INTERNACIONAL. **Hotspots**. 2015. Disponível em: <http://www.conservation.org.br/como/index.php?id=8>. Acesso em: 08 mar. 2015

CUNHA, Y. M. **Aspectos da paisagem oleira de Morro da Fumaça (SC)**. 2003. 241 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/84322>>. Acesso em: 10 jul 2015

CUNHA, C. B. V. **Indicações Geográficas: regulamentação nacional e compromissos internacionais**. 2011. 264 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DALLABRIDA, V. R.; MARCHESAN, J. **Desenvolvimento na região do Contestado**: reflexões sobre território, identidade territorial, recursos e ativos territoriais, Indicação Geográfica e desenvolvimento (sustentável). In: DALLABRIDA, V. R. (ORG) Território, identidade e desenvolvimento regional: reflexões sobre Indicação Geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial. São Paulo, SP: LiberArs, 2013.

DENZIN, N. K; LINCOLN, I.O **planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FATMA. **Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina**. Lista das Espécies da Fauna Ameaçada de Extinção em Santa Catarina. 2010. Disponível em:

<http://www.fatma.sc.gov.br/upload/Fauna/relat9500rio_t9500cnico_fin_al_lista_esp9500cies_amea9500adas.pdf>. Acesso em 01 ago 2015.

FIESC. Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. **Indústrias dos Municípios dos Vales da Uva Goethe**. 2015.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 6 ed. Editora Paz e Terra. São Paulo. 1983.

FURTADO, C. **Os desafios da nova geração**. Revista de Economia Política, vol. 24, nº 4 (96), outubro-dezembro, 2004. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/96-1.pdf>>. Acesso em: 03 set de 2014.

FRANÇA. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Les appellations d'origine contrôlée et protégée (AOC / AOP)**. Disponível em: <<http://agriculture.gouv.fr/les-appellations-dorigine-controlee-et-protegee-aoc-aop>>. Acesso em: 10 set 2015.

GONÇALVES, T. M.; MENDONÇA, F. A. **Impactos, riscos e vulnerabilidade socioambientais da produção do carvão em Criciúma-SC (Brasil)**. Revista RA'É GA, Curitiba, n. 14, p. 55-65, 2007. Editora UFPR. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/raega/article/view/8276>>. Acesso em: 10 out 2015.

GUEDES, M.; BATISTA, M.; RAMALHO, M.; FREITAS, H.; SILVA, E. **Breve incursão sobre a biodiversidade da Mata Atlântica**. In: Franke, C.; Rocha, P.; Klein, W.; Gomes, S. (Ed.) Mata atlântica e biodiversidade. Salvador: Edufba, 2005, 461 p. Disponível em: <http://programas.inema.ba.gov.br/sigbiota/pdf/Livro_Mata_Atlantica.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2015.

GUILHOTO, J. M. et al. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados**. In: Encontro Nacional de Economia, 35., Rio de Janeiro: ANPEC, 2007. 18 p. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A089.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2015.

HAESBAERT, R. 2004. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** Disponível em:<http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf>. Acesso em 01 de jun de 2014.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. **O território em tempos de globalização.** ETC, espaço, tempo e crítica. Agosto de 2007, n° 2 (4), vol. 1. Disponível em:<http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_4.pdf>. Acesso em: 01 jun de 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção agrícola municipal - lavoura permanente. 2013.** Disponível em:<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>> . Acesso em:10 jul 2015

IBGE. **Censo 2010.** 2010. Disponível em:<<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun de 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Plano Nacional de Saneamento Básico.** 2008. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/pn_sb2008/>. Acesso em: 04 mai 2015.

IÇARA. Prefeitura. Disponível em:<<http://www.icara.sc.gov.br/conteudo/?item=27623&fa=4295&PHPSESSID=t8pmti81okrd75cq0j2ji686n1>>. Acesso em: 01 set 2014.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. 2014. **Indicações Geográficas nacionais e estrangeiras registradas no Brasil.** Disponível em:<http://www.inpi.gov.br/images/docs/lista_com_as_indicacoes_geograficas_concedidas_-_31-12-2013.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2014.

INPI. INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Convenção da união de Paris.** Disponível: <<http://www.inpi.gov.br/images/stories/CUP.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Focos de queimadas no Brasil**. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/proarco/bdqueimadas/>>. Acesso em: 01 jul 2015

JOÃO, G. A.; VIEIRA, A.C.P.; SOUZA, I. R.; WATANABE, M. Análise do nível cooperativo das vinícolas participantes à associação Progoethe situadas na região dos Vales da Uva Goethe. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2013, Belém. **Anais Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Brasília: Sober, 2013. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/264787956_Analise_do_nivel_cooperativo_das_Vincolas_participantes_associao_PROGOETHE_situadas_na_Regio_dos_Vales_da_Uva_Goethe_-_SC>. Acesso em: 10 ago 2015

KLEIN, R. M. **Mapa fitogeográfico do Estado de Santa Catarina**. 1978. 24p.

MAESTRELLI, S. R. **Do parreiral à taça**: o vinho através da história. Urussanga: Epagri, 2011, 339p

MARIOT, E. J. **Produtos agroalimentares típicos (coloniais)**: situação e perspectivas de valorização no município de Urussanga, Santa Catarina, Brasil. 2002. Dissertação (Mestrado Internacional em Gestão do Desenvolvimento Rural) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Universidade de Santiago de Compostela.

MENADIER, L. **Paysages de fromages**: sensibilités au paysage, pratiques des agriculteurs et ancrage territorial des AOC fromagères de moyennes montagnes d'Auvergne et de FrancheComté. Geography. Université Blaise Pascal - Clermont-Ferrand II, 2012. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/tel-00942947/document>> . Acesso em: 10 set 2015

MICHAELIS: **Dicionário de português online**. 2011. Disponível em:

<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=vale>>. Acesso em: 01 set 2015.

MILIOLI, G. **Mineração de carvão e desenvolvimento sustentado na região Sul de Santa Catarina**: estudo exploratório de percepção, valores e atitudes num bairro do município de Criciúma. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). 1993. 152 f. Universidade Federal de Santa Catarina, 1993. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/111864>>. Acesso em: 01 jul 2015.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MORRO DA FUMAÇA. Prefeitura. Disponível em: <http://www.morrodafumaca.sc.gov.br/home/index.php?> >. Acesso em 01 set 2014.

NOVA VENEZA. Prefeitura. Disponível em: <http://www.cocaldosul.sc.gov.br/conteudo/?item=18306&fa=2815&PHPSESSID=f4fro9clb72ro3q2b9cmofv630>>. Acesso em 01 set 2014.

ORLEANS. Prefeitura. Disponível em: < http://orleans.sc.gov.br/2013/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=517>. Acesso em 01 set 2014.

PECQUEUR, B. **Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e serviços territorializados**. In: Desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teóricos-metodológicos. Revista Eisforia, ano 4, v. 4. Dez. 2006. Florianópolis, Brasil.

PEDRAS GRANDES. Prefeitura. Disponível em: < <http://www.pedrasgrandes.sc.gov.br/conteudo/?item=19104&fa=11225&PHPSESSID=5uijm7lhnrh04c744ktv7cgq4>>. Acesso em 01 set 2014.

PEREIRA, A. C. M; PEREIRA, J. ; ROLT, M. L.; SARTOR, R.; PEREIRA, S.; MATIOLA, V. **Um vapor para Benedita**: viagem das terras venetas ao sul catarinense relatada por aqueles que mais conhecem essa história: a gente de Urussanga. Editora Unisul. 106 p. 2011.

PROGOETHE. **Vale das Uvas Goethe**. 2014. Disponível em: <<http://www.valesdauvagoethe.com.br/>>. Acesso em 05 out 2015.

REBOLLAR, P. M. **Vales da Uva Goethe**: Região de Urussanga, SC, Brasil. Ed. PROGOETHE, 2007. 64 p.: il.

REUS, I. S. **Gestão municipal e desenvolvimento sustentável**: um panorama dos indicadores de sustentabilidade nos municípios catarinenses. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Socioeconômicas e da Administração, Florianópolis, 2012.

SABOURIN, E. **Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura**. *Estud.soc.agric.*, Rio de Janeiro, vol. 13, no. 2, 2005: 161-189.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SAMAE. Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto. **Histórico da Samae em Urussanga**. 2015. Disponível em: <<http://www.samaeuru.sc.gov.br/sitio2012/index.php/quem-somos>>. Acesso em: 15 jul 2015

SAMAE. Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto. **Cocal do Sul**. 2015. Disponível em: <<http://www.samaecocaldosul.sc.gov.br/2013/index.php/samae/quem-somos>>. Acesso em: 15 jul 2015

SAMAE. Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto. **Pedras Grandes**. 2015. Disponível em: <<http://www.pedrasgrandes.sc.gov.br/estruturaorganizacional/hotsite/index/codHotsite/3824>>. Acesso em: 15 jul 2015

SANTA CATARINA. **Lei estadual nº 12117, de 07 de janeiro de 2002**. Dispõe sobre a Certificação de Qualidade, Origem e Identificação de Produtos Agrícolas e de Alimentos e estabelece outras providências. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rc=t=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.agricultura.sc.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_dow>

[nload%26gid%3D124&ei=TbtiU_PHJs2dyASumICwDw&usg=AFQjCNHk-cpx6JsXFQGRqICbIZSgNvjXAA&bvm=bv.65788261,d.aWw>.](#)
Acesso em: 01 abr. 2014.

SANTA CATARINA. **Lei estadual nº 14.389 de 18 de março de 2008.** Denomina Vales da Uva Goethe a região compreendida entre os Municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Içara e Nova Veneza e adota outras providências. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/consulta-legislativa>. Acesso em: 09 jun. 2014.

SANTA CATARINA. Lei Estadual nº 9.748, de 30 de novembro de 1994. **Política Estadual de Recursos Hídricos.** Disponível em: <http://www.sirhesc.sds.sc.gov.br/sirhsc/conteudo_visualizar_dinamico.jsp?idEmpresa=29&idMenu=238&idMenuPai=235>. Acesso em: 10 nov 2015.

SANTA CATARINA. **Lei nº 1.665, de 27 de novembro de 1998.** Cria a APA Rio Maior. Disponível em: <http://www.carvaomineral.com.br/abcm/meioambiente/legislacoes/bd_carboniferas/leis_organicas/urussanga/lei_1665.pdf>. Acesso em: 10 jul 2015.

SANTA CATARINA. **Resolução CONSEMA Nº 002, de 06 de dezembro de 2011.** Reconhece a Lista Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção no Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.fatma.sc.gov.br/upload/Fauna/resolucao_fauna_002_11_fauna.pdf>. Acesso em: 10 jul 2015.

SANTA CATARINA. **Resolução Consema nº 08 de 14 de setembro de 2012.** Reconhece a Lista Oficial de Espécies Exóticas Invasoras no Estado de Santa Catarina e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.fatma.sc.gov.br/upload/rppne/resconsema201208.pdf>> Acesso em: 10 jul 2015

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2000. 174 p.

SAQUET, M. A. **Proposições para estudos territoriais.** 2006. Disponível em:

<<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/189/181>>. Acesso em: 15 de maio de 2014.

SEBRAE. **Entendendo o atrativo turístico**. 2015. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/guias_cartilhas/turismo_entendendo_o_atrativo_turistico.pdf>. Acesso em: 10 ago 2015

SELAU, M. S. **A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no Sul Catarinense (1875-1925): Resistência e Extermínio**. Dissertação. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVEGNANI, L.; SCHROEDER, E. (orgs.). **Biodiversidade catarinense: características, potencialidades, ameaças**. - Blumenau : Edifurb, 2013. 252 p.

SCHMITZ JUNIOR, J. O. **Avaliação de hidrocarbonetos policíclicos aromáticos em material particulado atmosférico em áreas impactadas pela indústria carbonífera em Urussanga, SC**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Criciúma, 2014.

SEBRAE. **Entendendo o atrativo turístico**. 2015. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/guias_cartilhas/turismo_entendendo_o_atrativo_turistico.pdf>. Acesso em: 10 ago 2015

SILVA. **Ocupação e uso da terra na microbacia do Rio Maior, em 1957, 1978 e 1996, no município de Urussanga–SC**. Geoiंगा: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 1, n. 2 , p. 115-127, 2009 Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/Geoiंगा/article/view/10654/6951>>. Acesso em: 5 jul 2015

SNIS. SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO. 2015
Disponível em: <<http://app.cidades.gov.br/serieHistorica/#>>. Acesso em: 10 jul 2015.

TREZE DE MAIO. Prefeitura. Disponível em: <<http://www.trezedemaio.sc.gov.br/home/index.php?>>. Acesso em 01 set 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

SOUZA, J. M.; MARASCHIN, F.; CARRIAO, S. L.; ANTUNES, E. N.; PINTO, E. S. P. **Sistema de Mapas para a Web do Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina**. Epagri/Ciram, 2012. Disponível em: <<http://ciram.epagri.sc.gov.br/siffsc/>>. Acesso em: 10 set. 2015.

URUSSANGA. Prefeitura. Disponível em: <http://www.urussanga.sc.gov.br/conteudo/?item=26589&fa=10548&P_HPSESSID=qvd5seb5ul8kflnkeaq2i82pm4>. Acesso em: 01 set 2014

URUSSANGA. Lei nº 2515, de 29 de setembro de 2011. **Política municipal de saneamento básico e plano municipal de saneamento básico**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/u/urussanga/lei-ordinaria/2011/252/2515/lei-ordinaria-n-2515-2011-dispoe-sobre-a-politica-municipal-de-saneamento-basico-o-plano-municipal-de-saneamento-basico-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 10 nov 2015

VELOSO, C. Q. **Les paysages dans leur complexité: une ressource pour le développement territorial du piémont et des contreforts viticoles du Larzac (Languedoc-Roussillon)**. History. Université Paul Valéry - Montpellier III, 2013. Disponível em: <https://tel.archives-ouvertes.fr/file/index/docid/990398/filename/2013_quiumento_velloso_arch.pdf>. Acesso em: 10 jul 2015

VIBRANS, Alexander Christian et al (ed.). **Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina: diversidade e conservação dos remanescentes florestais**. Blumenau: Edifurb, 2012. v.1, 344 p.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VELLOSO, C. Q. **Indicação Geográfica e desenvolvimento territorial sustentável: a atuação dos atores sociais nas dinâmicas de**

desenvolvimento territorial a partir da ligação do produto ao território (um estudo de caso em Urussanga, SC). 168 fls. Dissertação de Mestrado – UFSC. Florianópolis, 2008.

WCED. World Comission on Environment and Development. **Our Commom Future**. Oxford and New York: Oxford University Press, 1987.

WINESUR. **Bodegas de Argentina tiene un nuevo departamento de Turismo del Vino**. 2010. Disponível em: <<http://winesur.com/es/news/bodegas-de-argentina-tiene-un-nuevo-departamento-de-turismo-del-vino>>. Acesso em: 10 nov 2015
